

**Jackson André da Silva Ferreira**

# **Loucos e pecadores:**

**suicídio na Bahia do século XIX**

**Universidade Federal da Bahia**

2004

**Jackson André da Silva Ferreira**

**Loucos e pecadores:  
suicídio na Bahia do século XIX**

Dissertação apresentada, para obtenção do título de Mestre em História, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lígia Bellini

Salvador – Bahia

2004

## Agradecimentos

À CAPES pelo financiamento à pesquisa durante o período que estive no Mestrado.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia, sintam-se representados na pessoa de seu Daniel, dona Maura e Marlene; do Memorial de Medicina da Bahia, em Vilma; da Biblioteca Pública da Bahia, do setor de Jornais Raros; do CEDIC na figura Graça e Luci – ex-funcionária. Aos da biblioteca da graduação da FFCH, em seu Davi e dona Lúcia. E à única funcionária da biblioteca dos mestrados da mesma unidade, Marina Silva. Estas pessoas estiveram sempre dispostas a me ajudar e nunca reclamaram dos meus “abusos” e das minhas brincadeiras.

Aos funcionários e pesquisadores do Inventário de Bens Móveis e Integrados da Bahia, da 7ªSR/IPHAN. Foi por meio da pesquisa que realizava neste instituto, como estagiário, que pude estabelecer o primeiro contato com jornais do século XIX e, conseqüentemente, com as notícias de suicídio. Obrigado Maria da Conceição Feitosa, Cosme Santiago, Simone Rodrigues e a todos por esta oportunidade.

Aos estagiários do CEDIC: Lucina, Bruno – que soube abdicar do livro raro, *O homem diante da morte*, em prol da minha necessidade –, Vanderlei, Joel, Fábio e Luís Henrique.

À Vera Nathalia, Rosana Souza e Sandra Silva que tanto me ajudaram nos momentos iniciais da pesquisa no APEB. Sem elas demoraria muito mais tempo nas leituras e na localização das primeiras fontes policiais.

À Lina Aras e Maria Hilda Baqueiro Paraíso, coordenadoras da pós em momentos distintos, mas que souberam conduzir a coordenação, e estiveram sempre prontas a atender as necessidades dos alunos.

À linha Escravidão e Invenção da Liberdade e à Cultura e Sociedade. Desta sou filho legítimo, na outra adotado. A João José Reis e a Alberto Heráclito não apenas porque estiveram na minha banca de qualificação, mas pelos auxílios que me deram no decorrer da pesquisa.

Aos meus colegas de turmas da graduação em História na UFBA. Foi a partir do contado com eles, de março de 1997 a março de 2001, que pude amadurecer e filtrar

conhecimentos. Neste convívio conheci pessoas maravilhosas que ultrapassaram a barreira do coleguismo, tornaram-se amigos: Fred, Dairanice, Galvão, Renato, Israel, Ângela, Paulo César, Roberto, Anselmo e Ricardo. Este, além de me acompanhar na caminhada ao mestrado, fazendo parte da minha turma, ainda me presenteou com um afilhado e uma “sobrinha”, Vitor e Fernanda.

Não poderia esquecer de meus amigos extra-academia que tiveram de suportar os meus comentários sobre morte. Aqueles que construir na vivência como barbeiro, Nem, Bito e Discípulo, também colegas de profissão. Aqueles dos colégios e do pré-vestibular, Jeomary, Gilvan, Luciana, Sidney e Adriano. E a outros, como Ney, Ozeas Ramos – “padrasto” do meu computador.

A minha turma do mestrado: minha amiga e comadre Zeneide, Joceneide, Neidinha, Andréa, Patrícia, Terezinha, Lara, Bel, Denilson, Serginho, Jairo, Jorginho. Especialmente a Adriana companheira de arquivo e de pesquisa sobre atitudes e representações sobre a morte na Bahia. Jamais me esquecerei de vocês.

A minha maravilhosa orientadora e amiga Lígia Bellini. Aprendi muito contigo e tentarei pôr em prática o que você me ensinou.

E finalmente os agradecimentos mais que especiais. A meu pai Topó e a minha mãe Cecília que se uniram e criaram seis filhos. A meus irmãos Jaqueline que está para me dar o meu primeiro sobrinho(a), Rosangela, Rosana, Roseane, Jaderson. A minhas avós, tias e tios, primos e primos.

## **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo analisar práticas e representações relativas ao suicídio na Bahia na segunda metade do século XIX. Foram utilizados como fontes artigos e notícias sobre suicídios publicados em jornais, teses médicas, casos registrados pelas autoridades policiais, folhetins e relatórios dos presidentes da província. Neste estudo procuramos entender o suicídio a partir das características econômicas, sociais e culturais da Bahia no período. Percebemos que o suicídio estava associado a diferentes concepções de vida e de morte. No Recôncavo baiano, foco da investigação, tais concepções eram provenientes não apenas da tradição judaico-cristã, mas também de culturas africanas. De uma perspectiva mais institucional, enquanto o saber médico compreendia em geral o suicídio como decorrente da alienação mental, pensadores moralistas religiosos entendiam que sua razão principal era a irreligiosidade. Ambos os domínios viram no progresso da civilização um fator importante da ocorrência de suicídios. Uma análise serial da documentação nos ajudou a compreender motivações para o ato, os métodos utilizados, bem como traçar um perfil dos praticantes. Analisamos também depoimentos das próprias vítimas. Relatos comoventes e reveladores sobre a vida e a morte na Bahia.

## **Sumário**

**Introdução 1**

**Visões do suicídio na Bahia oitocentista 14**

**Ao correr do tempo:**

**natureza e frequência dos suicídios, e perfil dos praticantes 50**

**O sr. D. e outros:**

**trajetórias e concepções de suicidas sobre a vida e a morte 88**

**Considerações finais 114**

**Fontes e Referências Bibliográficas 116**

## Introdução

Entre os temas estudados pela História da Cultura e das Mentalidades, a morte se mostrou extremamente fértil para os historiadores. Diversos estudos foram produzidos neste campo, buscando-se compreender as atitudes e as representações em torno deste fato da vida humana.<sup>1</sup> Contudo, os estudos se concentraram na chamada morte natural, sendo dada pouca atenção às mortes ocorridas em situações não convencionais. O suicídio é uma delas.

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar concepções e práticas relativas ao suicídio na Bahia na segunda metade do século XIX. Foram utilizados como fontes artigos publicados em jornais, teses médicas e casos registrados pelas autoridades policiais. O interesse pelo tema surgiu ao consultar periódicos deste período no Arquivo Público do Estado da Bahia, onde nos deparamos com matérias que tratavam de casos de suicídio ocorridos tanto na província da Bahia como fora dela. A frequência das notícias nos levou a questionar as razões que motivavam o interesse dos periódicos locais em noticiar as mortes e por que elas ocorriam. Era visível a diferença entre o número de tais notícias e o silêncio que presenciamos em nossa sociedade contemporânea sobre o assunto. A busca de possíveis respostas direcionou inicialmente as nossas pesquisas. A opção pela segunda metade do século pautou-se em parte na maior frequência com que o tema do suicídio aparece na documentação e em parte em indicações dos estudos desenvolvidos sobre a Bahia do período. Estes trabalhos propõem que a província, e o Brasil como um todo, conciliou mudanças – iniciadas ainda na primeira metade com a chegada da Corte portuguesa no Brasil – e permanências em suas estruturas.

Neste estudo procuramos entender o suicídio a partir das características econômicas, sociais e culturais da Bahia no período. As obras consultadas forneceram subsídios para uma compreensão do contexto baiano durante a segunda metade do

---

<sup>1</sup> Citamos aqui, a título de exemplo, os clássicos de ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Tradução Luzia Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. 2 vol; e *Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média*, Tradução Pedro Jordão. Lisboa: Teorema, 1988; MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. Tradução Cleone Augusto Rodrigues. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997. Em relação ao Brasil, REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Oitocentos.<sup>2</sup> Percebemos que não apenas os processos mais gerais mereciam atenção, mas também as circunstâncias históricas específicas em que se deram as mortes em questão.

Fortemente condenada nas sociedades de tradição judaico-cristã, a morte por suicídio ainda hoje é um tabu para muitas culturas. As atitudes tomadas em relação a este tipo de morte ficaram muitas vezes a cargo dos poderes religiosos, sendo ditadas sanções que não apenas objetivavam inibir a sua incidência, mas também punir o próprio suicida, sua alma e sua descendência. Durante a Idade Média, por exemplo, costumava-se castigar o suicida arrastando o seu cadáver com o rosto voltado para o chão. Para Erwin Stengel, muitas dessas atitudes eram rituais purificadores característicos de sociedades ditas primitivas, que tinham por função evitar o regresso do morto e sua interferência no mundo dos vivos. Este autor cita, como exemplo de culturas em que se encontram essas concepções, algumas sociedades africanas no Quênia, Nigéria e Uganda, provavelmente nos meados do século XX, onde o suicídio era considerado um mal e o contato físico com o corpo do suicida algo extremamente perigoso e proibido.<sup>3</sup>

Entre as ciências humanas, a psicologia e a sociologia são as áreas de conhecimento que mais produziram reflexões sobre o tema. Merece destaque a obra de Emile Durkheim, intitulada *O suicídio, estudo de sociologia*. Publicada pela primeira vez em 1897, esta obra nos oferece diversas informações acerca das teorias relativas ao suicídio, cruciais para que se possa entender algumas teses e artigos produzidos no Brasil no período. Apesar de não negar a existência de fatores individuais como causas motivadoras do suicídio, Durkheim acredita que sua ocorrência é melhor explicada através dos fatores sociais. A instabilidade no seio da sociedade seria o principal motivo para a incidência das mortes voluntárias. As instituições familiares e religiosas são, para esse autor, parâmetros para verificar a coesão de uma sociedade. Quanto menos consolidadas forem tais instituições, mais os indivíduos recorrerão ao suicídio como uma saída para situações limites.<sup>4</sup> Assim, analisando a sua

---

<sup>2</sup> Entre estas obras estão: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX; uma província no Império*. Tradução Yedda de Macedo Soares. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA/Sarah Letras, 1996; FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo/Salvador: HUCITEC/EDUFBA, 1996; e VERGER, Pierre. *Notícias da Bahia: 1850*. Salvador: Corrupio/F. C. Bahia, 1981. (Coleção Baiana).

<sup>3</sup> Os dados apresentados por Stengel referentes às atitudes de alguns grupos étnicos africanos são retirados da obra *African homicide and suicide* do antropólogo americano Paul Bohannan, cuja data de publicação é de 1960. STENGEL, Erwin. *Suicídio e tentativa de suicídio*. Tradução Alvaro de Figueiredo. Lisboa: Dom Quixote, 1980. (Coleção Universidade Moderna). p. 63.

<sup>4</sup> DURKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo de sociologia*. Tradução Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção Tópicos). Para Durkheim nas sociedades protestantes o índice de suicídio tendia a ser maior que nas sociedades católicas. Contribuiu para isso a fraca coesão social na primeira, fruto de um maior individualismo tanto na vida familiar quanto na religiosa.

sociedade, Durkheim afirmava que se um indivíduo se isolava era porque os laços que o uniam aos outros estavam frouxos ou rompidos, e que a sociedade, nos pontos em que ele teria contato com ela, já não estava fortemente integrada.<sup>5</sup>

Na primeira parte da sua obra, Durkheim busca demonstrar que as diversas teorias que atribuíam a fatores extra-sociais a proeminência no tocante ao suicídio não correspondiam aos dados estatísticos por ele levantados. Divide tais fatores em dois grupos: os de natureza orgânico-psíquica, classificados como anormais ou psicopáticos (loucura, manias, monomanias, obsessões, melancolia) e psicológicos normais (raça e hereditariedade); e os relativos ao meio físico ou cósmico (clima, tempo, temperatura, estações do ano). Há um terceiro grupo que é classificado também como tendo razões psicológicas, mas analisado separadamente devido a sua importância e difusão para a época: a imitação.

A segunda parte é dedicada às causas sociais e aos tipos de suicídio, classificando-os em três grupos, cada qual com suas características específicas, distintas e em alguns casos convergentes. São eles: o “suicídio egoísta”, cuja característica principal é a fraca integração social do perpetrante com seu meio ; o “suicídio altruísta”, oposto ao primeiro, já que é o forte laço entre indivíduo e sociedade que provoca o suicídio; e o “suicídio anômico”, que ocorre no momento em que as normas reguladoras da sociedade não mais conseguem exercer as funções para as quais foram criadas. Segundo Durkheim, os desejos humanos teriam limites morais, que quando não satisfeitos provocam um desequilíbrio no seio da sociedade, podendo causar o aumento do número de suicídio. Segundo o autor, esse desequilíbrio é fruto não apenas de momentos de crise, podendo aparecer também em tempos de prosperidade. Esse tipo de suicídio parece assemelhar-se ao egoísta, sendo confundido com ele. Para Durkheim, os fatores registrados como causas dos suicídios são apenas os mais imediatos e perceptíveis, cabendo ao pesquisador buscar no interior de cada sociedade as suas causas fundamentais.

Erwin Stengel, em sua obra *Suicídio e tentativa de suicídio*, procura analisar algumas questões de ordem psicológica relativas ao tema. A obra é dividida em duas partes, a primeira trata do suicídio plenamente perpetrado e a segunda das tentativas. O autor chega a afirmar que muitos suicidas não procuravam realmente a morte, mais sim uma outra vida. Muitos casos de suicídio ocorridos na Bahia parecem estar de acordo com esta tese de Stengel, estando ela ligada às concepções de morte do indivíduo ou seu grupo.

---

<sup>5</sup> *Ibid*; p. 361.

O trabalho não se limita apenas ao campo da psicologia. Nele encontram-se referências a respeito de como o suicídio era concebido em diversas sociedades e quais as atitudes tomadas em relação a esta prática. Outro ponto relevante é a análise relativa à tentativa de suicídio, que para Stengel teria em seu bojo um pedido de ajuda, o que ele chama de efeito apelo. Segundo Stengel, “quase sempre tem havido um aviso de que há intenção suicida. Os que tentam o suicídio procuram, no acto suicida, manter-se próximos como sinal de alarme e têm um efeito de pedido de auxílio, embora esse pedido possa não ter sido pretendido conscientemente.”<sup>6</sup> Esta questão também é verificada em alguns casos baianos, e os principais indícios de que algo estava para acontecer eram muitas vezes percebidos por aqueles que conviviam com o suicida. Há casos em que o ato era usado também como um mecanismo de pressão e negociação.

Diferentemente de Durkheim, Stengel acredita que os dados estatísticos são falhos, pois muitos suicídios são ocultados das autoridades responsáveis pelos registros das ocorrências. Isto ocorreu durante o século XIX na Bahia, principalmente no que se refere aos suicídios praticados por membros das camadas mais privilegiadas da sociedade. O que estaria por trás da ocultação de tais casos? Possíveis respostas podem ser buscadas nas questões de caráter pessoal, social, religioso e moral presentes na sociedade. Para muitos o suicídio revelava-se como um ato extremo de desespero e, algumas vezes, motivado por questões que não deveriam ser informadas ao público. Além disso, sendo um tabu condenado pela religião cristã, maculava o nome do perpetrador e de sua família. Os casos de tentativas contribuíam para a ocultação pois, algumas vezes, o tratamento era ministrado sem a necessidade da presença de um médico, não sendo informado às autoridades policiais.

Infelizmente encontramos poucos trabalhos historiográficos sobre o assunto, a maioria dos quais produzidos por autores estrangeiros. Entre eles está a obra de Georges Minois, *História do suicídio*. Historiador das mentalidades religiosas, Minois centra suas análises nos discursos produzidos pela religião, pela literatura e pela ciência na sociedade desde a Antiguidade até o início do século XX. A partir de seu estudo, podemos perceber como se processaram os embates entre as diversas esferas do saber, principalmente a médica e a religiosa. O autor dá pouca atenção às concepções oriundas do imaginário popular, o que não invalida sua contribuição para o presente trabalho.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> STENGEL, *Suicídio e tentativa de suicídio*, p. 109.

<sup>7</sup> MINOIS, Georges. *História do suicídio: a sociedade ocidental perante a morte voluntária*. Tradução Serafim Ferreira. Lisboa: Teorema, 1998.

Outros dois autores que analisam o suicídio na sociedade ocidental são o ensaísta inglês A. Alvarez, em *O deus selvagem*, e o brasileiro Marcos Veneu, em *Ou não ser*.<sup>8</sup> Assim como Minois, estes autores se utilizam centralmente de fontes literárias, relegando a segundo plano as fontes que possibilitam ver as causas sociais, importantes, no nosso entendimento, para se compreender as ocorrências das mortes voluntárias. Apesar disso, suas obras são extremamente valiosas para a compreensão das visões e das práticas culturais em torno do assunto.

Entre as obras que falam do suicídio no Brasil merecem destaque os estudos de Fábio Henrique Lopes. Em sua dissertação, intitulada *O suicídio sem fronteira*, Lopes analisa os discursos sobre o suicídio produzidos pela imprensa da cidade paulista de Campinas, na segunda metade do século XIX. Para este autor, a imprensa foi um dos maiores formadores de opinião a respeito do suicídio, contribuindo para a formação de um discurso médico hegemônico sobre o tema, visto que reproduzia prioritariamente as visões desse campo de conhecimento. As informações contidas no seu trabalho servem como suporte para o entendimento de algumas visões médicas presentes nas teses e nos periódicos na província da Bahia.<sup>9</sup>

Diferentemente do que parece ter ocorrido em Campinas, os artigos produzidos pela imprensa baiana deram mais importância aos discursos religiosos e moralistas. A maioria dos artigos encontrados foi publicada principalmente pela imprensa religiosa, sendo o jornal *O Noticiador Catholico* um dos mais importantes veículos de difusão de tais concepções. As representações médicas foram difundidas a partir da imprensa secular, por meio de matérias que tratavam de casos de suicídio ocorridos na Bahia, e em outras partes do Brasil e do mundo. Veremos adiante que, para a Bahia, os discursos médicos estavam impregnados de questões morais, embora fossem distintas as lógicas que regiam as opiniões de médicos e religiosos.

Em sua tese *A experiência do suicídio: discursos médicos no Brasil, 1830-1900*, Lopes procura focalizar a problematização do suicídio através dos discursos médicos produzidos no Brasil, especialmente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e na Academia Imperial de Medicina. Os estudos produzidos por médicos europeus, principalmente os franceses, constituíram a principal base das produções brasileiras. Para o

---

<sup>8</sup> ALVAREZ, A. *O deus selvagem: um estudo do suicídio*. Tradução Sonia Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; e VENEU, Marcos Guedes. *Ou não ser: introdução à história do suicídio no Ocidente*. Brasília: Ed. UnB, 1994.

autor, os discursos médicos aqui produzidos podem ser analisados a partir de quatro abordagens: a dimensão patológica, as paixões como causa de suicídio, as diferenças entre o suicídio masculino e o feminino, e a influência da literatura na propagação do mal. É a partir destas abordagens que Lopes constrói os capítulos. No entanto, antes procura discutir o contexto institucional e as condições históricas que possibilitaram o início da tematização e interpretação científica em torno do tema.<sup>10</sup>

Segundo Lopes, o interesse pelo suicídio no Brasil se inicia quando a medicina começa a “caracterizar-se como discurso da ordem e a desenvolver uma prática de ordenação social, a partir do momento que se buscou identificar e normatizar os indivíduos considerados portadores e transmissores da desordem e da desagregação.”<sup>11</sup> Dessa forma, foi ainda no início do Oitocentos que o suicídio começou a ser analisado. Entretanto, de acordo com o autor, somente na segunda metade do século a prática passou a ser observada, noticiada e analisada pela imprensa e por outras instituições e discursos. Acreditamos que, mesmo antes da medicina, outras esferas de saber já formulavam discursos sobre o tema, e que o interesse da imprensa em torno do mesmo devia-se, em parte, a sua maior difusão na segunda metade do século.

A interpretação do suicídio como sendo resultado de fatores patológicos, principalmente a loucura, é importante para nosso trabalho, visto que analisaremos alguns discursos médicos produzidos, ou que repercutiram na Bahia em relação ao assunto. Lopes observa que foi durante o século XIX que a loucura começou a ser utilizada para justificar ou condenar o ato e o sujeito. Um problema de sua análise consiste no excesso de poder que atribui aos médicos e à medicina social na época estudada, apesar de defender a existência de outras esferas de saber. Segundo o autor,

Quanto ao sujeito autorizado a falar e a se ocupar do tema, é necessário observar que, se tínhamos no século XVIII o filósofo como o principal problematizador da morte voluntária, no século XIX quem ocupou esse papel foi o médico, aquele que detinha o saber científico sobre o corpo e as doenças. Assim, constitui-se um novo domínio de objeto. A partir desse período, o médico social começou a afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas acerca do suicídio, constituindo-se como um tema científico e masculino.<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> LOPES, Fábio Henrique. *O suicídio sem fronteiras: entre a razão e a desordem mental*. Dissertação (Mestrado). São Paulo/Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

<sup>10</sup> Idem; *A experiência do suicídio: discursos médicos no Brasil, 1830-1900*. Tese (Doutorado). São Paulo/Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003.

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 60.

Referência ao suicídio de uma perspectiva particular é feita no livro *Da fuga ao suicídio*, de José Olímpio Goulart. De forma geral, o trabalho trata da escravidão e de algumas formas de resistência escrava no Brasil. Sendo a Bahia oitocentista uma das maiores províncias escravistas do Império, e estando os escravos muito bem representados nas estatísticas sobre o suicídio, alguns aspectos da obra de Goulart constituem sugestões interessantes para a compreensão de características do suicídio escravo, mesmo que este autor não se aprofunde nas questões relativas ao imaginário escravo. Um exemplo é a teoria do suicídio como mecanismo de retorno à África.<sup>13</sup>

Consultamos outros artigos referentes ao suicídio escravo, alguns produzidos por autores estrangeiros. Entre os brasileiros se destaca o trabalho intitulado “Banzo”, de Renato Pinto Venâncio em parceria com a bióloga Maria Célia Lanna. Este tem por objetivo analisar aspectos biológicos ligados ao chamado mal africano, tentando compreender os mecanismos fisiológicos e bioquímicos relacionados às clássicas definições de banzo. Segundo estes autores, muitas fontes confirmam que a morte como decorrência do banzo tinha como principais características a perda de apetite e a apatia dos cativos.<sup>14</sup>

Outras obras tratam do suicídio, embora não sendo o tema seu foco principal, aparecendo apenas como apêndice de assuntos mais amplos. Mary C. Karasch, por exemplo, no capítulo “Fugitivos e rebeldes”, em sua obra *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*, faz comentários sobre o suicídio escravo e, como o próprio título sugere, a autora o vê como um ato de resistência escrava, principalmente dos africanos. As poucas páginas que Karasch dedica ao suicídio são aproveitadas com comentários frutíferos, tocando na questão dos métodos empregados e os motivos alegados, dando atenção aos fatores culturais presentes na prática. Entretanto, a autora se baseia em relatos produzidos pelos viajantes estrangeiros, fato este que merece cautela de nossa parte, pois tais relatos trazem um grau de preconceito e distanciamento em relação à realidade vivenciada pelo outro, neste caso os escravos e africanos.<sup>15</sup>

Conforme afirmou Maria Luiza Dias, “o lugar que a sociedade atribui à vida e à morte, e por consequência ao suicídio, varia de cultura para cultura. As atitudes com

---

<sup>13</sup> GOULART, José Olímpio. *Da fuga ao suicídio: aspecto de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, INL, 1972. (Temas Brasileiros).

<sup>14</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto e LANNA, Maria Célia da S. “Banzo: desnutrição e morte do escravo”. *Ciência Hoje*, vol. 21, 126 (janeiro/fevereiro, 1997), 43-7.

<sup>15</sup> KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 415-20.

respeito ao suicídio estão intimamente ligadas às ideologias acerca da morte.”<sup>16</sup> Dessa forma, faz-se necessário compreender algumas atitudes relativas a ela no Ocidente e, especificamente, no Brasil. Entre os trabalhos que tratam das concepções acerca da morte, merecem destaque *A morte é uma festa*, de João José Reis, e *Tabu da morte*, de José Carlos Rodrigues.<sup>17</sup> Estas obras também fazem referência ao suicídio. As análises do primeiro se restringem ao Brasil, mais especificamente à Bahia na primeira metade do século XIX. Seu objetivo principal é compreender os mecanismos culturais e mentais relativos à morte presentes na sociedade baiana, que fizeram eclodir em 1836 a revolta popular conhecida como Cemiterada. O estopim do conflito se deu quando da proibição dos enterramentos nas igrejas que, no imaginário de muitas sociedades ocidentais, constituíam-se em espaços sagrados e privilegiados para a salvação da alma. A concepção de boa morte presente em diversas sociedades ocidentais, principalmente as de tradição católica, era muito forte na Bahia no século XIX. Era considerada uma boa morte morrer entre os seus, de morte natural, e sem surpresa. No suicídio estão ausentes estas três características do bem morrer, passando o cadáver e a alma do suicida por diversas sanções.

Rodrigues também trata desse ideal. Todavia, diferentemente do trabalho de Reis, *Tabu da morte* é uma obra que discute concepções de morte em diferentes épocas e locais, sendo sua abordagem mais antropológica que histórica. O capítulo a “‘Morte do poder’ e ‘Poder da morte’” é o que mais nos interessa. Nele o autor, como sugere o título, procura analisar a morte da perspectiva do poder. Segundo Rodrigues, o suicídio está sempre ao alcance do ser humano, “contrapoder a desafiar o poder.”<sup>18</sup> Podemos questionar até que ponto os casos de suicídio e tentativas ocorridos na Bahia, principalmente entre os escravos, não representavam um contra poder a desafiar o poder estabelecido, neste caso o senhorial. Este embate entre suicidas e as normas sociais também pode se aplicar a casos envolvendo membros dos demais estratos sociais, assim como os associados a relações de gênero. De outro ponto de vista, podemos nos perguntar também se os poderes religiosos e médicos, ao classificarem e regularem a prática do suicídio, não estariam tentando exercer um domínio sobre os indivíduos.

A grande maioria das fontes foi pesquisada no Arquivo Público do Estado da Bahia. Estas podem ser classificadas em seis conjuntos.

---

<sup>16</sup> Citado por Lopes, *Suicídio sem fronteira*; p. 56.

<sup>17</sup> REIS, *A morte é uma festa*; e RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da morte*. Rio de Janeiro: Achiáme. 1983.

<sup>18</sup> RODRIGUES, *Tabu da morte*, p. 109.

Fazem parte das fontes policiais as partes, as comunicações e as correspondências. Dos grupos de fontes é o mais extenso e que requereu tempo um maior de pesquisa. Nas fontes policiais encontramos os registros de casos de morte e/ou dúvidas sobre elas. Partes, comunicações e correspondências eram relatórios que o chefe de polícia, os delegados e os subdelegados tinham que enviar às autoridades hierarquicamente superiores, informando sobre os fatos criminais que tinham ocorrido durante determinado período. Tais fontes tratam frequentemente de casos de suicídio, o que nos permitiu estabelecer uma análise estatística, e conhecer diversas concepções e atitudes diante do suicídio, assim como os motivos e os métodos alegados para o ato.

Os periódicos incluem matérias e artigos e foram na sua grande maioria pesquisados no setor de jornais e revistas raras da Biblioteca do Estado da Bahia. As consultas aos jornais microfilmados foram realizadas no APEB. As matérias permitem chegar a resultados semelhantes aos das fontes policiais. Muitas vezes aparece nos jornais a publicação literal dos relatórios policiais. Um considerável número de casos noticiados nos periódicos não foram encontrados na documentação policial, principalmente os ocorridos em localidades que estavam fora da jurisdição de Salvador. A consulta a essas matérias foi importante principalmente após o ano de 1889, marco limite dos dados policiais.

Já os artigos constituem fontes riquíssimas que possibilitaram a compreensão das idéias correntes na época. São, como já foi dito, em sua maioria de cunho religioso e moralista, ideais para um confronto com as teses médicas. Apesar de não termos encontrado documentos que defendessem abertamente o direito do indivíduo de dispor livremente de sua vida, sabemos que tais opiniões circulavam na Bahia por intermédio das críticas ao suicídio efetuadas nestes artigos.

Os dois grupos de fontes acima foram usados para que pudéssemos chegar às fontes judiciais. Isto porque, uma vez listados os suicidas, tornou-se mais fácil procurar dados referentes aos inquéritos, testamentos, arrecadações e sumários de culpa. Os testamentos e os inquéritos revelaram elementos culturais e quais os motivos que levaram a pôr fim à vida. Os testamentos eram documentos obrigatórios para os “bons cristãos”, recomendados pelas leis canônicas, apresentando atitudes de bem morrer, além de histórias de vida. Já os inquéritos e sumários de culpas eram realizados para averiguar se a morte era realmente proveniente de suicídio e, sendo a resposta afirmativa, quais as circunstâncias em que se processou a morte e se alguém havia auxiliado a vítima. Este procedimento era utilizado

porque, apesar de não haver uma punição para o suicídio, o auxílio era punido pelo Código Criminal do Império.<sup>19</sup>

Nos relatórios dos presidentes da província constam os dados oficiais. Procuramos efetuar cruzamentos entre estes e as fontes citadas anteriormente, para saber se as informações contidas nos diferentes documentos confirmam umas às outras. Na maioria das vezes, os números apresentados nos relatórios não coincidem com a quantidade de casos por nós encontrados nos maços policiais, nos documentos judiciais e nos periódicos, havendo um predomínio quantitativo nas fontes oficiais.

Os relatórios apresentam outras informações, como foi o caso dos apresentados pelo presidente e desembargador João José de Moura Magalhães, em 1848, e por Antônio da Costa Pinto, em 1861. Neles, os autores acreditam que entre as principais causas do suicídio estava o progresso da civilização.<sup>20</sup>

Nos servimos também de teses médicas, encontradas no arquivo do Memorial de Medicina da Bahia, direta ou indiretamente relacionadas com o tema. A partir delas podemos visualizar as idéias que circulavam em solo baiano e que permeavam o imaginário científico. Estas teses eram, em grande medida, reproduções das produzidas na Europa, seguindo as produções teóricas francesas. Veremos que, nas teses, havia uma grande influência de concepções morais, algumas bastante semelhantes aos discursos religiosos publicados na imprensa.

Realizamos ainda a leitura de folhetins. Este tipo de literatura foi bastante divulgado nos periódicos locais, tendo como objetivo não apenas o entretenimento do leitor, em especial o público feminino, mas também a difusão de idéias e concepções, muitas das quais contrárias ao poder patriarcal. Os folhetins, escritos durante as décadas de 1840 e 1850, foram publicados por David Salles, em *Primeiras manifestações da ficção na Bahia*.<sup>21</sup> São também usados como fontes poemas, principalmente os de Junqueira Freire, autor romântico que expressou um forte interesse pela morte.

A dissertação compõe-se de três capítulos acrescidos da Introdução e Considerações Finais. No primeiro, intitulado *Visões do suicídio na Bahia oitocentista*,

---

<sup>19</sup> LUIZ, Francisco. *Código Criminal do Império do Brasil: theorica e praticamente annotada*. Maceió: Typ. De T. de Menezes, 1885. p. 382-3.

<sup>20</sup> UC/PRB, *Falla que recitou o presidente da provincia da Bahia, o desembargador João José de Moura Magalhães, 'abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em 25 de março de 1848*. Bahia, Typ. de João Alves Portella, 1848; e *Falla recitada na abertura d'Assembléa da Bahia pelo presidente da provincia, Antonio da Costa Pinto, no dia 1. de março de 1861*. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1861. p. 19-20.

<sup>20</sup> APEB; *O Noticiador Catholico*, 2 de setembro de 1854.

<sup>21</sup> SALLES, David. *Primeiras manifestações da ficção na Bahia*. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

tratamos das concepções filosóficas, religiosas e médicas sobre o suicídio. Após explorar concepções sobre o tema no Romantismo, procuramos verificar como a Igreja concebia esta prática, e quais as punições previstas e praticadas pela instituição. Para a Igreja, o suicídio constituía um dos principais crimes que o homem poderia cometer contra o poder divino, contra a sociedade e contra si mesmo. Nosso segundo foco no capítulo se concentrou na compreensão de como o suicídio era visto pelos médicos na Bahia oitocentista. Aqui são utilizadas, principalmente, as teses que foram produzidas ou apresentadas na Faculdade de Medicina da Bahia durante e pouco depois do Oitocentos. Conforme apontamos anteriormente, tais teses reproduziam muitas das teorias em voga na Europa, daí a importância de ter como referência estudos como o de Durkheim. A opção por analisar o suicídio na ótica da medicina deve-se ao prestígio que esta área de conhecimento estava adquirindo durante o século XIX. De acordo com Roberto Machado:

O século XIX assinala para o Brasil o início de um processo de transformação política e econômica que atinge igualmente o âmbito da medicina, inaugurando duas características, que não só têm vigorado até o presente como têm-se intensificado cada vez mais: a penetração da medicina na sociedade, que incorpora o meio urbano como alvo de reflexão e da prática médica, e a situação da medicina como apoio científico indispensável ao exercício do poder (...)<sup>22</sup>

A noção de representação, tal como proposta por Roger Chartier, serviu de referência na tentativa de compreender as visões e posturas dos diferentes atores sociais sobre o suicídio, e sua inter-relação. Segundo Chartier, “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares e políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. Ainda para este autor, a investigação sobre as representações “supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências, e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.”<sup>23</sup> Com base nesta noção de representação, consideramos que os discursos em relação ao suicídio na Bahia estavam colocados num campo de disputa de conhecimento em termos de saber e de controle social.

No segundo capítulo, *Ao correr do tempo: natureza e frequência dos suicídios, e perfil dos praticantes*, trabalhamos com as estatísticas sobre o suicídio no Recôncavo

---

<sup>22</sup> MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Graal. 1978.

baiano. Apesar de termos coletado casos ocorridos durante toda a segunda metade do século XIX, no nosso banco de dados estão registrados apenas os suicídios praticados entre 1850-1888. Este procedimento foi adotado de acordo com nosso objetivo principal neste capítulo, que é verificar como se comportou o suicídio nas diversas categorias sociais – escravos, livres e libertos.

Para que fosse possível o maior número de cruzamentos, trabalhamos com diversas variáveis, sendo as mais importantes: “natureza do suicídio”, “sexo”, “origem”, “cor”, “condição social”, “método”, “motivo”, “década”, “cidade”, “região” e, no caso dos suicídios ocorridos em Salvador a “freguesia”. Classificamos os casos encontrados por décadas em que ocorreram os atos: “1850-1859”, “1860-1869”, “1870-1879” e “1880-1888”, esta última representando um intervalo de aproximadamente nove anos.

Apesar de analisarmos apenas o Recôncavo baiano, formamos um banco de dados mais amplo com casos registrados em toda a província, que somados representam 524 ocorrências, sendo a grande maioria referente à região analisada. Optamos por trabalhar apenas com o Recôncavo devido a sua maior homogeneidade sócio-econômica e cultural. Outra questão diz respeito à grande quantidade de trabalhos historiográficos produzidos para esta área, o que facilita a constituição de um quadro mais matizado do contexto.

Para melhor compreendermos os casos envolvendo suicidas de origem africana, tivemos que nos reportar às visões de determinadas etnias, no caso da Bahia a Iorubá, por estarem os representantes deste grupo presentes em maior quantidade.<sup>24</sup> Situação semelhante ocorre em relação ao gênero. Os dois principais eixos de análise estatística foram as variáveis “motivo” e “método”. Quanto aos motivos alegados pelos suicidas ou para o suicídio, os classificamos de acordo com a razão considerada predominante. Dessa maneira, questões amorosas seguidas por assassinatos ficaram registradas na variável “Passional”; ameaças de castigos geradas por desobediência ou furto, onde os escravos fugiram para não verem as ameaças concretizadas, foram registradas como “Castigo”, e assim por diante. Em “Alienação” estão os casos que indicam que as vítimas estavam passando por problemas mentais, aparecendo expressões do tipo “alienação mental”, “loucura”, “desarranjo”, “distúrbios mentais”, “monomania”, “mania”, entre outras. Foram considerados como pertencentes à categoria “Crime” os casos de assassinatos, agressões físicas e furtos em que não houve indicações dos motivos que geraram tais ações. Os

---

<sup>23</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa-Rio de Janeiro: DIFIL-Ed. Bertrand. 1990. (Memória e Sociedade). p. 17.

métodos empregados foram: enforcamento, envenenamento, afogamento, arma de fogo, arma branca, precipitação.

No terceiro capítulo, *O sr. D. e outros: trajetórias e concepções de suicidas sobre a vida e a morte*, procuramos compreender as concepções dos próprios suicidas sobre seu ato. A partir dos documentos encontrados, alguns dos quais deixados pelos próprios suicidas, acreditamos que, ao falarmos de suicídio, não estamos tecendo comentários apenas sobre a morte, mais sim sobre a vida, ou melhor, estamos falando também de histórias de vida. São relatos que contam parte da história de alguns indivíduos, que infelizmente vieram à tona apenas em um momento de desespero e dor. Estes relatos sobre suicídio expressam também características e a trajetória de determinados grupos. Verificamos, nas cartas, principalmente, que as concepções manifestadas por indivíduos eram também coletivas, e nesse ponto o suicídio revela sua faceta social e cultural.

Não apenas as representações da morte nos serviram de linha condutora para a análise dos relatos. Outras idéias foram de fundamental importância para que pudéssemos compreendê-los. Como exemplo, podemos citar o ideal de honra, questão fundamental para alguns suicidas. Visões sobre estes e outros temas são exploradas no capítulo a seguir.

---

<sup>24</sup> ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão-de-obra escrava em Salvador: 1811-1860*. São Paulo: Corrupio [Brasília-DF]: CNPq, 1988. p. 104.

## Visões do suicídio na Bahia oitocentista

Em meados do século XIX florescia no Brasil um dos movimentos artísticos e literários mais expressivos daquele período, o Romantismo. Tendo emergido no século XVIII na Europa, esse movimento representou uma certa ruptura com a estética e os conceitos do Classicismo, então em voga. Colocando em xeque o poder absoluto da razão, os românticos viram no desejo e direito do artista de responder ao apelo dos seus sentimentos e de seguir as tendências individuais, uma das principais características do homem moderno. Estas características estão ligadas à sociedade liberal e à burguesia. Seu surgimento coincide com os efeitos produzidos pela Revolução Francesa, cujos ideais circulavam por várias partes do mundo. O Romantismo assumiu feições particulares em diferentes lugares e época. Segundo Arnold Hauser, ele foi ao mesmo tempo revolucionário e anti-revolucionário, progressista e reacionário, oscilando conforme as circunstâncias.<sup>1</sup>

Para Hauser, o Romantismo foi um movimento que tinha consciência de seu caráter transitório e historicamente ambíguo. Os românticos não apenas buscavam o passado, mas também o futuro, sendo o presente fonte de constante temor, fruto de uma sociedade infeliz, onde a sensação de despatriamento e de solidão foram sentimentos experimentados por aquela geração. Tais sentimentos traduziram-se em diversas tentativas de fuga: “para a utopia e o conto de fadas, para o inconsciente e o fantástico, o spectral e o misterioso, para a idade infantil e o estado de natureza, para os sonhos e a loucura.”<sup>2</sup> Tudo isso eram expedientes na busca de uma vida livre de sofrimentos, de uma irresponsabilidade e ao mesmo tempo sinônimo de frustração com o presente. O inatingível, a infinitude e o desejo de dominar o desconhecido, tornando-o inofensivo, também estiveram presentes no Romantismo, assim como a busca pelo amor, pela fraternidade e pela amizade.

Tal como na Europa, o Romantismo no Brasil apresentou este traço de ambigüidade, fruto de uma sociedade ainda em formação e que buscava a sua afirmação enquanto nação. Uma sociedade onde os meios urbanos ganhavam espaço em relação ao mundo rural então predominante. Sociedade em transformação, mas com uma forte ligação com o passado e uma incerteza quanto ao futuro. Segundo Nelson Werneck Sodré, a alteração ocorrida na sociedade

---

<sup>1</sup> HAUSER, Arnold. *História social da literatura e da arte*. Tradução Walter H. Geener. Tomo II. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972. p. 818.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 828.

brasileira encontraria acolhida no Romantismo. Tais mudanças denunciavam-se no quadro da vida urbana, para onde afluíam ou onde se constituíam novos grupos sociais, a exemplo de empregados de comércio, políticos, artistas, escritores, médicos, advogados e funcionários públicos.<sup>3</sup>

Era nas cidades também que circulavam aqueles que seriam os maiores divulgadores de idéias, os jornais. Foi ainda nas cidades que estudantes e mulheres ganhavam certa liberdade e se tornariam cruciais para o desenvolvimento literário no Brasil, uma vez que o público do período se constituía basicamente por esses dois elementos. Os estudantes se desenvolveram no ciclo das faculdades de direito de Recife e São Paulo e de medicina do Rio de Janeiro e Salvador. Em relação às mulheres, um novo modelo de educação era exigido para que pudessem receber convidados em casa e conviver socialmente na rua e nos salões. A vida urbana contribuiu para o afrouxamento dos velhos laços familiares e patriarcais, abrindo novas perspectivas para as moças e os rapazes, surgindo uma relativa liberdade de escolha quanto aos parceiros e ao rumo que tomariam na vida.<sup>4</sup>

No Brasil, a manifestação dos sentimentos individuais ganharia espaço junto a esses dois setores. O anseio pela liberdade estava então em voga, e entrava em conflito com os ideais paternalistas, ainda bastante representativos. Apesar do Rio de Janeiro constituir o principal centro urbano e onde o Romantismo mais floresceu, Salvador, como segundo núcleo, não ficaria sem experimentar as leituras românticas, assim como de outros movimentos literários. Como afirma David Salles, tal como o Rio, a capital da província da Bahia possuía “uma elite bem-educada – que formava, enfim, um público –, pela atividade intelectual sobretudo dos membros docentes e discentes da Faculdade de Medicina.”<sup>5</sup> Assim, Salvador não ficou incólume às transformações literárias, havendo produções dessa natureza em todas as décadas do século XIX, muito se publicando, também, de ficções estrangeiras em livros e folhetins.

Os folhetins, publicados em muitos jornais, foram os grandes divulgadores no Brasil das formas literárias ficcionais. Este tipo de literatura era direcionado principalmente ao público feminino. Em 1850, por exemplo, o periódico baiano *A época literária* reforçaria esta concepção defendendo e reivindicando a existência de seções dedicadas aos folhetins, sendo

---

<sup>3</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969.

<sup>4</sup> As transformações ocorridas durante o século XIX podem ser observadas também na arquitetura residencial. A introdução de corredores, por exemplo, além de facilitar a comunicação entre os cômodos, reduziria os contatos entre as pessoas no interior da casa, favorecendo assim a privacidade. ARAÚJO, Anete Regis Castro de. *Espaço privado moderno e relações sociais de gênero em Salvador: 1930-1949*. Tese (Doutorado). Salvador: Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Arquitetura, 2003. p. 58-139 e 204-5.

esta a literatura preferida pelas mulheres que em sua maioria eram “pouco dadas às políticas, ciências, belas letras e arte”.<sup>6</sup> Apesar de falar de público feminino de forma generalizada, o periódico estava se referindo às senhoras e moças das camadas mais favorecidas economicamente e que podiam dedicar seu tempo a leituras e bordados. Não podemos esquecer que neste período estava se iniciando na capital da província da Bahia um forte processo de sociabilização que afetaria substancialmente parte do público feminino.<sup>7</sup>

Analisando as produções literárias baianas publicadas nos jornais entre as décadas de 1840 e 1850, Salles as divide em duas correntes. A primeira caracteriza-se por simular a vida e salientar seus mistérios. O enredo se desenvolve por intermédio do improvável, predominando a narração encadeada – fatos que geram fatos, por consequência do antagonismo entre o herói e o vilão –, sempre comentada e sublinhada por máximas morais, expressas em grande medida pelo final trágico de algum personagem, normalmente da heroína ou alguém de sua família. A segunda, influenciada em certa medida pelo teatro, apresenta o ponto de vista do narrador, claramente situado na perspectiva do jovem, com um tom satírico e uma atitude crítica. A marcação do tempo é mais lenta, havendo um abundante uso de diálogo.<sup>8</sup> Apesar de alguns autores afirmarem que na Bahia não houve romantismo, sendo Castro Alves mais influenciado por Recife e Rio de Janeiro,<sup>9</sup> o que não significa dizer que não houvesse produções literárias, o clima de pessimismo, sentimentalismo e reflexões sobre o amor e a morte, e mais do que isso, sobre a própria morte, esteve presente nas penas de Junqueira Freire e de outros escritores.<sup>10</sup> É nesse quadro de transformações e permanências, de liberdade dos sentimentos individuais e de paternalismo, que se insere uma discussão sobre o suicídio na sociedade baiana.

---

<sup>5</sup> SALLES, David. *Primeiras manifestações da ficção na Bahia*. São Paulo: Editora Cultrix, 1979. p. 9.

<sup>6</sup> *Ibid*: p. 12.

<sup>7</sup> Sobre o processo de socialização feminina na Bahia no período, ver REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: FCJA, Centro de Estudos Baianos da Ufba, 2000. n.º 147.

<sup>8</sup> SALLES, *Primeiras manifestações*, p. 17-31.

<sup>9</sup> CÂNDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Vol. 2. São Paulo: Livraria Martins Editores, 1964?. p. 155.

<sup>10</sup> Antonio Carlos Villaça, em nota introdutória do livro *Desespero na solidão*, que reúne poemas de Junqueira Freire, tece os seguintes comentários sobre a decisão do poeta de se dedicar ao monastério: “Tudo aqui é muito misterioso. Aludiu-se a um amor, Sofia, um amor contrariado. Essa hipótese foi proposta por Franklin Dória, mas Homero Pires a afasta. Prefere uma outra interpretação, a do desgosto que lhe vinha do pai. A ida para o mosteiro fora uma fuga de casa, da família. Roberto Alvim Corrêa admite em princípio a autenticidade da interpretação do futuro Barão de Loreto. A frustração amorosa a provocar vocação mística. Mas Roberto vai mais longe e enxerga no desequilíbrio pessoal a razão de ser de tal drama: *Um instinto que o deixasse pressentir na vida conventual uma defesa contra si próprio, contra o delírio e a loucura que por vezes o ameaçavam*”. VILLAÇA, Antonio Carlos. “Nota introdutória”. In.: Junqueira Freire. *Desespero na solidão: seleção poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar; Brasília: INL, 1976. p. 13-4.

Nascido em Salvador em 1832, Luiz José Junqueira Freire expressou em muito de seus poemas uma reflexão extremamente pessimista da vida e uma forte atração pela morte. Seus versos são cheios de amargura e desencanto pelo rumo que tomou a sua vida. A decisão de se enclausurar em um mosteiro, tornando-se monge, muito influenciou o tom forte de sua produção, marcada também por desejos reprimidos. Sua poesia é marca de um tempo, e expressa não apenas os seus sentimentos, mas os de outros indivíduos, seus contemporâneos.

O poema *Morte* é um exemplo da angústia pela qual passava nosso poeta. Nele lêem-se versos que clamam pela destruição da própria vida:

Pensamento gentil de paz eterna./Amiga morte, vem. Tu és o termo/De dois fantasmas que a existência formam./Dessa alma vã e desse corpo enfermo.  
Pensamento gentil de paz eterna, /Amiga morte, vem. Tu és o nada./Tu és a ausência das moções da vida./Do prazer que nos custa a dor passada.  
Pensamento gentil de paz eterna, /Amiga morte, vem. Tu és apenas/A visão mais real das que nos cercam./Que nos extingues as visões terrenas.  
(...)  
Amci-te sempre: - e pertencer-te quero/Para sempre também , amiga morte./Quero o chão, quero a terra, - esse elemento./Que não se sente dos vaivéns da sorte.  
Para tua hecatombe de um segundo/Não falta alguém? – Preenche-a tu comigo./Leva-se à região da paz horrenda./Leva-me ao nada, leva-me contigo.  
(...)  
Não achei na terra amores/Que merecessem os meus/Não tenho um ente no mundo/A quem diga o meu - adeus.  
Não posso da vida à campa/Transportar uma saudade./Cerro meus olhos contente/Sem um ai de ansiedade.  
Por isso, ó morte, eu amo-te, e não temo:/Por isso, ó morte, eu quero-te comigo./Leva-me à região da paz horrenda./Leva-me ao nada, leva-me contigo.<sup>11</sup>

Este poema não foi o único em que Junqueira Freire esboçaria seus desejos mórbidos. Em *Desejo* sua obsessão pela morte fica ainda mais clara: “Eu – que tenho arrostado imensas mortes,/E que pareço eterno;/Eu quero de uma vez morrer pra sempre,/Entrar por fim no inferno!”.<sup>12</sup> A infelicidade está ainda expressa em *O arranco da morte*, onde os dias se tornam fatídicos e melancólicos, um prenúncio da morte anunciada e aspirada:

Pesa-me a vida já. Força de bronze/Os desmaiados braços me perdura./Ah! já não pode o espírito cansado/Sustentar a matéria.  
Eu morro, eu morro. A matutina brisa/Já não me arranca um riso. A rósea tarde/Já não me doura as descoradas faces/Que gélidas se encovam.  
O noturno crepúsculo caindo/Só não me lembra o escurecido bosque./Onde me espera. a meditar prazeres./A bela que eu amava.

<sup>11</sup> DÓRIA, Franklin. *Obras postumas de L. J. Junqueira Freire*. 4 edição. Tomo II. Rio de Janeiro: H Garnier/Liveiro-Editor, 1868?. p. 130-2.

<sup>12</sup> *Ibid*, 126-7.

A meia-noite já não traz-me em sonhos/As formas dela – desejosa e lânguida – /Ao pé do leito.  
recostada em cheio/Sobre meus braços ávidos.  
A cada instante o coração vencido/Diminui um palpite: o sangue, o sangue./Que nas artérias  
fêrvido corria./Arroxase e congela.(...) <sup>13</sup>

Vemos assim que para Junqueira Freire a morte não causava pavor, sendo na vida a única certeza. Apesar de seus desejos, o poeta lutava contra eles, vencendo-os cotidianamente: “Eu - que tenho pisado o colo altivo/De vária e muita dor;/Que tenho sempre das batalhas dela/Surgido vencedor” <sup>14</sup>.

Para Junqueira Freire e seus contemporâneos, expressar seus sentimentos através da escrita poderia ser um mecanismo para escapar de algo ainda mais trágico, a morte através do suicídio. No caso do poeta um indício de que essa possibilidade fazia parte do universo de idéias com que se identificava encontra-se não apenas em suas produções, mas também nas leituras que realizava, a exemplo de Pierre Jean de Béranger, um dos símbolos do romantismo popular francês. Nosso poeta traduziu um poema deste autor, que tem o sugestivo título de *O suicídio*. Neste, Béranger retrata o suicídio de dois jovens ocorrido em fevereiro de 1823. No entanto, é relevante apontar que, no poema, o autor esboça sentimento de perda pela morte dos jovens, mostrando o suicídio como “espanto dos humanos!” <sup>15</sup>.

Outro baiano que retratou o suicídio em sua poesia foi Manoel Carigé Baraúna. <sup>16</sup> No poema também intitulado *O suicídio*, Baraúna resume algumas das concepções sobre tal forma de morrer. Carigé soube, na sua poesia, expressar não apenas sua visão contrária ao suicídio, mas também a suposta visão da vítima sobre o ato. O desespero e a desilusão diante da vida aparecem de forma clara nas primeiras estrofes: “Esta vida! ... Ai de nós! Sombras de enganos,/Cadêa que nos leva ao precipício,/Chimeras, illusões,/Que só se extinguem com o acordar das trevas,/Que só se acabão com o jazer do corpo.” <sup>17</sup> Estas angústias não estavam presentes apenas nas mentes dos intelectuais do período, que conseguiam expressar seus sentimentos de desespero diante da vida através de versos e rimas ou por meio de personagens ficcionais, mas também, como é discutido adiante, no imaginário de pessoas comuns.

O amor como causador de desventuras foi retratado em alguns folhetins publicados pela imprensa baiana. Ao que parece, parte dos sofrimentos de Junqueira Freire tinha suas

---

<sup>13</sup> FREIRE, Junqueira. *Desespero na solidão: seleção poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar; Brasília: INL. 1976. p. 136-7.

<sup>14</sup> *Ibid*, p. 126-7.

<sup>15</sup> DÓRIA, *Obras póstumas*. p. 215-18.

<sup>16</sup> Poeta baiano nascido em 1823. Era filho de pai homônimo, agricultor em Nazaré, cidade localizada no Recôncavo. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1845, defendendo uma tese sobre a gravidez extra-uterina. Morreu em 1851. SALLES, *Primeiras manifestações*. p. 79.

<sup>17</sup> APEB – Microfilmes; *O Crepúsculo*, 10 de março de 1866.

raízes em um amor não correspondido, como verificamos no terceiro verso do poema *O arranco da morte*. Em 1850, frei Mariano de Santa Rosa de Lima publicaria n’*O Ateneu*, o folhetim intitulado *O legado da hora extrema*.<sup>18</sup> Nele frei Mariano conta a história de Porcina, uma jovem “rica em formosura e inocência”, “orfãzinha de pai”, e que ainda não havia “sido tocada pelo vendaval da impureza e do crime”. Porcina era uma donzela de vida simples. A choupana em que morava com sua mãe ficava situada “num recanto da estrada que, saindo da vila de Maragogipe”, levava os viajantes para a imensidão dos sertões baianos. Porcina vivia para sua mãe e para uma pombinha, “com quem repartia o amor – único – que no coração tinha, - o amor de sua mãe”.<sup>19</sup>

A vida pacata de Porcina foi alterada quando a ela chegaram palavras de sedução, falando de um outro amor que ainda desconhecia: “o fel da maldade, lhe foi ministrado na taça doirada dos afagos, e mísera acreditou, e ... perdeu-se”. Porcina não mais ouvia as palavras de Fernando, seu sedutor, e a razão de suas desventuras. Fernando tinha desaparecido sem dar notícias. A jovem inocente e rica em formosura passou a revelar um ar distraído, pensativo e contrito. Os “brincos de donzela” e as “alegrias de moça” estavam para sempre esquecidos. Porcina “estava perdida, o rosto hediondo da desonra lhe estava em frente, tanto mais horrível, quanto estava abandonada, sozinha com ela e com sua desgraça”. A infeliz padecia muito e, “quando o coração sofre todos os demais sentimentos esmorecem, sofrem também!”. O final da história não poderia ser mais significativo. Porcina morre, legando ao padre, que lhe foi ministrar os últimos sacramentos, uma pomba, único bem que ainda lhe restava. Sua mãe também havia morrido. Os viajantes que por ali passassem veriam “os restos de uma cabana em ruínas e abandonada”.

Apesar de não haver uma referência explícita, é provável que Porcina tenha cometido suicídio. O método empregado, talvez indiretamente, pode ter sido a abstinência alimentar, falta de apetite em razão da melancolia e dos desgostos advindos dos desencantos amorosos. Outro indício que nos leva a pensar na hipótese de suicídio se deve ao seu arrependimento na hora da morte. Claro que aqui há uma ambigüidade, podendo o arrependimento estar ligado à perda de sua honra, mas também ter sido utilizado pelo autor de forma indireta para informar que Porcina teria se matado, pois se arrepender e pedir perdão eram atitudes aceitas pela Igreja para livrar o suicida de sanções, como veremos mais adiante.

Ao escrever este folhetim o padre Mariano de Santa Rosa de Lima pretendia mostrar a seus leitores, em especial os do sexo feminino, os perigos de se deixar levar pelo amor. Este

---

<sup>18</sup> Salles não informa em qual edição ou quais edições de *O Ateneu* foi publicado este folhetim.

<sup>19</sup> Retirado do livro de SALLES, *Primeiras manifestações*, p. 113-5.

poderia causar diversos males, inclusive o suicídio, pecado mortal aos olhos da Igreja. O tom moralista do frei Mariano não estava ligado apenas ao fato de ter sido um religioso, mas também a sua origem familiar. Filho de família nobre e tradicional, frei Mariano nasceu em Salvador em 1824, onde recebeu o nome de Mariano Teixeira de Freitas, tendo como pai Antônio Teixeira de Freitas - Barão de Itaparica - e de Rosa Teixeira de Freitas. Seu irmão Augusto foi o autor do primeiro anteprojeto de Código Civil do Império. Segundo Salles, frei Marianno foi, entre os literatos, aquele que mais escreveu ficção.<sup>20</sup>

Porcina não foi a única a padecer dos desgostos de uma desilusão amorosa. Em *Emílio*, folhetim de autoria de Manoel de S. Caetano Pinto, escrito em 1846, as três personagens principais padecem na trama. Um dos protagonistas é Emílio, jovem inconstante e volúvel, “cujo – amor borboleta – gosta de variar á proporção que lindas flores se lhe apresentam sucessivamente – tão fáceis em apaixonar-se, quanto em aborrecerem-se do objeto apenas libado”. Os outros dois são Fausta, donzela inocente, encantadora, de família rica, e seu irmão Tadeu, amigo, companheiro e honrado. Emílio, encantado com a beleza da jovem Fausta e visualizando nesta não apenas uma vítima de seus desejos sedutores, mas também uma possibilidade de voltar a possuir alguma fortuna, arma sua teia. Primeiro com a ajuda de Júlia, ex-escrava de sua família e agora mucama de Fausta – que ignorava tal situação –, depois com a falsa amizade que constrói com Tadeu, que o leva a freqüentar a casa da sua vítima.<sup>21</sup>

Entre visitas, promessas e mentiras de Emílio, Fausta, em “um momento de fraqueza”, “perdeu-se para sempre”. Após a descoberta do acontecido por parte de sua família, a nossa heroína “sente o horror, que inspira a sua existência, e lúgubres idéias envolvem a sua imaginação.” Todos na família tinham ficado desgostosos e raivosos com a traição do vil amigo. Emílio é obrigado por Tadeu a se casar. Mas Fausta pressentia algo de tenebroso no dia do casamento, o que realmente viria a acontecer. Após o enlace matrimonial, Emílio espera todos dormirem, arma-se com um punhal e golpeia seu cunhado, que sucumbe diante de tamanha expressão de ódio e vingança. Emílio, entregue ao desespero, enlouquece, e Fausta “consumida de desgostos tinha expirado!”.

Quais seriam as intenções de Caetano Pinto ao colocar que “lúgubres idéias” passaram pela imaginação de Fausta? Estaria ele se referindo indiretamente à idéia de morte por suicídio? Não saberíamos responder. O certo é que mais uma vez frases que falavam de amor tinham chegado aos ouvidos de uma jovem inocente, causando sua destruição e de sua

---

<sup>20</sup> *Ibid*, p. 111.

<sup>21</sup> *Ibid*, p. 39-62.

família. O fato de seu autor, tal como frei Mariano, ser um religioso – tomou o hábito da Ordem de São Bento em 1839, ordenando-se em 1847 - contribuiu para o final infeliz e moralizador da história. Todavia, o amor como causador de desventuras também foi retratado em outros folhetins por escritores que não estavam ligados à religião por laços institucionais, tais como em *Eugênia* e *Júlia* de Manuel Carigé Baraúna, onde as protagonistas, assim como Porcina e Fausta, perdem a sua honra para um vil sedutor.<sup>22</sup>

Do ponto de vista dos amantes não correspondidos, rejeitados, abandonados ou afastados de seus amados, o suicídio aparecia realmente como uma alternativa. Era melhor morrer a viver suportando as dores do coração. Pensar em suicídio após uma desilusão amorosa fazia parte tanto da ficção quanto da vida real. Em 1853, na freguesia de Santo Antônio, Américo da Silva Araújo Amazonas, menor de 17 anos, filho do Capitão Tenente da Armada Lourenço da Silva Araújo, ingeriu uma porção de veneno, sucumbindo instantes depois. O motivo de tal suicídio teria sido uma paixão amorosa.<sup>23</sup> Foi o abandono da mulher amada, “uma ignobil meretriz”, que fez com que Manoel Balduino Nunes Queiroz, residente no 1º distrito da freguesia de Amargosa, Recôncavo baiano, também ingerisse uma dose de veneno em agosto de 1870.<sup>24</sup>

Ao escrever folhetins onde as personagens principais tinham finais trágicos, frei Mariano e seus contemporâneos estavam se contrapondo a romances e poemas que enalteciam as paixões amorosas e a atração pela morte, combinação explosiva na opinião de muitos. Esses romances quebravam com uma tradição corrente dos casamentos arranjados, ditados pela vontade patriarcal.<sup>25</sup> Desta maneira, os filhos, ao assumirem o amor como um caminho para a felicidade, estavam contestando a autoridade familiar, o que era ainda mais grave nos casos das filhas, pois nelas residia uma parte importante da honra do grupo.<sup>26</sup> Isso era nocivo aos valores familiares e assinalava uma mudança no comportamento dos jovens, uma afronta à moral e aos bons costumes. No artigo *O suicídio*, publicado pelo médico e conselheiro Manoel Ladislau de Aranha Dantas, em 1849, cujo conteúdo será examinado no decorrer

---

<sup>22</sup> Sobre estas duas obras ver SALLES, p. 81-94 e 95-110.

<sup>23</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Polícia (Assuntos)*, maço 3117 (1850-53).

<sup>24</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas de Delegados*, maço 6206 (1869-70).

<sup>25</sup> Segundo Sidney Chalhoub, o conceito convencional de paternalismo acredita ser ele “uma política de dominação na qual a vontade senhorial é inviolável, e na qual os trabalhadores e os subordinados em geral só podem se posicionar como dependentes em relação a essa vontade soberana”. Entretanto, concordamos com Chalhoub, para o qual “a vigência de uma ideologia paternalista não significa a inexistência de solidariedades horizontais, e por conseguinte, de antagonismo social.” Subordinação não significa passividade. CHALHOUB, Sidney. “Paternalismo e escravidão em Helena”. In.: *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 46-7.

deste capítulo, a leitura de romances é vista como perniciosa e causadora de consideráveis e infundáveis males. Segundo Aranha Dantas, romances e dramas modernos eram por um lado “compendios de immoralidade, de infamia e de horrores, e por outro, de homicídio, de suicídio, de prostituição, de adultério, de incesto, de propinação de veneno, e até de parricídio.”<sup>27</sup> Com base na teoria da imitação, de que também trataremos adiante, o dr. Antonio de Paiva Sarmiento, em 1919, expressaria opinião semelhante à de Aranha Dantas, chegando mesmo a afirmar que tais escritos não deveriam ser publicados para evitar que fossem lidos.<sup>28</sup>

A visão de que a leitura de romances que tratavam do amor romântico e do suicídio contribuía para a ocorrência deste último e para a dissolução da moral e dos bons costumes foi expressa também por frei Mariano. Em seu artigo, “Um mal horrível que se desenvolve no meio da população brasileira”, publicado em 1849 em *O Noticiador Catholico*, afirma, baseado nas palavras de Madame de Staël,<sup>29</sup> que o trabalho era um forte veículo para combater o suicídio, e por meio dele o leitor acharia “sempre motivos de destruir o reciocínio do author de Heloiza.”<sup>30</sup> Frei Mariano estava se referindo à obra *A Nova Heloisa*, de Jean-Jacques Rousseau, que apresenta duas cartas sobre a morte voluntária, nas quais as personagens principais expõem opiniões a favor e contra o ato. Segundo Minois, os comentadores da obra, de modo geral, têm dado mais importância à carta de defesa, considerando Rousseau como defensor do mesmo, esquecendo-se da outra carta, contrária à morte voluntária. A própria personagem defensora do suicídio não chega a cometê-lo. Dessa forma, no entender de Minois, “é inexacto dizer-se que Rousseau é o pai do suicídio romântico.”<sup>31</sup>

Segundo Robert Darnton, *A Nova Heloisa* foi talvez “o maior *best-seller*” do Antigo Regime na França. A busca de exemplares ultrapassou tanto o fornecimento, que os livreiros alugaram o livro por dia e até mesmo por hora. Homens de letras como Voltaire, por exemplo,

---

<sup>26</sup> Sobre honra, ver BILLACOIS, François. “Fogueira barroca e brasas clássicas”. In.: Nicole Czechowsky (Org.); *A honra: imagem de si ou dom de si - um ideal equívoco*. Tradução Cláudia Cavalcante. Porto Alegre: L&PM, 1992. p. 52-153.

<sup>27</sup> APEB – Microfilmes: *O Crepúsculo*, 25 de dezembro de 1845.

<sup>28</sup> MMB; SARMENTO, Antonio de Paiva. *O suicídio na Bahia*. (Tese). Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919. p. 48.

<sup>29</sup> Sobre Madame de Staël, que realizou um balanço sobre a morte voluntária no período pré-romântico, ver MINOIS, Georges. *História do suicídio: a sociedade ocidental perante a morte voluntária*. Tradução Serafim Ferreira. Lisboa: Teorema, 1998. p. 339-42.

<sup>30</sup> APEB – Microfilmes: *O Noticiador Catholico*, 10 de março de 1849.

<sup>31</sup> MINOIS. *História do suicídio*, p. 331. Sobre suicídio e romantismo, ver também ALVAREZ, A. *O deus selvagem: um estudo do suicídio*. Tradução Sonia Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 201-211.

achavam a obra sobrecarregada e o assunto desagradável. A mesma opinião não era expressa pelos leitores comuns, que escreviam constantemente para o autor, elogiando-o.<sup>32</sup>

A referência à obra de Rousseau feita por frei Mariano, assim como a tradução por Junqueira Freire do poema de Béranger sobre suicídio, constituem evidências de que concepções filosóficas e românticas surgidas na Europa circulavam em solo baiano, servindo de argumento tanto para aqueles que defendiam que o indivíduo tinha direito de retirar a própria vida, quanto para aqueles que condenavam tal idéia. Entretanto, conforme afirma Minois, o suicídio filosófico, representado pela corrente romântica, estava mais presente nas obras literárias do que na vida real. Falava-se “bastante na morte voluntária, que raramente acontece e, quando são conhecidos os seus motivos, são muitas vezes menos intelectuais do que poderiam deixar crer as conversas de salão.”<sup>33</sup> Tanto o Romantismo quanto o suicídio filosófico passaram despercebidos pela maioria da população baiana, em sua maioria analfabeta. É sintomático o fato de, em nosso levantamento das fontes primárias, não termos encontrado nenhum artigo que defendesse o direito do homem de dispor de sua vida como bem entendesse.<sup>34</sup> Isso não exclui a possibilidade da existência do mesmo, até porque ataques à idéia do direito ao suicídio foram constantemente realizados nos textos moralistas e religiosos. Encontramos, sim, fontes que procuram discriminar o ato.

Outras personalidades baianas do século XIX eram da opinião de que as famílias deveriam vetar a leitura de certos tipos de literatura a suas filhas. José Lino Coutinho aconselhava a d. Idefonça Laura Cezar, mãe de sua filha Cora, que entrava na “idade crítica” – treze ou quatorze anos, ou até mesmo antes, caracterizada por transformações não apenas de ordem física mas emocionais, favoráveis a fantasias e paixões amorosas – que proibisse

A leitura de todos os romances amatorios, versos, e musica de semelhante natureza e índole, he deve ser vedada. porque taes composições, pintando o amor com vivas e brilhantes côres, como origem ineffavel de gosos e prazeres, arroja o bello sexo em um pelago de infortúnios e desgraças: são estas terriveis obras que pintando o homem e o amante como um anjo, e collocando a felicidade nos seus braços, perde a maior parte das mulheres quando, por assim dizer. seduzidas se entregam todas ao amor, porque depois só encontram seres defeituosos e fracos que as abandonam, ou, pelo menos não correspondem ao justo a idéa que d’elles haviam feito.<sup>35</sup>

<sup>32</sup> DARNTON, Robert. “Os leitores respondem a Rousseau: a fabricação da sensibilidade romântica”. In.: *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 277-328.

<sup>33</sup> *Ibid*, p. 309.

<sup>34</sup> Segundo Fábio Henrique Lopes, foi ao longo do século XVIII, com a ajuda do pensamento filosófico, que o suicídio passou a ser problematizado a partir do viés da liberdade de ser ou de não ser. LOPES, Fábio Henrique. *A experiência do suicídio: discursos médicos no Brasil, 1830-1900*. Tese (Doutorado). São Paulo/Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003. p. 55.

<sup>35</sup> BPEB; COUTINHO, José Lino. *Cartas sobre a educação de Cora, seguidas de um catecismo mora, político, e religioso*. Publicado por João Gualberto de Passos. Bahia: Typographia de Carlos Poggette, 1849.

Para Lino Coutinho a leitura dos romances “amatórios” deveria ser substituída por “leituras honestas e abundantes em maxims de moral, de virtude publica e privada.”<sup>36</sup>

Não somente as mulheres sofriam de desgostos amorosos, como sugerem os folhetins. As paixões e a leitura de romances também estavam ao alcance do sexo forte e racional, e podiam causar-lhe os mesmos males. Em 1862, na cidade de Valença, Marcelino José da Silva Junior, branco, 25 anos de idade, casado, guarda-livros da casa comercial de Lydio Augusto dos Santos Affonso, seu primo, cometeu suicídio. Segundo informações de pessoas que estavam a prostrar com Marcelino momentos antes da tragédia, na tarde do dia 23 de abril, este se dirigiu a uma sala contígua à loja e em seguida disparou um tiro na têmpora direita, falecendo horas depois. No relatório ao Presidente da Província, o delegado informou que Marcelino tinha pedido em casamento a filha de um comerciante daquela praça, obtendo a permissão. A partir daquele dia, uma “tristesa invencível” apoderou-se do jovem que fez os últimos acertos de contas de sua fortuna. Logo em seguida, escreveu a todos seus amigos, inclusive seu primo, ao qual informou que “um misterio insondavel o havia levado a praticar tal acto, asseverando o mesmo a seu proprio Pae, a quem pedia perdão, e a benção extrema.” Segundo o mesmo delegado “o suicidado tinha por habito a leitura de romances, era poeta, de uma physionomia momentaneamente alegre, moreno, olhos e cabellos negros, e dado a conquistas amorosas.”<sup>37</sup> O fato de ser dado à leitura de romances e poesia era considerado algo que tornava Marcelino mais propenso a matar-se, além de tais atributos lhe conferirem de uma certa feminilização, já que esses hábitos eram característicos de mulheres. Foi contra situações semelhantes a esta que se levantaram as penas dos moralistas religiosos, defensores dos costumes e das tradições familiares.

Dois fatores eram assinalados por estes para a ocorrência de suicídio: a irreligiosidade crescente no seio da sociedade e os efeitos devastadores do progresso da civilização. Vale assinalar que muitas vezes a irreligiosidade aparece como resultado do processo de civilização. Esta expressão, cunhada na França durante a Idade Moderna, designou por muito tempo os hábitos e comportamentos da nobreza e da burguesia em nítida ascensão social. No Brasil, no decorrer do século XIX, o termo ganhou aos poucos novos significados, em sintonia com a Europa, principalmente França e Inglaterra, onde desde os finais do século

---

<sup>36</sup> Sobre Cora e sua mãe. Ildefonça Laura Cezar, ler REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado/Universidade Federal da Bahia-Centro de Estudos Baianos. 2000.

<sup>37</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Chefe de Policia*, maço 2954 (1860-62).

XVIII passou a representar também o desenvolvimento artístico, tecnológico, científico, filosófico e econômico da humanidade ou, para utilizar a expressão de Ronaldo Vainfas, da parte dela que se considerava superior.<sup>38</sup>

Na visão dos moralistas religiosos esta nova sociedade que estava sendo gestada e que se gabava de inventos úteis, ativo comércio, estilos apurados, sistemas filosóficos puramente racionalistas, e da propagação desses racionalismos por todas as classes e idades, como afirmou o autor do texto “A frecuencia do suicidio”, identificado apenas pelo nome de Murici,<sup>39</sup> era imperfeita, pois era “truncada na parte mais importante, porque, devendo compor-se do positivo, do philosophico, e do Theologico, somente se compõem dos dois primeiros elementos, faltando-lhe o terceiro, que é delles o principal. E este elemento que dá vigor ao positivo, e evedencia ao philosophico.”<sup>40</sup>

Atribuir às transformações sociais a crescente ocorrência de suicídios foi um mecanismo utilizado também por presidentes da província da Bahia. No seu relatório em 1848, o desembargador João José de Moura Magalhães referiu-se ao suicídio nos seguintes termos: “esta molestia, a que os moralistas Filósofos assignão tantas, e tão variadas causas, vai-se tornando frequente entre nós. Parece que para ella muito contribui o augmento da civilização, se quizermos attender, que entre povos barbaros são raros os suicidios.”<sup>41</sup> Anos mais tarde, em 1861, Antonio da Costa Pinto afirmaria que as estatísticas demonstravam que o suicídio ia “augmentando a medida do correr do tempo, e por tanto das conquistas da civilização”.<sup>42</sup> Ainda recorremos às palavras do periódico defensor da moral e da religião por intermédio de Murici para fortalecer esta visão: “Dirais que na corte a civilização é maior:

---

<sup>38</sup> Ver sobre o assunto ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Vol. 1. Tradução Ruy Jungmann; apresentação Renato Janine Ribeiro; Ronaldo VAINFAS (Org.); *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 141-3. Para a Bahia ver, REIS, Cora.

<sup>39</sup> No *Dicionário Bibliographico* de Sacramento Blake há referência a duas pessoas com sobrenome Murici, ambos baianos. O primeiro é João da Veiga Muricy, nascido no ano de 1806 e falecido em 1890. Dedicou ao magistério, lecionando humanidades e particularmente filosofia. Foi sócio da *Sociedade Bibliotheca Clássica Portuguesa*, da *Sociedade Instructiva* e do *Instituto Litterário*. O segundo, José Cândido da Silva Muricy, sobrinho do primeiro, nasceu em 1830, formou-se em medicina pela faculdade baiana em 1852 com a tese *Dissertação medico-philosophica acerca da influencia do jogo sobre o organismo*. Transferiu-se para Curitiba e em 1866 escreve o *Catalogo dos diversos productos da exposição provincial do Paraná*. Ambos podem ser o autor do artigo em questão, sendo necessário uma maior investigação para a comprovação da autoria. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. Vol. IV, p. 62 e 365-6.

<sup>40</sup> APEB – Microfilmes; *O Noticiador Catholico*, 2 de setembro de 1854.

<sup>41</sup> UC/PRB; *Falla que recitou o presidente da provincia da Bahia, o desembargador João José de Moura Magalhães, abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em 25 de março de 1848*. Bahia, Typ. de João Alves Portella, 1848.

<sup>42</sup> UC/PRB; *Falla recitada na abertura d'Assembléa da Bahia pelo presidente da provincia, Antonio da Costa Pinto, no dia 1. de março de 1861*. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1861. p. 19-20.

porque ahi vides maior numero de suicidas. Vedes como os nossos sertões são poucos civilizados; mas como lá domina mais a religião, raro é lá o suicidio.”<sup>43</sup>

A associação entre suicídio e civilização permanecia forte ainda no final do século. Joaquim M. de Sant’Anna afirmaria, em artigo escrito em 1892 na cidade de Cachoeira, que “o suicidio, symthese da desesperação contemporanea, principalmente, tão praticada, aquilata a depressão moral e religiosa, que lavra nos tempos de hoje, quando a descrença conculca todos os costumes e sentimentos nobres.”<sup>44</sup> Com tantas pessoas considerando a civilização a principal responsável pelo aumento do suicídio fica a pergunta: haveria realmente uma epidemia de suicídio no século XIX? Para responder a ela seria necessário estarmos de posse de dados estatísticos referentes a todo o século XIX, o que não nos é possível. Uma suposição plausível é que esta visão não passava de impressão dos contemporâneos em virtude da melhoria nas técnicas de registros estatísticos. Isso é corroborado pelo interesse dos periódicos em noticiar os casos, principalmente aqueles mais espetaculares, o que possibilitava uma maior visualização dos mesmos. Porém, parece não haver dúvida, e disso trataremos no capítulo seguinte, de que existiam certas condições para a proliferação da idéia de que a civilização era uma razão para o suicídio na Bahia.

Não devemos pensar que moralistas religiosos eram totalmente contrários à civilização. Eles apenas não aceitavam, como fica claro no artigo de Murici, que a sociedade pudesse se desenvolver perfeitamente na ausência dos valores religiosos e morais. Tais autores não criticavam apenas a civilização, seu oposto também era atacado. Para alguns o suicídio esteve presente na história da humanidade quando esta vivia na barbárie, estado representado pelo paganismo, estoicismo e epicurismo, doutrinas que exaltavam ou aceitavam a morte voluntária. Todavia, quando o filho de Deus chegou à terra, anunciando novas máximas, tal situação tendeu a se reverter. Tempos mais tarde o suicídio retornaria com força ao seio da humanidade, principalmente no tempo dos “Ingleses do reinado de Henrique VIII para cá, e dos Francezes que depois de Voltaire ficarão philosophos, e matão-se philosophicamente.”<sup>45</sup> Ou seja, para os moralistas religiosos o suicídio teria voltado a ser uma ameaça à humanidade com a emergência do Protestantismo e do Iluminismo. Dessa forma, para a Igreja, não se tratava apenas de combater o suicídio, mas também de utilizá-lo como

---

<sup>43</sup> APEB – Microfilmes; *O Noticiador Catholico*, 2 de setembro de 1854.

<sup>44</sup> CEDIC; *Almanach do Diário de Notícias*, 1894.

<sup>45</sup> APEB – Microfilmes; *O Crepúsculo*, 10 de janeiro de 1846.

argumento contra seus inimigos. Correntes protestantes utilizaram-se do mesmo mecanismo para atacar o Catolicismo.<sup>46</sup>

Exemplos eram citados pelos autores para ilustrar os efeitos da civilização. Além dos amantes que se deixavam levar pelo excesso de romantismo, constavam na lista os comerciantes que tiveram perdas que os levaram a ruína; aqueles que, cercados pela miséria e vendo sua família passando fome, não tinham meios para remediar aquela situação; os criminosos, fossem eles encarcerados ou condenados à pena de morte. Os exemplos eram úteis e mais fáceis de serem compreendidos, pois decerto os leitores conheciam alguém que tinha passado por tais situações, e quem sabe eles mesmos as estariam experimentando. Todos aqueles que se enquadravam em um destes grupos encontrariam no Evangelho a solução e o consolo necessários. Aliás, não somente o evangelho era evocado como fator profilático. Outra alternativa era a leitura de romances honestos e que exaltavam a moral, como afirmou Lino Coutinho em passagem citada anteriormente.

As discussões em torno das causas basilares do suicídio se acirraram a partir da publicação de artigo de autoria de Tiburtino Moreira Prates, em 25 de dezembro de 1845. Fazem parte dessa querela outros artigos: a réplica do dr. Aranha Dantas escrita em 10 de janeiro de 1846 e a tréplica de Moreira Prates publicada em 10 de fevereiro, todos publicados em *O Crepúsculo*. Podemos acrescentar mais um texto, que acreditamos fazer parte dessa disputa pública sobre as verdadeiras causas do suicídio na sociedade baiana, escrito pelo frei Mariano de Santa Rosa de Lima em 30 de dezembro de 1845, mas publicado apenas na edição de janeiro e fevereiro do ano seguinte n' *O musaico*. Antes de examinarmos com mais propriedade os termos da discussão, é importante explorar a biografia dos protagonistas, com exceção da do frei Mariano, já apresentada anteriormente.

Os outros dois personagens eram médicos. Segundo Sacramento Blake, Tiburtino Moreira Prates nasceu em Monte Alto, província da Bahia, em 1820. Graduou-se em medicina na Bahia, defendendo a tese *Identidade da espécie humana* no ano de 1846. Tornou-se diretor do jornal *O Crepúsculo: periodico instructivo e moral da sociedade Instituto Litterario*, publicado duas vezes por mês. Além dos artigos que nos interessam centralmente aqui, publicou outros textos no mesmo periódico, entre os quais *Inconvenientes, á que se sujeitam as mães, que não amamentam seus filhos*.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> Sobre isto, ver MINOIS, *História do suicídio*, p. 149-84.

<sup>47</sup> SACRAMENTO BLAKE, *Diccionario bibliographico*, vol. VII. p. 145-6.

O currículo de seu oponente era bem mais pomposo. Nascido em 27 de julho de 1810 na província de Sergipe,<sup>48</sup> Manoel Ladislau de Aranha Dantas formou-se em cirurgia em 1832 pela antiga escola cirúrgica, foi nomeado no ano seguinte lente da mesma escola, sendo-lhe conferido o título de doutor em 1855. Detentor de vários títulos honoríficos, entre os quais o de comendador da Ordem da Rosa e da de Cristo, foi também membro honorário da Academia Imperial de Medicina, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico da Bahia, presidente interino da Comissão de Higiene Pública e membro do Conselho de Instrução Pública da Bahia. Além disso, participou ativamente da Guerra do Paraguai. Encontram-se entre suas publicações: *As feridas envenenadas*, tese de concurso em 1837; “O veneno das cobras” em *O Crepúsculo* de 1846; um *Curso de Patologia Externa*, escrito em 1847; *Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, relativa ao ano de 1855*, publicada em 1856; *Relatório da comissão de hygiene publica da provincia da Bahia sobre o estado sanitario da provincia no anno de 1855*. O dr. Aranha Dantas faleceu em 1875 deixando incompleta a segunda edição, com várias alterações, de seu curso de patologia externa.

É provável que Tiburtino Moreira Prates tenha sido aluno de Aranha Dantas e que a contenda que veremos a seguir esteja associada a sua convivência nos corredores e salas da Faculdade de Medicina da Bahia. Por estarem ambos inseridos num importante centro de conhecimento, talvez tivessem contato também com frei Mariano. Os dados biográficos apresentados acima indicam que os personagens da disputa falavam de lugares privilegiados, podendo confrontar as suas idéias em pé de igualdade.

Tratemos agora do debate. Este teve início ainda na Faculdade de Medicina quando da defesa da tese *Considerações acerca da musica e sua influencia sobre o organismo*, de Sabino Olegário Ludgero de Pinho, para obtenção do grau de doutor em medicina. Infelizmente não nos foi possível localizar esta tese, o que possibilitaria verificar quais os argumentos utilizados pelo referido doutor a ponto de provocar um debate público.<sup>49</sup> Segundo comentários dos participantes da contenda, Ludgero de Pinho havia proposto que a loucura

---

<sup>48</sup> Há um impasse quanto à data de nascimentos de Aranha Dantas. Enquanto Sacramento Blake afirma que ele teria nascido em 1817, Eduardo de Sá Oliveira informa que ele teria nascido em 1810. Optamos pela segunda informação, pois a obra de Oliveira dedica-se apenas aos professores da Faculdade de Medicina. Oliveira foi ex-aluno da Faculdade, e teve acesso aos documentos da instituição. OLIVEIRA, Eduardo de Sá. *Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia: concernente ao ano de 1842*, Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1992. p. 163-4.

<sup>49</sup> Supomos, a partir de informações colhidas entre as funcionárias do Memorial de Medicina da Bahia, que a tese tenha sido perdida no incêndio ocorrido décadas atrás. Consultamos sem sucesso outros locais onde poderíamos encontrá-la, visto terem em suas coleções algumas teses médicas, tais como a Fundação Clemente Mariani e a Biblioteca Nacional.

era a verdadeira causa do suicídio, sendo criticado, neste aspecto, por Aranha Dantas. O conflito até então restrito ao meio acadêmico foi a público com a publicação do artigo de Moreira Prates, em 25 de dezembro de 1845.

Data importante para a doutrina católica, o dia de Natal seria um momento propício para se combater práticas contrárias à moral cristã, tais como o suicídio, o adultério e o assassinato. Exemplo de resignação e obediência às determinações de Deus, a história da vida e da morte de Jesus Cristo foi algumas vezes utilizadas nos artigos como argumentos para condenar a prática do suicídio. Todavia, o que os baianos leram naquele dia santo não foi uma defesa incisiva da morte voluntária como fruto da irreligiosidade. Ao invés disso, o diretor do jornal fez um contundente ataque a algumas práticas da religiosidade católica, taxando-as de fanatismo religioso.<sup>50</sup>

No seu artigo, Prates considera que, assim como todos os seres vivos, o homem tinha sido dotado por Deus do espírito de conservação da própria vida, da busca da felicidade e do medo da morte. Contraditoriamente, aqueles homens que buscavam a felicidade acima de tudo eram os mesmos que armavam “contra si um punhal suicida!”. Havia, segundo Prates, duas correntes explicativas para o ato, uma que defendia a hipótese de que tal acontecimento se processava em perfeito estado mental e outra que acreditava que o suicídio era fruto de um desarranjo das faculdades mentais. Prates não aceitava a primeira versão. Tecendo críticas a Aranha Dantas, afirmou que “com quanto admittamos, que a irreligiosidade possa algumas vezes influir em um suicidio, não podemos concordar em que seja sua causa determinante, e immediata, e muito menos, sua causa exclusiva”. Além de acusar o seu interlocutor de atribuir apenas à irreligiosidade a incidência de suicídios, o diretor do jornal afirma ainda que: “Nós ainda mais julgamos, que o fanatismo religioso, que se póde considerar como uma religiosidade excessiva, póde conduzir, e *quasi sempre conduz ao suicidio*”.<sup>51</sup> Na sua concepção, o fanatismo religioso era a causa de alguns suicídios indiretos ao sujeitar as pessoas às penitências, às abstinências e às demoras nos templos, que na maioria das vezes estavam “infectados das pestíferas exalações cadavericas, e outras causas mortíferas”. Prates estava fazendo referência à teoria miasmática, que justificou diversas ações contra atitudes culturais, inclusive servindo de argumentos para a proibição dos enterramentos nas igrejas.<sup>52</sup>

---

<sup>50</sup> APEB – Microfilmes: *O Crepúsculo*, 25 de dezembro de 1845 e 10 de janeiro de 1846.

<sup>51</sup> *Grifos meus*.

<sup>52</sup> Sobre miasmas e suas implicações na sociedade brasileira, ver REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; Onildo Reis DAVID, *O inimigo invisível. Sobre a teoria dos miasmas e suas utilizações pelos poderes públicos e privados ler também*, CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Na visão de Prates, o fanatismo religioso se expressava em doutrinas que ensinavam a desprezar as coisas da vida terrena e esperar a felicidade após a morte. Para ele, a verdadeira religião pregava a felicidade tanto na vida quanto na morte, sendo uma arma contra o fanatismo. Observa-se que o autor acreditava na existência da vida após a morte, mas não podia aceitar a idéia da felicidade apenas nela. Mesmo aceitando, para alguns casos, a irreligiosidade como fator motivador do suicídio, como não atribuir à loucura tal ato de desespero, visto que o irreligioso não acreditava em outra vida e estava destruindo o seu mais precioso bem? Os seus argumentos o levam a afirmar, incontestavelmente, que “o suicídio he sempre dependente de um estado de loucura”.

A resposta a esta afronta à religião foi dada por Aranha Dantas na edição de 10 de janeiro de 1846. De início, refuta a acusação de que teria afirmado que o suicídio não ocorreria em um indivíduo em estado de alienação mental. Aliás, ainda segundo ele, em tais casos não poderia ser imputada responsabilidade à vítima, “pois que não houve conhecimento do mal nem intenção de o praticar”. Porém propõe que a maior parte dos suicídios era praticada por indivíduos que ignoravam as normas da religião. Argumenta ainda que eram notórios os casos de suicídios praticados com premeditação e sem o menor sinal de loucura. Para desqualificar ainda mais a tese da alienação, e como que pedindo punição mais severa para os suicidas, compara-os com os homicidas, propondo que aqueles que defendiam a tese da loucura como causa principal do suicídio poderiam fazer o mesmo em relação a homicídios e furtos. Mesmo quando o suicídio era praticado em estado de alienação mental, este era na maioria das vezes apenas um motivo ocasional. Assim, suas causas residiriam verdadeiramente na incredulidade e na ignorância da religião, tanto assim que estava provado “que em todas as nações amiudão-se os suicídios á medida que o sentimento religioso diminue”. Portanto, seus argumentos eram universais sendo este mais um motivo para não haver contestações.

Os argumentos de Aranha Dantas contra a tese da loucura e a favor da irreligiosidade foram fortalecidos pelo frei Mariano. Verificamos que seu artigo é uma clara resposta ao de Prates não apenas pela data em foi escrito e publicado – 30 de dezembro de 1845 e janeiro-fevereiro do ano seguinte, respectivamente – mas também por menções implícitas, como fica demonstrado na citação abaixo. Para frei Mariano

*Se a Religião, o que se não pode duvidar, contém a humanidade em seos desvarios, se ella lhe oppoem forte barreira, as austeridades, que ordena, bem longe de levar-nos á um suicidio indirecto (como he opinião de alguns) nos conserva a existência, a enche de delicias*

verdadeiramente do Céu, e finalmente dirige nossa vida por um caminho cheio de sólidos prazeres, matisado de aromas, que confortão a alma, e embellecido de respeito e acatamento.<sup>53</sup>

O autor compara as penitências, abstinências, jejuns e o ar dos templos, assim como as demais austeridades da religião, com a atmosfera dos prostíbulos, “onde o homem, respirando luxúria se vai lançar nos braços da beleza aviltada e mercenária”, o “ar fétido, e empregnado, que se respira n’estas furnas de escândalo, meseria, descaro.” Seriam estes locais os verdadeiros aniquiladores da vida. E, assim como Aranha Dantas, afirma que ainda que muitas vezes o suicídio fosse acompanhado de um estado de loucura, a seu ver nem sempre assim acontecia. Isso tanto era verdade que a religião católica, infalível em suas máximas, punia o suicida, privando-o das regalias do homem cristão.

A veemência com que os moralistas religiosos procuram defender a tese da irreligiosidade nos faz supor que esta constituía verdadeiramente uma ameaça imediata para a Igreja na sociedade baiana, e que a religião já não conseguia mais exercer a influência de antes. Parte da perda do seu prestígio se processou nos setores letrados, principalmente com o relativo poder que vinha adquirindo o saber médico durante o século XIX. A outra perda ocorreu junto à população e tinha como um de seus agentes o processo de romanização, pelo qual a elite eclesiástica brasileira procurava aproximar o país dos dogmas defendidos no Concílio de Trento. Essa aproximação visava garantir não apenas uma maior autonomia dos bispos perante as autoridades imperiais, mas também pôr fim a valores religiosos populares que aliavam diferentes concepções religiosas às cristãs.<sup>54</sup> Entre as lideranças do movimento encontrava-se D. Romualdo Antonio de Seixas, arcebispo da Bahia. Figura marcante no seu tempo, D. Romualdo ocupou por diversas vezes cargos políticos na Assembléia Provincial e Nacional, sendo um dos responsáveis pela publicação d’*O Noticiador Catholico*, jornal que, como podemos verificar, veiculou uma série de opiniões sobre o nosso tema. O arcebispo da Bahia não podia tolerar a existência de um mal como o suicídio entre suas ovelhas.

Não devemos pensar, entretanto, que a oposição entre ciência e religião era tão rígida quanto parece. Pelo contrário, os médicos ainda estavam demarcando a seu campo de atuação. Mesmo entre estes não havia homogeneidade, ocorrendo debates e acusações mútuas em

---

<sup>53</sup> APEB – Microfilmes: *O Musaico*, jan-fev de 1846. *Grifos meus*.

<sup>54</sup> Sobre o processo de Romanização, ver MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX; uma província no Império; e também VAINFAS, Dicionário*.

relação às teorias e aos procedimentos adotados. Muitas vezes, as visões de ambas as linhas apareciam mescladas em determinados temas.<sup>55</sup>

Retornemos à nossa contenda. A réplica proferida por Aranha Dantas foi respondida com uma tréplica, que aparece na edição seguinte do mesmo periódico. Sua motivação foi menos o suicídio e mais diretamente a arrogância com que Aranha Dantas tratou a seu opositor. A resposta de Prates contra este ar de superioridade foi em um tom bastante irônico. Afirmou que sentia grande prazer de ter lido o artigo do professor, alegrando-se com a forma provocante de seus comentários sobre suicídio. Todavia, apesar de não se considerar tão sábio quanto ele, citando Diderot, para o qual “sobre certos pontos melhor he dizer disparates do que nada dizer”, compromete-se a continuar entretendo seus leitores com aquela discussão, pois seu único objetivo era a busca da verdade.

A arrogância de Aranha Dantas em relação a seu opositor é exemplificada na discussão sobre a abstinência. Pretendendo por em dúvida os conhecimentos médicos do diretor do jornal, que ao que parece não exercia a atividade para a qual havia sido formado, Dantas afirmou que “não me ocuparei das disciplinas, das abstinencias, e da demora nos templos; porque nada disso nunca matou, nem pode matar a ninguém. *O meo amigo há de ser Medico* e então muitissimas veses recommendará a mais rigorosa abstinencia.” Além de fortalecer os argumentos de que as penitências e abstinências não seriam suicídios indiretos, afirma sua superioridade como professor de medicina sobre seu provável ex-aluno, que algum dia haveria de ser médico e teria a oportunidade de comprovar tudo aquilo de que falava o mestre.

Antes de abandonarmos esta disputa de egos, é relevante verificar quais foram as respostas de Prates a esta derradeira ofensa. Apesar de longas não poderíamos deixar de colocar suas partes mais contundentes. Com a palavra, o treplicante:

Entendemos por suicidio: *todo o acto pelo qual o homem procura voluntariamente encurtar seos dias*. Partindo desta intelligencia, que he muito comezinha, não podiamos deixar de considerar como suicidios indirectos – as disciplinas, as abstinencias em individuos de constituição fraca, as demoras nos templos infectados de eshalações cadavericas, sendo innegavel que diversos meios usão os devotos para martyriziar seo corpo, pelo desprezo que votão á esta exestencia terrestres...

Diz o nosso nobre contendor, que *a abstinencia nunca matou, nem pôde matar a ninguém!* Cremos, que um Medico não pôde dizer tal, quando todo o mundo sabe, que sem comer não se pôde existir, e em certas pessoas a abstinencia de um dia pode trazer funestas consequencias ... Nenhum medico ignorará os terriveis effeitos da fome: que causa delirios, e pôde mesmo levar

---

<sup>55</sup> Sobre conflitos entre os saberes médicos, ver SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, CECULT, IFCH, 2001.

ao suicídio. Crerá o nosso amigo, que he com abstinencia, que se tem creado os nedios frades que entopem nossos conventos?<sup>56</sup>

Aranha Dantas, frei Mariano e tantos outros defensores da teoria da irreligiosidade e dos efeitos nocivos da civilização, utilizaram três critérios para julgar o suicídio um crime. Este, ao mesmo tempo, constituía um atentado contra Deus, contra a sociedade e contra si mesmo. O argumento do crime contra Deus se alicerçava em duas máximas bíblicas. A primeira é que “a vida somente a Deus pertence”, sendo o homem apenas depositário dela, não podendo assim pôr fim àquilo que não lhe pertencia, sendo um usurpador se assim procedesse. A outra máxima é o sexto mandamento, “não matarás”, que valia, de acordo com os autores, não apenas para condenar a ação contra o outro, mas também contra si.

O segundo critério para condenar o suicídio advinha do compromisso que o indivíduo tinha para com a sociedade, considerada pelos moralistas como uma segunda mãe. Essa idéia foi lembrada quarenta anos mais tarde, em 1898, pelo periódico *Leituras Religiosas* em uma série de artigos veiculados na seção *Explicações da Doutrina Christian: da moral, dos peccados e da graça*. Se era no ventre materno que recebíamos a vida, era no seio da sociedade que nos amamentaríamos de virtudes intelectuais e morais, “sem ella ficaria o nosso espirito sem cultura, a nossa fraqueza sem amparo; as nossas necessidades sem socorro; as nossas capacidade sem applicação nem exercicio; n’uma palavra, é á sociedade, depois de Deus, que devemos quase todos os nossos bens.”<sup>57</sup> O último critério afirmava, entre outras coisas, que matar-se seria um crime contra si na medida em que comprometeria a própria honra e a salvação da alma no outro mundo.

As punições previstas no âmbito eclesiástico eram tanto de ordem “material” quanto espiritual. Materialmente, a punição se configurava a partir da negação de sepultura em solo sagrado para aqueles que cometessem suicídio. Devemos atentar para o fato de que a posse de uma sepultura em solo sagrado, principalmente se fosse dentro dos templos, verdadeiros campos santos, traria não apenas maior possibilidade de salvação para a alma, mas também prestígio social.<sup>58</sup>

---

<sup>56</sup> APEB – Microfilmes: *O Crepúsculo*, 10 de fevereiro de 1846.

<sup>57</sup> APEB – Microfilmes: *Leituras Religiosas*, 13 de fevereiro de 1898. Apesar de haver um relativo distanciamento entre as datas de publicação de algumas idéias, estas, na verdade, circulavam e foram debatidas por toda a segunda metade do século XIX.

<sup>58</sup> Diversos concílios legislaram sobre o suicídio, destacando-se para nosso estudo o Concílio de Arles (452), que condenou o suicídio de escravos e servos, considerando-o como prova da ação demoníaca; o Concílio de Braga (563), que proíbe a realização de cerimônias cristãs para os suicidas; e o Concílio de Nîmes (1284), por ser o primeiro a proibir expressamente a concessão de sepulturas eclesiásticas aos suicidas. Conferir MINOIS, *História do suicídio*; p. 35-57; e ALVAREZ, *O deus selvagem*, p. 80-2.

Na concepção cristã, corpo e alma eram elementos interligados, e a morte não significava o aniquilamento total do homem, mas uma passagem da vida terrena para outra vida.<sup>59</sup> Entretanto, o destino da alma – Céu, Inferno ou Purgatório – e as punições que esta receberia dependeriam das atitudes tomadas durante a vida na terra. Nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, dom Sebastião Monteiro da Vide, em 1707, fixou determinações sobre as penas para aqueles que retirassem a própria vida. De acordo com as *Constituições*, estava vetada a concessão de sepulturas a blasfemos, excomungados, infiéis, judeus, cismáticos, apóstatas, ladrões e violadores da Igreja, e aos “que estando em seu juízo perfeito por desesperação, ou ira voluntariamente se mataram, ou mandaram matar, morrendo também sem signaes de arrependimento.”<sup>60</sup>

Atentemos para o fato de que as punições não se aplicavam para aqueles que estivessem loucos ou que demonstrassem arrependimento do seu ato. Em *A morte é uma festa*, Reis afirma que uma das estratégias usadas por parentes de suicidas era classificar o ato como resultante de loucura. Segundo o autor, “os vivos se empenhavam em proteger seus mortos dessa desgraça adicional.”<sup>61</sup> Dois séculos antes, o *Código Filipino*, ao tecer leis sobre os direitos régios de se apossar dos bens de um criminoso, isenta aqueles que cometessem suicídio em estado de loucura:

E se algum fosse preso, ou acusado por tal crime, que, se provado fosse e por elle condemnado, perderia para Nós seus bens, e elle se matasse com medo da pena, que poderia haver pelo dito crime por que he preso e acusado, perderá seus bens para Nós, posto que o crime inda não fosse provado, assim(*sic*), e na maneira que os perderia, se pelo dito crime sendo provado, fosse condemnado. Porém se se matar por sanha, doudice, ou nojo, não perderá os bens ou outra causa algumas para Nós<sup>62</sup>

Ora, se a própria Igreja isentava o suicida de castigos no caso de loucura e arrependimento, podemos imaginar que, caso aceitasse a tese da alienação como única causa do suicídio, estaria inutilizando suas próprias determinações. Isso poria em dúvida a infalibilidade da Igreja, que desde a Idade Média estipulava progressivas punições para os

---

<sup>59</sup> Sobre concepções sobre passagem da alma, ver REIS, *A morte é uma festa*; RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da morte*. Rio de Janeiro: Achiáme, 1983; ARIËS, Philippe. *O homem diante da morte*. Tradução Luzia Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. 2 vol

<sup>60</sup> VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições primárias do Arcebispado da Bahia*, p. 287-303.

<sup>61</sup> Reis, *A morte é uma festa*; p. 192.

<sup>62</sup> CÓDIGO PHILIPPINO ou *Ordenações do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d’el-rey d. Philippe I*. 14ª edição. Rio de Janeiro: Tupographia do Instituto Philomathico, 1870. (Liv. 2, Tít. XXVI, § 32). p. 443.

suicidas. Estaria também fornecendo argumentos para os ataques que ela vinha recebendo, durante o século XIX, principalmente de setores políticos e científicos.

Conquanto houvesse penas prescritas nos códigos não devemos deduzir daí que eram cumpridas à risca. Diversos tipos de estratégias eram forjadas com a intenção de escapar às sanções. É mais uma vez frei Mariano que se manifesta contra o seu descumprimento. Segundo ele “no nosso paiz desgraçadamente como que se tem desprezado esta lei – por ambição ou commiseração. Não sabemos, mas o certo he que temos visto suicidas enterrados no meio dos Templos, com todas as pompas funebres, e honras que a Igreja nega á quem desvairado vai contra os Mandamentos Divinos.”<sup>63</sup> O frei compreendia que parte da responsabilidade pelo desrespeito às determinações eclesiásticas era dos próprio membros da Igreja.

Não apenas a loucura, a ambição e a piedade eram motivos para ludibriar as determinações eclesiásticas. Alguns suicidas se valiam de outros mecanismos, tal como simular mortes acidentais ou naturais. Esta foi a atitude do coronel Raimundo Francisco de Macedo Magarão, morador da freguesia da Vitória em Salvador, em março de 1871. Magarão cometeu suicídio por envenenamento, tentando fazer crer que sua morte foi por afogamento acidental.<sup>64</sup>

Para a Igreja, o Inferno era o local reservado para os suicidas. Essa visão, construída ainda na Idade Média, foi constantemente reforçada nos artigos. O Inferno de que falavam os autores tinha uma existência “geográfica” e tormentos “reais”.<sup>65</sup> Ele era representado como um abismo abrasador, onde os tormentos e os remorsos tornavam-se infundáveis. Os sofrimentos infernais eram tão cruéis que o *Leituras Religiosas* fez questão de ressaltar que muitos suicidas desejariam voltar a este mundo para sofrer agora as angústias da pobreza e os trabalhos mais penosos da vida.<sup>66</sup> Por meio dos textos percebemos que, para aqueles que não se arrependessem do terrível ato de pôr fim à própria existência antes de partir dessa para a outra vida, até mesmo o Purgatório lhes era negado. Para outros, nem mesmo o sinal de

---

<sup>63</sup> APEB – Microfilmes: *O Noticiador Catholico*, 10 de março de 1849.

<sup>64</sup> APEB – Colonial e Provincial: *Correspondências Recebidas de Delegados*, maço 6208 (1870-71).

<sup>65</sup> Dante Alighieri, em *A divina comédia*, reserva o sétimo círculo do Inferno aos suicidas, que lá se transformavam em árvores. Uma dessas árvores dá a seguinte explicação a Dante e ao poeta Virgílio, que o ciceroniava: “Quando homem violento, dominado pelo furor, voluntariamente apaga a sua vida, é atirado por Minos ao sétimo círculo. Cai, ao acaso, no meio da floresta qual semente germina e se faz árvore, cuja fronde serve de pasto às Harpias, as quais, provocando a dor, a esta abrem a janela que são os gritos. No dia do Juízo Final, como os demais iremos procurar os nossos corpos sem podermos jamais nos revestir deles, pois em vida os rejeitamos. Serão arrastados para aqui e permanecerão pendentes dos galhos da árvore na qual a alma acha-se prisioneira”. ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia*. Tradução Fábio M. Albert. São Paulo: Nova Cultural, 2003. p. 58.

<sup>66</sup> APEB – Microfilmes; *Leituras Religiosas*, 20 de fevereiro de 1898.

arrependimento era justificativa suficiente para garantir aos suicidas uma sepultura cristã. Além de considerar o suicídio como usurpação dos direitos divinos sobre a vida e a morte, Aranha Dantas acreditava ainda que ele era um de “crime de lesa Sociedade, crime enorme e irremediável, porque, ainda que dado o arrependimento, não se pode dar a emenda.”<sup>67</sup>

Animalizar, demonizar e ferocizar o suicida foram outros mecanismos bastante utilizados nos artigos para desqualificar e desvalorizar ainda mais o ato e seus adeptos. Sobre isto, José Carlos Rodrigues afirma que todo homem desvalorizado e que não é plenamente reconhecido como homem, não tinha direito à sobrevivência – principalmente a moral –, inserindo nesta categoria os suicidas.<sup>68</sup> Era essa a intenção dos detratores do suicida. Expressões como “animal indomito”, “só de homem tens a forma”, “fera mais cruel que as demais feras”, utilizadas por frei Mariano,<sup>69</sup> ou ainda “vae-te com Satanaz que és um monstro” encontrado em um pequeno texto de autoria anônima, publicado n’*A Marmota Fluminense*, parecem ter esse objetivo.<sup>70</sup> Ainda mais utilizada foi a alegação de covardia com uma característica inerente ao suicida. Praticamente todos os textos que desqualificam o suicídio enquanto um ato de loucura, e mesmo alguns que procuram descriminalizá-lo, como o exemplo que veremos logo a seguir, não se afastaram dessa idéia ao afirmar que o suicida não tinha coragem para enfrentar as causas que o levavam ao ato.

Apesar de não termos encontrado nenhum artigo que afirmasse que o suicídio era um ato de coragem, esta idéia parece ter sido corrente no século XIX. Isto é indicado pelos discursos que se contrapõem a tal concepção. Entre as diversas citações que poderíamos utilizar para sustentar o que afirmamos, optamos pelas palavras do dr. Pedro Carlos da Costa Cabral, em artigo intitulado “Qual o valor moral do suicídio”, publicado n’*O Noticiador Catholico*. Segundo Costa Cabral, “se alguma coragem há (no suicídio), é só no momento da execução d’esse horroroso crime, mas a mesma coragem é filha da propria cobardia, e muito passageira.”<sup>71</sup> O autor falava de uma posição privilegiada, pois sua tese de doutoramento tinha como título *Breves considerações medico-philosophicas sobre o suicidio*, sendo o artigo aqui citado parte da mesma.<sup>72</sup>

---

<sup>67</sup> APEB – Microfilmes: *O Crepúsculo*, 10 de janeiro de 1846.

<sup>68</sup> RODRIGUES, *Tabu da morte*, p. 102.

<sup>69</sup> APEB – Microfilmes: *O Musaico*, janeiro-fevereiro, 1846.

<sup>70</sup> APEB – Microfilmes: *A Marmota Fluminense*, 1º de agosto de 1854. Este jornal foi utilizado pois acreditamos que tais representações estavam inseridas em um contexto mais amplo que a província da Bahia.

<sup>71</sup> APEB – Microfilmes: *O Noticiador Catholico*, 1854.

<sup>72</sup> Mais uma vez não nos foi possível encontrar esta tese, que talvez tenha tido o mesmo destino da de Ludgero de Pinho, mencionada anteriormente. Somos informados da existência por meio de SACRAMENTO BLAKE, vol. VII, p. 29.

As estratégias de cunho moral e religiosa usadas para atemorizar e, conseqüentemente, inibir atos suicidas, constituíram o que hoje denominamos pedagogia do medo. Seus adeptos, à época, certamente concordaram com a série de textos publicados no periódico *A Marmota Fluminense*, retirados da obra do conselheiro português José Joaquim Rodrigues de Bastos, intitulada *Meditações ou Discursos Religiosos*. O próprio periódico, considerando a importância das idéias veiculadas, recomenda que seus leitores os leiam com toda atenção. Bastos escreve que

O escriptor que disse que o furioso, capaz de matar-se é um tigre em meio da sociedade, disse pouco. A sociedade acautela-se do tigre, porque o conhece; mas quem sabe o que se passa na alma desesperada do suicida, para acautelar-se delle? Elle pode matar a esposa na acção de a beijar, o amigo na acção de abraçar, o magistrado na acção de lhe fallar em justiça, o Soberano na de lhe pedir alguma graça; e depois embeber o punhal ensanguentado em seo proprio seio. Deixai que esta arvore de morte lance profundas raizes, deixai multiplicar os suicidas e vereis se estais seguros em alguma parte.<sup>73</sup>

A estratégia da pedagogia do terror não tinha apenas o objetivo de desqualificar o suicida perante a comunidade. Ao incutir o medo a partir de uma visão nada agradável daquele que punha fim à própria vida, os defensores dessa estratégia objetivavam também coibir que tais atos voltassem a ocorrer pelas mãos de outros indivíduos.

Na Bahia a pedagogia do terror resistiu ao tempo. Em sua tese *O suicídio na Bahia*, defendida em 1919, Antônio de Paiva Sarmiento, interno do Hospital da Brigada Policial da Bahia, utilizava-se do mesmo mecanismo do conselheiro Rodrigues de Bastos. Para Sarmiento, o homem que praticava tal crime “seria muito mais capaz de pratical-o no seu semelhante”, sendo o suicídio um crime que, na impossibilidade de punir materialmente o perpetrador pelo “Código da Humanidade”, em virtude da consumação do ato, não estaria isento de castigos, pois era punido pelo código divino, que é superior aos demais.

Um desses códigos da humanidade de que fala Sarmiento era o código criminal do Império, que não punia o suicida, mas estipulava pena de dois a seis anos de prisão para quem ajudasse ou fornecesse meios para que uma pessoa cometesse suicídio.<sup>74</sup> Lembremos que Aranha Dantas utilizou-se da estratégia de associar suicídio e homicídio, ao afirmar que quem pretendesse defender a tese da alienação para o primeiro, defenderia também para o segundo.

<sup>73</sup> APEB – Microfilmes: *A Marmota Fluminense*. 29 de agosto de 1854.

<sup>74</sup> LUIZ, Francisco. *Código Criminal do Império do Brasil: theorica e praticamente annotada*. Maceió: Typ. De T. de Menezes. 1885. p. 382-3.

Certos autores, por outro lado, procuraram defender os suicidas, retirando-lhes o rótulo de criminoso. Prates está entre eles, mas não foi o único. A tarefa de isentar o suicida de suas prováveis culpas perante as determinações da Igreja coube também a João Belfort Saraiva de Magalhães, em sua tese *Somno, sonho, somnambulismo, allienação*, defendida em 1881. Suas treze proposições a respeito do tema podem ser resumidas em três linhas argumentativas. A primeira procura responsabilizar a natureza pelo suicídio. Para Magalhães, se o suicídio era realmente um crime, a única culpada era a natureza, visto que, não sendo o homem responsável por sua criação, não era responsável também por suas fragilidades. Para este jovem doutor bastaria provar que animais irracionais também cometiam suicídio para comprovar que o homem não era o responsável por este ato. É interessante notar que esta última afirmação contesta totalmente a opinião de outros autores, entre os quais os desafetos Prates e Aranha Dantas, que negavam a existência de suicídio entre animais irracionais.

Mesmo inocentando os suicidas atribuindo a responsabilidade pelo ato à natureza, Magalhães não estende esta culpabilidade ao Todo Poderoso, pois “se o homem fosse directamente obra de Deus, não se suicidaria, porque um ser perfeito não pode e não deve produzir seres imperfeitos”. A imperfeição do homem fundamenta a terceira linha propositiva de Magalhães. Este afirma que o suicida não pode ser punido neste, e muito menos no outro mundo, “porque Deus não quis ou não pode tornar a sua natureza impecavel”. E, numa clara afronta à atitude punitiva da Igreja, afirma que a punição que era dada ao suicida representava um desconhecimento da pecabilidade do indivíduo. Em outras palavras: “aquele que dentre vós estiver sem pecado seja o primeiro que lhe atire pedra.”<sup>75</sup> Magalhães parece ter ido ao cerne da questão, utilizando-se dos próprios argumentos teológicos para desautorizar as atitudes tomadas pelos moralistas religiosos.

Magalhães não foi o único a utilizar máximas e exemplos retirados do seio da Igreja ou das próprias Escrituras para desqualificar a condenação à morte voluntária por religiosos. Outros indivíduos, muitos dos quais anônimos, pois somente sabemos da sua existência por meio das críticas que os textos morais e religiosos realizaram, usaram a mesma estratégia. Provavelmente em bailes, festas, botequins e em outros espaços de socialização da Bahia oitocentista, os nomes de Sansão, Razias, Santa Apolônia e tantos outros mártires cristãos eram lembrados como exemplos de pessoas que se mataram e nem por isso foram condenadas.<sup>76</sup> Provavelmente estas conversas surgiam quando casos de suicídios ocorriam na

---

<sup>75</sup> A BÍBLIA SAGRADA. *João 8:7*.

<sup>76</sup> Mesmo não sendo um periódico científico, achamos interessante citar uma matéria sobre ataques suicidas publicada na revista *Carta Capital* de 17 de outubro de 2001, nº 161, ano VIII. Esta matéria lança algumas luzes

sociedade, principalmente quando ceifavam seus membros mais ilustres. Os arautos da moral e valores religiosos eram enfáticos em afirmar que tais argumentos não estavam em conformidade com os fatos, pois estas personagens lutaram nas hostes de Deus, sendo inspiradas por ele: “não fallam a Sagrada Escripura e a historia ecclesiastica de alguns personagens, que se mataram a si proprios? Sim; mas pode-se dizer, que só assim obraram para uma inspiração divina.”<sup>77</sup>

Como tivemos a oportunidade de verificar na disputa referida no início do texto, as representações do suicídio não se relacionavam apenas a concepções religiosas, mas também médicas, estas, por sua vez, também imbricadas com questões morais. Entre as diversas teorias formuladas por médicos, em especial aqueles ligados à medicina comportamental, a que consideram o suicídio como uma alienação mental era a mais defendida, e a que mais irritava a Igreja. Entre os médicos não havia unanimidade em torno da tese da alienação. Para alguns havia um tipo especial de loucura que conduzia o homem a pôr fim à própria existência, denominada de Monomania Suicida ou *Tedium Vitae*; para outros esta tese não se sustentava, sendo o suicídio uma causa ocasional da loucura.

A monomania suicida foi descrita em 1858 por Francisco Júlio de Freitas e Albuquerque, em tese intitulada *A Monomania*. Para Albuquerque, de maneira geral esta constituía uma patologia mental caracterizada como um “delirio da intelligencia com predominio de uma ideia fixa, de um sentimento ou uma paixão”. Aparentemente, as faculdades mentais do monomaniaco não se diferenciavam das dos indivíduos sadios, podendo estes viverem anos ou mesmo morrerem sem nunca manifestarem sintomas de tal mal, passando geralmente por indivíduos irritáveis, sensíveis em excesso, originais e singulares. Muitas vezes as mudanças de comportamento denunciavam a presença da monomania, arrastando-os para uma desordem da intelligência.<sup>78</sup>

Os principais referenciais teóricos de Albuquerque eram os estudos dos alienistas europeus Bourdin e Esquirol.<sup>79</sup> A ligação de Albuquerque com Esquirol aparece na

---

sobre a história do suicídio. Tratando do suicídio de Sansão “que, segundo o livro dos Juizes, derrubou com as próprias mãos os dois pilares de um palácio soterrando a si mesmo com 3 mil filisteus”, afirma que a teologia católica desenvolveu o chamado Princípio do Duplo Efeito, segundo o qual não há pecado num ato que tem um efeito bom e um mau quando: o ato não for em si pecaminoso; o efeito mal não for proposital; o efeito bom não for proveniente do mau; e quando há razão suficiente para permitir o efeito mau. Sobre personagens bíblicos que cometeram suicídio, assim como as estratégias da Igreja para inocentá-los, ler Minois, *História do suicídio*, p. 13-33.

<sup>77</sup> APEB; *Leituras Religiosas*, 20 de fevereiro de 1898.

<sup>78</sup> MMB; ALBUQUERQUE, Francisco Julio de Freitas e. *A monomania*. Tese da Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Typographia de Carlos Paggetti, 1858.

<sup>79</sup> Para Roberto Machado, as teses médicas escritas nas duas faculdades de medicina do Brasil se caracterizavam por apresentar uma “importação maciça de teorias, sem grande cuidado com as distinções estabelecidas por um

classificação da monomania como um delírio da inteligência. Enquanto a mania se caracterizava como um distúrbio geral, a monomania desta se diferenciava pelo seu caráter parcial. Ao classificá-la como um distúrbio parcial da inteligência, os alienistas abriam a possibilidade de reabilitação ao indivíduo afetado pela monomania.

Para Albuquerque, havia diversos tipos de monomania, tais como a *Orgulhomania*, em que os indivíduos se julgavam ricos e poderosos, acumulados de honras, títulos e brasões; a *Lipemanía*, em que os doentes possuíam idéias tristes e cheias de pressentimentos, sendo tímidos, desconfiados e chorosos; a *Manicomania*, onde os indivíduos apresentavam fácil irritação, fúrias, podendo destruir materiais e objetos que encontrassem pela frente; e o *Ascetismo* ou monomania religiosa, que ocorria quando os indivíduos se entregavam incessantemente a práticas religiosas muito severas, com a intenção de livrar-se dos pecados, evitar o Inferno ou ganhar o Céu. Os motivos apresentados por Albuquerque se assemelham a alguns já citados nos artigos analisados. Porém, a diferença fundamental é que, enquanto os partidários da religião atribuíam tais fatores à moral, na teoria da monomania a causa seria de ordem patológica.

De forma geral, as monomanias poderiam se apresentar de duas maneiras, *Raciocinante* ou *Intuitiva*. A primeira se caracterizava por uma convicção íntima, mas delirante, onde a loucura era evidente e o doente obedecia a um impulso refletido, com motivo aparente, sendo suas ações muitas vezes premeditadas. Já na monomania intuitiva não havia uma aparente desordem das faculdades mentais, e os doentes seriam levados a algumas ações que eles mesmos reprovavam, por um impulso repentino.<sup>80</sup> A monomania poderia surgir de forma súbita ou ser precedida por alguns sinais, como dor de cabeça, insônia, agitações ou abatimentos. De acordo com Albuquerque, o monomaniaco poderia ser reconhecido a partir de alguns sintomas, entre os quais os mais comuns eram:

A face umas veses afogueada, o olhar vivo, brilhante, expressivo; outras porém he macilenta, amarelhada, livida, contrahida, o olhar fixo, sombrio e ameaçadôr: os individuos são loquases, expansivos e galhofeiros, ou tristes, taciturnos e incommunicaveis. A voz, clara a principio torna-se rouquinha, os movimentos nullos ou fáceis e precipitados acabão por tornar-se

---

mesmo teórico ou com as diferenças entre um pensador e outro.” Outra característica marcante nestas produções era a falta de articulação entre teoria e prática. No entanto, temos de considerar, também, que os médicos brasileiros faziam uma seleção das diferentes teorias. MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

<sup>80</sup> Diferentemente de Albuquerque, Esquirol classifica a monomania em três tipos: a Intelectual, caracterizada por uma lesão parcial da inteligência, o que não impede que o suicida raciocine; a Afetiva, onde a loucura não passa pela inteligência, estando a desordem no nível de comportamento; e a Intuitiva, em que nem a inteligência nem a afetividade são afetadas, sendo lesionada a vontade. Ver MACHADO, *Danação da norma*, p. 390-1.

convulsos e epileptiformes. A sensibilidade he exaltada, pervertida ou concentrada n'um só ponto; he cephalalgias continuas ou periódicas, insomnia, ou somno curto e sobresaltado. A lingua torna-se vermelha, a sêde ardente, o appetite diminuido ou augmentado, voraz; apparece a constipação, a respiração he fetida, a pelle quente, abrasadôra; o pulso accelerado, as urinas raras e espessas, as extremidades frias. a physionomia esse espelho d'alma vem finalmente á adquirir um typo caracteristico, um 'que' indefinivel, que nos fere à primeira vista, o qual varia segundo a natureza da ideia delirante. Os sentimentos tambem são variaveis nos monomaniacos, mas os que de ordinario se notão são a alegria, a tristeza e o temôr, o orgulho e a vaidade, o odio e a vingança, a colera e o furor.

A lógica que rege a argumentação de Albuquerque se assemelha à utilizada pelo dr. Simão Bacamarte no romance *O Alienista* de Machado de Assis, ou seja, de acordo com as definições e os sintomas extremamente abrangentes apresentados por Albuquerque para a monomania seria muito difícil não cruzar com um monomaniaco pelas ruas estreitas e insalubres da capital da província baiana.<sup>81</sup> Seria ainda mais difícil não se assustar com a fisionomia de um indivíduo tão deformado. Aliás, para médicos como Albuquerque os loucos, e conseqüentemente os suicidas, eram indivíduos insalubres, portanto deveriam ser enclausurados em instituições condizentes com as suas necessidades, onde seriam tratados adequadamente. Assim, podemos especular que o alcance de obras como a de Albuquerque não se limitava à medicina comportamental, sendo estas extremamente úteis para aqueles que pretendiam afastar indivíduos pouco agradáveis aos olhos da sociedade – loucos, mendigos, homicidas, e até mesmo suicidas – do convívio social.

Em relação à monomania suicida, ou *Tedium Vitae*, a idéia fixa seria a morte de si. Para Albuquerque, a pessoa se matava procurando escapar de um estado físico ou moral; para gozar da felicidade eterna; para obedecer a uma ordem divina; e para evitar uma morte desonrosa e tormentos. O *Tedium Vitae* não era um tipo de monomania completamente desvinculado das demais, visto que os indivíduos que mais freqüentemente se matavam eram os lipemaniacos, os ascéticos e os erotomaniacos, estes últimos indivíduos possuidores de sentimentos amorosos ou sexuais, muitas vezes mórbidos. Retornamos, desta vez rapidamente, ao embate entre religião e medicina. Para Albuquerque existia uma monomania ligada aos sentimentos religiosos, ou melhor, ao fanatismo religioso. Esta mesma monomania poderia levar ao suicídio. Desta forma, a monomania suicida era considerada mais ampla que as demais, já que se manifestava em outras situações. Mesmo não fazendo referência em seu texto às abstinências nos templos, Albuquerque acabava fornecendo argumentos para aqueles que as apontavam como causas do mal.

A teoria da monomania não tinha em Albuquerque o único representante em solo baiano. Em 1863, por exemplo, Francisco Marques de Oliveira, contínuo do Tribunal do Comércio, envenenou-se em Salvador, na freguesia da Rua do Passo. Antes de morrer, Francisco Marques informou as autoridades médicas e policiais que tinha sido obrigado a praticar aquele ato de desespero por causa das muitas dívidas que tinha contraído. Ao serem interrogados sobre a causa da morte, mulher e filhos do suicida informaram que ele “sahira da casa sem dar indício algum de Dezespero de vida, sendo certo ter elle a *monomania* de querer suicidar-se”. Aqui, é importante ter em conta que talvez os parentes de Francisco não tenham usado a expressão monomania, e a sua utilização no relatório deva-se à presença de doutores.<sup>82</sup>

Enquanto a loucura suicida de Francisco Marques de Oliveira não teve sintomas prévios, a de Vicente Navarro de Andrade, casado, empregado público, morador na freguesia de São Pedro, que se suicidou em 1855, já havia se manifestado outras vezes. Segundo o relatório enviado à presidência da província, a infeliz vítima tivera um “acesso de monomania, de que há tempos se achava affectado, e que já por vezes o impellira a tentar contra a própria vida”. Seria revelador saber quais os sintomas apresentados por Andrade, que infelizmente não são mencionados no relatório. Um fato relevante é que, elaborado em 1855, portanto três anos antes da defesa da tese *A Monomania*, o documento que trata do suicídio de Andrade é mais um indício de que outros escrutínios na Bahia compartilhavam da tese da monomania.<sup>83</sup>

Os partidários da *Tedium Vitae* tinham suas concepções fortalecidas por relatos de casos como o descrito abaixo:

Communico á V.Ex<sup>a</sup> que pelo Delegado do Termo de Caravellas me foi participado haver no dia 24 do mez passado (setembro de 1869) naquella cidade se suicidando com arsenico metalico pulverisado D. Maria Firmina Contreira dos Sanctos casada com o capitão Joaquim Ferreira dos Sanctos Costa.

A infeliz senhõra pôde ser interrogada e declarou, que atormentada pela ideia do suicidio há dias, não pôde vencer-se, e executou tão barbaço projecto: que fõra sempre bem tractada por seu marido e que ninguem havia concorrido para isso.

Pedi fazer testamento e deixou por herdeiro seu marido confirmando a liberdade de sua escrava parda de 15 annos de idade, espirando 11 horas depois de ingerir a fatal droga, com [a] mais estoica resignação.<sup>84</sup>

---

<sup>81</sup> MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *O alienista*. 3ª edição. São Paulo: FTD, 1999. (Coleção Grandes Aventuras). Sobre insalubridade ver DAVID, *O inimigo invisível*.

<sup>82</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Chefe de Polícia* – 1863 – maço 2957.

<sup>83</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas da Polícia*, maço 3139-15 (1851-55).

<sup>84</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas da Secretaria da Polícia*, maço 3139-37 (1868-69).

A teoria defendida por Albuquerque estava longe de ser uma unanimidade. Na obra *O suicídio*, Durkheim nega a possibilidade de haver uma única causa para este ato. Segundo ele,

Nunca a experiência clínica foi capaz de detectar uma tendência doentia do espírito numa situação de verdadeiro isolamento; todas as vezes que uma faculdade é lesada, as outras o são ao mesmo tempo, e, se os partidários da monomania não perceberam essas lesões concomitantes, é porque conduziram suas observações de maneira errada.<sup>85</sup>

Durkheim, como já foi dito, atribuía o suicídio em grande medida a fatores sociais. A idéia de que diferentes fatores podiam contribuir para a prática do suicídio é defendida também por médicos na Bahia. Em 1884, o médico e cirurgião José Machado do Valle apresentou à Faculdade de Medicina da Bahia a tese *Estudo médico-psicológico sobre o suicídio*, na qual rebate afirmações dos médicos alienistas.<sup>86</sup> Machado do Valle procura mostrar que o suicídio nem sempre era expressão de uma patologia mental, como queriam os alienistas como Esquirol, Falret e Bourdin.<sup>87</sup> Para ele, o homem poderia dar fim a sua existência tanto em completo estado de alienação quanto por livre escolha. As afirmações de que o suicídio era consequência de uma patologia cerebral eram para o doutor um tanto quanto exageradas, chegando alguns alienistas a propor que “existia no cérebro dos indivíduos, que se entregavam a este genero de destruição, uma modificação material analoga, que explicava perfeitamente o attentado”.<sup>88</sup>

Segundo Machado do Valle, aqueles que viam o suicídio apenas como uma doença, negando a possibilidade deste se processar em plena consciência, encontravam no instinto de conservação um dos seus mais fortes argumentos. Foi justamente o argumento do espírito de conservação uma das justificativas evocadas por Tiburtino Moreira Prates para provar a tese

---

<sup>85</sup> DURKHEIM, Émile. *O suicídio, estudo de sociologia*. Tradução Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção Tópicos). p. 36. A primeira edição desta obra foi publicado em 1897.

<sup>86</sup> MMB; VALLE, José Machado doc. *Estudo medico-psicologico sobre o suicidio*. (Tese de concurso). Bahia: Litho-typografia de João Gonçalves Tourinho, 1884.

<sup>87</sup> Jean-Etienne-Dominique Esquirol (1772-1840), era médico da Casa Real dos Alienados de Charenton (1838) e membro da Academia Real de Medicina de Paris, autor de *Des maladies mentales considérées sous les rapports médical, hygiénique et médico-légal*. J.-P. Falret, doutor em medicina pela Faculdade de Paris, membro do Ateneu de Medicina de Paris, escreveu *De l'hypochondrie et du suicide*, em 1822. Não encontramos informações precisas sobre Claude-Étienne Bourdin. Sabemos apenas que produziu duas obras sobre suicídio. Esquirol, Falret e Bourdin estavam entre as principais autoridades da teoria do suicídio enquanto resultado da loucura. Essa impressão não se deve apenas ao fato de serem eles os mais criticados na tese de Machado do Valle, mas também à constatação de que eram os principais interlocutores de Durkheim na discussão do tema. Sobre as obras destes autores, consultar o site [www.gallica.bnf.fr](http://www.gallica.bnf.fr), da Biblioteca Nacional Francesa.

<sup>88</sup> VALLE, *Estudo medico sobre o suicidio*, p. 16.

da alienação. Prates e muitos de seus pares concebiam o instinto de conservação de maneira puramente biológica, o que podemos verificar em suas palavras:

Não só o homem, como todos os animais, forão dotados pelo Creador de um instinto inerente à sua existencia. o de sua propria conservação. He por este sentimento, que temos occasião de observar phenomenos espantosos entre os irracionaes. A ave, que pousa sobre a cabeça do elephante, foge á sombra do homem, inspirada do mal, que deste póde receber. (...) E se o Naturalista encarar bem os phenomenos, que se apresentam a seos olhos, verá que este instinto parece abranger até os vegetaes. O que explicará a tendencia da raiz para o centro da terra?

Segundo Machado do Valle, buscar no instinto de conservação explicações para o suicídio não era um argumento muito plausível, pois

A simples observação demonstra, que não podemos pedir provas ao instinto de conservação, porque por um lado vemol-o figurar na génese da loucura como uma allucinação ou illusão; por outro lado o instinto de conservação é uma propriedade do ser organico, isto é, uma função do sangue e dos nervos, variaveis segundo os temperamentos, as idades, os sexos, as profissões, etc.

Fábio Henrique Lopes informa que as teses sobre suicídio desenvolvidas no Brasil durante o século XIX apresentaram dois tipos de abordagens. A primeira, estimulada pelos estudos de Esquirol, concebia o suicídio como fruto de distúrbios mentais. A segunda, desenvolvida principalmente na segunda metade do século, acreditava que o suicídio poderia ser um ato involuntário, neste caso causado por algum tipo de doença mental, como a loucura, ou voluntário, sendo refletido e premeditado.<sup>89</sup> Estas posições são observadas nos discursos apresentados até aqui para a Bahia.

Não somente entre o livre arbítrio e a loucura giravam as hipóteses sobre as causas do suicídio. Fatores como hereditariedade, determinismo climático e imitação foram também apontados nas teorias médicas. Para os defensores da tese da hereditariedade, muitos suicídios se processariam no seio de uma mesma família, sendo o hábito transmitido de pai para filho. A idéia da hereditariedade como razão para o suicídio foi também contestada por Machado do Valle. Segundo ele, não se podia negar que, de todas as doenças, era a alienação mental aquela que mais freqüentemente se transmitia de uma geração para outra. Entretanto, a mesma conclusão não poderia aplicar-se ao suicídio, visto que essa ação não ocorria apenas como

resultado da alienação, não sendo uma patologia independente. Como explicar, então, casos de suicídio no seio de uma mesma família? Para o médico, tal situação se explicava pelo espírito de imitação e pela publicidade de casos de suicídio, e não pelos efeitos da hereditariedade.

A concepção de que pessoas possuidoras de espírito de imitação e levadas pela publicidade de casos de suicídio poderiam praticar tal ato foi veiculada pelo periódico *Diário da Bahia* em 1879, por meio de uma reprodução de uma matéria do jornal *O Cruzeiro* – do Rio de Janeiro – do mesmo ano. Informava o periódico baiano que

Lê-se no CRUZEIRO do Rio de Janeiro:

A academia real de Pisa, tendo reconhecido que a publicidade dada aos suicídios pela imprensa exerce uma influencia funesta, que tende a augmentar o numero de victimas d'essa triste mania, officiou a toda a imprensa italiana pedindo-lhe que guardasse completo silencio sobre taes acontecimentos.

Entre nós tem-se notado que os casos de suicidio se grupão de tempos em tempos, d'onde é permittido inferir que o conhecimento de um suicidio pôde arrastar a igual procedimento outra pessoa que para isso tenha disposição.

Resolvemos, portanto, tentar a experiência, e por um certo prazo o CRUZEIRO não registrará caso algum de morte voluntária<sup>90</sup>

Não podemos esquecer que até mesmo os arautos da moral religiosa acreditavam que notícias de suicídio poderiam incentivar indivíduos de fraca educação moral e sem crenças religiosas a praticar suicídio.

Se, em 1884, José Machado do Valle, recém-vindo da Europa, negava a hipótese da hereditariedade como causa do suicídio, anos depois, em 1919, o dr. Antônio de Paiva Sarmiento afirmaria o contrário. Para ele, o suicídio era quase sempre decorrente de uma alienação mental, muito contribuindo para isto a hereditariedade:

o temperamento, os costumes, enfim os caracteres physicos e moraes d'um individuo, são muitas vezes iguaes aos dos seus paes, por uma lei de *hereditariedade directa*; é nesta ordem de idéas que encontramos varios membros d'uma mesma familia, que se entregam à morte, todos elles ligados à um mesmo principio, isto é, a herança.<sup>91</sup>

---

<sup>89</sup> LOPES; *A experiência do suicídio*, p. 91.

<sup>90</sup> BPEB; *Diário da Bahia*, 25 de janeiro de 1879.

O suicídio não seria apenas transmitido de pais para filhos, mas também dentro de uma mesma raça haveria predisposições que conduziriam a sua prática. De acordo com Sarmiento, eram os degenerados – entendidos como os indivíduos pertencentes às raças inferiores, ou os não-brancos e não-europeus – aqueles que mais cometiam suicídio. As idéias defendidas por Sarmiento sugerem a influência do Eugénismo. A eugénia, assim como o racismo científico, teve o seu apogeu no século XIX e início do XX. Funcionando como ideologia, legitimou várias ações dos países europeus contra as demais nações. Segundo Renato da Silveira, esta ideologia surgiu quando o etnocentrismo espontâneo e fragmentário do século XVIII cedeu lugar a sistemas de representações bem elaborados. A máxima expressão do racismo científico ocorreu com o Darwinismo Social que qualificou os arianos como a raça mais superior.<sup>92</sup> No Brasil, tal ideologia ganhou força com as discussões em torno da abolição da escravidão, quando as elites procuraram novos mecanismos e ideologias que garantissem o controle social das massas e a regulamentação do trabalho e da mão-de-obra. O ideal de civilização ganhou nesse período uma maior importância, principalmente com o projeto de embranquecimento da nação.<sup>93</sup>

Uma maior predisposição das raças tidas como degeneradas ao suicídio não é diretamente apontada por Sarmiento. Seguindo as pegadas dos doutores e moralistas religiosos, pautando-se também nos argumentos do eugenismo e do racismo científico, pode-se verificar que o fator civilização – as raças inferiores seriam menos capazes de aprender seus princípios – é um elemento central para a maior inclinação dos “degenerados” a pôr fim à própria existência. Questões ligadas a um pretense menor desenvolvimento cerebral nesses grupos é também outro elemento importante. Entretanto, as conclusões de Sarmiento caem por terra a partir das estatísticas oficiais apresentadas em sua tese. Nestas, os brancos, considerados como membros da raça mais elevada, aparecem na liderança das mortes voluntárias, resultado inconcebível e ilógico na visão do autor que, não podendo chegar a uma conclusão satisfatória resolve não se aprofundar no assunto, esperando que outro o faça.

As teorias da hereditariedade e da imitação decerto eram trazidas à memória quando ocorriam suicídios no interior de uma mesma família. Elas podem ter sido lembradas como justificativa para o suicídio do jovem Percílio Ascestes da Fonseca, branco, presumivelmente de 19 anos de idade, que apareceu morto em frente ao hospital Santa Isabel em janeiro de

---

<sup>91</sup> MMB; SARMENTO, *O suicídio na Bahia*, p. 8-9.

<sup>92</sup> SILVEIRA, Renato da. "O selvagem e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental". *Bahia, Revista Afro-Ásia*, 23 (1999), p. 89-145.

<sup>93</sup> Nina Rodrigues, professor da Faculdade de Medicina da Bahia, foi uma das figuras centrais do racismo científico no Brasil.

1905, na cidade de Salvador. Segundo informações colhidas com seus familiares, seu pai, Manoel Ascestes Idomenio da Fonseca, 2º sargento do 16º Batalhão e da Brigada Policial, havia também se suicidado há cerca de 11 anos antes, ou seja, aproximadamente em 1894.<sup>94</sup> Da mesma forma, quando do suicídio, no dia 8 de setembro de 1860, por envenenamento com arsênio, de Firmo Jovita Formozo da Silva, empregado público, casado. Este foi seguido, três dias mais tarde, da tentativa de suicídio, com arma de fogo, de seu irmão Arthur Leopoldo da Silva.<sup>95</sup>

Era corrente no período a hipótese de que fatores climáticos agiam sobre a ocorrência das mortes voluntárias. Em 1851, Francisco Tavares Cunha Mello, em tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, intitulada *Algumas considerações psycho-physiologicas á cerca do homem*, atribui à educação, à cultura e à religião a responsabilidade pelos comportamentos humanos, e não ao clima como queriam alguns. Uma das provas de que o clima não afetava as atitudes do homem dizia respeito à incidência do suicídio. Segundo Mello,

o suicidio é desconhecido nos climas quentes, si os povos que são aquecidos por sua atmosfera abraçam a doutrina do fanatismo si é frequente nesses mesmos climas si os povos que os habitam professam a doutrina do renunciamento mystico. claro estar que não é a temperatura do clima que devemos interrogar na solução deste problema<sup>96</sup>

Levando em conta a importação maciça de teorias médicas por parte dos acadêmicos brasileiros, devemos pensar que, mesmo não encontrando teses que argumentassem sobre a influência do clima nas ocorrências de suicídios, tais teorias eram lidas e comentadas na Faculdade de Medicina da Bahia. Porém, não devemos pensar que Mello teria inovado ao contestar a teoria do determinismo climático. Sua refutação já vinha sendo feita na Europa, e o conselheiro português José Joaquim Rodrigues de Bastos, que teve a parte de seu livro reproduzido no jornal *A Marmota Fluminense*, justamente a que tratava do suicídio, afirmava que “a freqüência dos suicídios em Inglaterra, costuma attribuir-se á influencia do clima. Se

---

<sup>94</sup> BPEB: *Diário da Bahia*, 13 de janeiro de 1905.

<sup>95</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Polícia (Assunto)*, maço 3127 (1850-69).

<sup>96</sup> MMB; MELLO, Francisco Tavares Cunha. *Algumas considerações psycho-physiologicas a cerca do homem*. Tese Inaugural. Bahia: Typografia de Carlos Poggetti. 1881. p. 16

porém o clima é culpado deste crime, em cuja discussão não entraremos, de certo não é elle só o culpado.”<sup>97</sup>

Outros fatores foram lembrados por médicos ou facultativos. Sarmiento acreditava que os homens se matavam mais que as mulheres, pois eram menos afeitos à religião. Defendia ainda a influência da idade: os homens entre 20 e 30, e as mulheres entre 15-25. Isso porque, sendo este o período mais esperançoso da vida, era também aquele em que o espírito ainda não havia alcançado o amadurecimento, “pela falta de provações, da lucta e da explicação pratica da vida humana”.<sup>98</sup> Para outros a loucura não era causada apenas pela ação dos desarranjos mentais ou das idéias fixas. O suicídio da mucama do acadêmico Antonio Vicente de Andrade, ocorrido na freguesia do Pilar em 23 de agosto de 1871, por exemplo, foi causado por um acesso de alienação que sofria “em certas phases da lua”.<sup>99</sup> Não se tratava apenas de possuir predisposições raciais e hereditárias, idéias fixas, desarranjos mentais e morais, para alguns estes fatores eram acionados em determinado ciclo astral. E a senhora da noite tinha uma participação importante neste ponto. Se não produzia o suicídio de forma direta, pelo menos agia através da loucura.

Mesmo imbuídos de concepções científicas os médicos baianos não tinham se desvinculado completamente de influências morais tradicionais. Aqui é preciso ter em mente sua inserção num contexto histórico específico. É em relação a esse contexto que devemos entendê-los, evitando julgamentos, ainda que algumas de suas idéias provoquem em nós, homens e mulheres do século XXI, dúvidas quanto a sua seriedade. Exemplo disso são as concepções de Sarmiento quanto ao suicídio de grupos considerados degenerados, conflitando com os próprios dados que apresenta. Outra visão é impregnada de moralismo. Sarmiento afirma que o mundanismo devasso, expresso pela libertinagem, provocava o desfalecimento das funções orgânicas. E mais:

Ora, existindo funcionamento exagerado dos órgãos genitais, é claro, evidente e intuitivo que o unico ressentido será fatalmente o systema nervoso, este grande regulador da vida animal que mais trabalha e mais concorre para a satisfação dos desejos excessivos. e, por trabalhar muito, é que muito em breve será esgotado na sua energia funcional.<sup>100</sup>

---

<sup>97</sup> APEB – Microfilmes: *A Marmota Fluminense*, 29 de agosto de 1854.

<sup>98</sup> MMB; SARMENTO, *O suicídio*, p. 22. Sobre os argumentos das diferenças entre o suicídio praticado por homens e por mulheres, verificar o quanto capítulo da tese de Lopes, intitulado “Diferenciações sexuais do suicídio”. LOPES: *A experiência do suicídio*, p. 125-154.

<sup>99</sup> APEB – Colonial e Provincial: *Correspondências Recebidas da Secretaria da Policia*, maço 3139-43 (1871).

<sup>100</sup> MMB; SARMENTO, *O suicídio*, p. 56-7. A concepção de que o mau funcionamento de determinados órgãos influenciava as funções cerebrais já era presente na primeira metade do século XIX. Ver, LOPES: *A experiência do suicídio*, p. 65.

Os outros doutores aqui citados, em maior ou menor grau, também contribuíram para o desenvolvimento da medicina comportamental, onde o moralismo era um ingrediente importante. Entretanto, não devemos confundir o moralismo dos religiosos, cujo princípio básico era a concepção de irreligiosidade da população, com o defendido pelos médicos, que se respaldava em princípios e teorias científicas para demonstrar, na maioria das vezes com a ausência de conexões entre teoria e prática, que os péssimos comportamentos sociais influenciavam o suicídio. Assim como os moralistas e religiosos, o poder científico punha parte da culpa pela ocorrência de suicídios na civilização. Esta seria a responsável pelo “mundanismo devasso”, pela instabilidade e desejos que podiam conduzir o homem ao suicídio.

Mas nem todos estavam convencidos da influência perniciosa da civilização. O dr. Jerônimo Sodré Pereira se incluía entre os que discordavam de seus efeitos devastadores. Em sua tese *Qual a influencia da civilização sobre o desenvolvimento das molestias nervosas?*, afirmou crer que “a civilização não influe na produção das moléstias nervosas, ao contrario de accordo com a hygiene cura muitas d’ellas, e previne outra.” Para Pereira, não era a civilização a responsável por ser o homem um ser pensante, pois “todas as suas faculdades são desenvolvidas pelo sopro benéfico dos meios civilizados”. Então, segundo ele, onde residiria a culpa pelas afecções nervosas e, podemos pensar, conseqüentemente pelo suicídio? A responsável seria a ausência de uma adequada educação moral, física e intelectual.<sup>101</sup> A defesa da civilização e o ataque à má educação feitos por Pereira estavam respaldados pela sua ascendência. Era neto do doutor José Lino Coutinho, o mesmo que havia atacado a leitura de romances “amatorios”, defendendo em contrapartida a de romances que enalteciam a educação honesta. Seu pai era Francisco Pereira Sodré, próspero lavrador que em 1876 receberia o título de Barão de Alagoinhas e sua mãe era nada mais nada menos que Cora Coutinho Sodré, que pelo visto soube transmitir os ensinamentos do pai a seu filho.

---

<sup>101</sup> BPEB: PEREIRA, Jeronimo Sodré. *Qual a influencia da civilização sobre o desenvolvimento das molestias nervosas?* Bahia: Typographia do Diário, 1861. p. 26-27.

## **Ao correr do tempo: natureza e frequência dos suicídios, e perfil dos praticantes**

Em 1º de março de 1861 o então presidente da província Antonio da Costa Pinto apresentava um relatório à Assembléia Provincial da Bahia, falando dos fatos mais notáveis que tinham acontecido em sua administração no ano anterior. Entre os assuntos tratados por Costa Pinto estavam os suicídios ocorridos na Bahia. Segundo o presidente,

Demonstrão as estatísticas que os suicídios vão augmentando a medida do correr do tempo, e por tanto das conquistas da civilização. D'aqui a rasão por que as classes mais illustradas são justamente aquellas que fornecem maior numero de suicidas.

De fácil intuição é isto considerando-se que a civilização cria entre os povos grandes e urgentes necessidades; e por tanto que debaixo de semelhante influencia immensas e diversas devem de ser as paixões que combaterão a alma do homem, que assim viverá devorado de desejos, de ambições, de pesares e de magoas, que lhe gastarão todas as forças, maxime as da rasão. Os martirios da escravidão são tambem uma das causas do suicidio.

Em quanto que no anno, que findou, há a notar-se 4 suicídios em as differentes Comarcas da Provincia, onde a civilização é pouco desenvolvida, vê-se que a Cachoeira apresenta o numero de 3, e a Capital o de 36.

Da comparação d'estas estatísticas vê-se, pois, que o numero de suicídios tem crescido sempre, e que vae de accordo com a opinião dos que pensão que elle está na proporção de illustração dos povos.<sup>1</sup>

A opinião de Costa Pinto estava respaldada em números que demonstravam que o suicídio vinha aumentando com o passar dos anos. Sua interpretação deste fato se aproxima da do cronista Murici, discutida no capítulo anterior, segundo a qual nos sertões ocorria uma menor quantidade de suicídio em razão da fraca influência da civilização.<sup>2</sup> De acordo com o relatório de Costa Pinto, entre os anos de 1858 e 1859 haviam ocorrido 48 casos de suicídio, 31 na capital e 17 nas demais comarcas da província. Somente para o ano de 1860 os levantamentos estatísticos registraram 43 casos, 36 em Salvador e 3 em Cachoeira, segunda cidade em grau de importância, ficando as demais comarcas, “onde a civilização é pouco desenvolvida”, com apenas 4 casos. Dessa forma, em um intervalo de apenas um ano a taxa de suicídio para Salvador teria sido maior que a dos dois anos anteriores juntos. Teoricamente, estes dados indicam os suicídios ocorridos entre 10 de abril de 1860, data do relatório apresentado pelo

---

<sup>1</sup> UC/PRB; *Falla recitada na abertura d'Assembléa da Bahia pelo presidente da provincia, Antonio da Costa Pinto, no dia 1. de março de 1861*. Bahia. Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1861. p. 19-20.

<sup>2</sup> APEB; *O Noticiador Catholico*, 2 de setembro de 1854.

conselheiro e senador Herculano Ferreira Penna, na época presidente da província, e 1º de março de 1861.

Ainda no ano de 1860, em 1º de setembro, o vice-presidente José Chaves apresentaria à mesma Assembléia um outro relatório, contendo uma tabela de crimes ocorridos na província entre os anos de 1855 a 1860, de onde retiramos somente as cifras para a morte voluntária.

**Tabela 1 Número de suicídios entre 1855 e 1860**

| Ano  | Nº | Ano  | Nº |
|------|----|------|----|
| 1855 | 14 | 1858 | 26 |
| 1856 | 19 | 1859 | 24 |
| 1857 | 23 | 1860 | 43 |

APEB: Relatório da Presidência da Província, 01/09/1861.  
Tabela ligeiramente modificada.

Uma das primeiras observações sobre os dados acima é que, para o biênio 1858-1859, teriam sido 50 os casos de suicídio, e não 48 como afirmava o relatório de março do mesmo ano. Comparando os dados de 1855 com os de 1860, percebemos que em um intervalo de seis anos o suicídio teve um aumento de mais de 200%.<sup>3</sup> Estes dados nos permitem compreender, em parte, as razões que levaram Costa Pinto, meses antes, a tecer seus comentários. Todavia, o relatório de 1º de março de 1862, apresentado pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, que revela os suicídios ocorridos no ano de 1861, demonstrava que teria havido uma redução de 19 casos deste “facto notável”.<sup>4</sup> Já o do ano posterior revelaria 28 casos, evidenciando uma subida nos índices.<sup>5</sup>

Em conjunto, essas informações nos fazem acreditar mais em uma oscilação do que em um aumento constante do número de suicídios. No entanto, seguindo as pistas deixadas nos comentários de Costa Pinto, e dos moralistas referidos no capítulo anterior, para os quais o suicídio vinha aumentando no “correr do tempo”, cabe-nos propor algumas questões: Haveria realmente um crescimento da morte voluntária na província da Bahia, a ponto de preocupar membros de setores influentes da sociedade baiana? Ou haveria apenas uma maior

<sup>3</sup> UC/PRB; *Falla que recitou na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia, o vice-presidente da provincia, dr. José Augusto Chaves, no dia 1º de setembro de 1861.* Bahia, Typ. De Olavo de França Guerra, 1861. p. 13.

<sup>4</sup> UC/PRB; *Falla recitada na abertura d'Assemblea Legislativa da Bahia pelo presidente da provincia, o conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, no dia 1 de março de 1862.* Bahia: Typ. de Antonio Olavo Gerra, 1862. p. 3.

<sup>5</sup> UC/PRB; *Falla que recitou na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia o presidente da provincia, conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, no dia 1º de março de 1863.* Typ. Poggetti – De Tourinho, Dias & Cia, 1863. p. 6.

percepção do suicídio, fruto da melhora na coleta dos dados e da publicação de matérias em jornais? As causas evocadas por Costa Pinto podem ser tomadas como verdadeiras ou, noutras palavras, era a civilização a culpada pelo mal? De que maneira os martírios da escravidão contribuíam para a incidência de suicídios? Quais os métodos e os motivos mais alegados para o suicídio?

Para tentar responder a estes e outros questionamentos não nos pautaremos apenas nos dados fornecidos pelos relatórios dos presidentes da província, pois os achamos incompletos por não permitirem uma abordagem serial em relação ao suicídio, em virtude da irregularidade das informações. Utilizaremos os dados colhidos nos maços policiais, periódicos e processos judiciais. Uma das vantagens desse tipo de documentação é que, diferentemente das estatísticas encontradas nos relatórios, que muitas vezes ignoram questões relacionadas ao sexo, idade e condição social da vítima, seus dados possibilitam considerar as condições sócio-econômicas e culturais em torno dos casos. Entretanto, é preciso notar que, assim como os números fornecidos nos relatórios, nossos dados também são parciais, pois acreditamos não condizerem com a realidade. Em certa medida isto se deve a problemas enfrentados pelos meios responsáveis pelos registros policiais e confecção dos mapas estatísticos. Esses obstáculos foram levados em conta pelo chefe de polícia, em 1852, quando do envio do relatório à Presidência da Província. Segundo ele,

a extensão da provincia, a falta de correios, em alguns Municipios, e a morosa communição com as Comarcas longinquas, alem do pouco zelo, e aptidão de muitos Funcionarios publicos do interior da Provincia, e quase sempre a ausencia de Juises letrados em taes lugares, são, como já tive occasião de ponderar, a causa de alguma demora na remessa á essa Secretaria d'Estado de trabalhos estatísticos, como os que óra trammitto, accrescendo tambem a necessidade muitas vezes de se devolverem á grandes distancias, trabalhos parciaes, para serem reparados algumas, e notavel faltas, que de certo porião obstáculos á exacta organização dos mappas geraes.<sup>6</sup>

O chefe de polícia tinha plena consciência da parcialidade das informações que transmitia ao presidente João Maurício Wanderley, tanto assim que fez questão de salientar que não era a primeira vez que realizava aquelas ponderações. Anos mais tarde, em 1863, outro relatório também chama atenção para esses aspectos:

Reconheço que é assás incompleta a estatística criminal que acabo de offerecer á consideração de V. Ex.

---

<sup>6</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Relatório para o Presidente da Província*, maço 5689 (1849-53), p. 272.

Os trabalhos desta ordem estão ainda muito atrasados entre nós, e tão cedo não attingirão ao grão de perfeição a que tem chegado em alguns paizes cultos, onde a estatística se apresenta como um espelho em que reflecte-se fielmente o estado social. Releva, portanto, que se trate de ir pouco a pouco melhorando a nossa estatística em seus diversos ramos.<sup>7</sup>

Apesar da alegada defasagem das técnicas estatísticas em relação à Europa e mesmo com as dificuldades envolvendo registros feitos por funcionários de “pouco zelo”, as consultas a 228 maços policiais referentes a oito séries documentais, a fontes judiciais e a periódicos nos possibilitaram localizar 524 casos de suicídios e tentativas, números que correspondem ao período que se estende de 1850 a 1888.

O Recôncavo baiano apresentou 454 registros, sendo 393 para Salvador e 61 distribuídos nas demais cidades da região, seguido de longe pelas outras comarcas da província, que juntas registraram 68 casos.<sup>8</sup> Em apenas duas situações não foi possível identificar a área onde ocorreram os suicídios e mesmo assim em virtude do péssimo estado de conservação dos documentos. Dos 454 casos para o Recôncavo, 316 resultaram na morte da vítima, enquanto 138 constituíram apenas tentativas, algumas das quais com indicação da gravidade da condição de saúde do indivíduo, e cujos laudos davam poucas possibilidades de sobrevivência. Os homens lideram as estatísticas com 364 registros, contra 90 para as mulheres.

De colonização e sedimentação mais antiga, o Recôncavo baiano era a região de maior importância econômica para a Bahia. A produção de açúcar e fumo, e a comercialização de diversos produtos pelos portos da capital movimentavam as já combalidas finanças da província. Como principal cidade da região, Salvador possuía um grande contingente populacional, que era acrescido com migrações sazonais, provenientes das localidades mais próximas, em determinados períodos do ano, em virtude das safras agrícolas, principalmente de cana de açúcar e fumo.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> UC/PRB: *Falla que recitou na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia o presidente da provincia, conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, no dia 1.º de março de 1863*. Bahia, Typ. Poggetti--De Tourinho. Dias & C.a, 1863. p. 6.

<sup>8</sup> Estão registrados como suicídios ocorridos no Recôncavo todos os casos registrados nas cidades dessa região. Além de Salvador, na nossa amostra aparecem as seguintes localidades: Cachoeira, Santo Amaro, Itaparica, Maragogipe, Moritiba, São Felix, Abadia, Nazaré, Santo Antonio de Jesus, São Francisco do Conde, Pojuca e Jacuipe.

<sup>9</sup> Sobre povoamento e economia baiana, ver MATTOSO, Kátia M. de Q. *Bahia, século XIX; uma província no Império*. Tradução de Yadda de Macedo Soares. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano, açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da cidade do Salvador*. Bahia: Editora Itapoã, 1969; e SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Os documentos para Salvador nos permitem identificar as freguesias onde ocorreram ou foram registrados os suicídios (Gráfico 1.1). Pelo censo de 1872, as dez freguesias urbanas de Salvador, mais a dos Mares, que foi criada a partir do desmembramento da freguesia da Penha em 1870,<sup>10</sup> possuíam 108.138 habitantes, sendo 95.637 livres e 12.501 escravos, cuja distribuição pelas freguesias é indicada na Tabela 2.<sup>11</sup> Comparando os percentuais de suicídio (Gráfico 1.2) com a distribuição populacional por freguesias urbanas (Tabela 2), percebemos que, apesar de ocupar a oitava posição em contingente populacional, a freguesia da Conceição da Praia foi aquela que mais apresentou registros de suicídio (18,1% do total). Uma compatibilidade entre percentual da população total e suicídio parece se estabelecer quanto a Santo Antônio Além do Carmo (com 17% dos suicídios), Santana (com 13,5%), Sé (com 11,2%) e São Pedro (com 10,3%) que aparecem entre as quatro primeiras em número de habitantes. Mesmo tendo mais que o dobro de moradores que a paróquia de Brotas, a da Vitória aparece empatada com esta no número de suicídios, com 7,2%. Penha, que ocupa uma posição privilegiada em termos populacionais, fica bem atrás da do Pilar em suicídios (3,7% e 9,2% respectivamente). Passo, com 2,6%, é a última quanto a ambas as variáveis.<sup>12</sup>

**Tabela 2 População das Paróquias de Salvador, 1872**

| Paróquia                    | População Livre |               | População Escrava |              | Total          | %          |
|-----------------------------|-----------------|---------------|-------------------|--------------|----------------|------------|
|                             | Homens          | Mulheres      | Homens            | Mulheres     |                |            |
| Santana                     | 9.447           | 8.047         | 296               | 164          | 17.954         | 16,6       |
| Santo Antônio Além do Carmo | 7.257           | 8.246         | 515               | 595          | 16.613         | 15,3       |
| Sé                          | 5.874           | 7.139         | 1.105             | 993          | 15.111         | 14         |
| São Pedro                   | 5.989           | 6.408         | 1.121             | 1.225        | 14.743         | 13,6       |
| Vitória                     | 5.493           | 3.935         | 989               | 1.249        | 11.666         | 10,8       |
| Penha*                      | 4.169           | 4.162         | 627               | 531          | 9.489          | 8,8        |
| Pilar                       | 3.868           | 3.596         | 490               | 419          | 8.346          | 7,7        |
| Conceição da Praia          | 3.330           | 1.010         | 415               | 735          | 5.490          | 5,1        |
| Brotas                      | 3.490           | 1.006         | 317               | 277          | 5.090          | 4,8        |
| Passo                       | 1.602           | 1.596         | 210               | 228          | 3.636          | 3,3        |
| <b>Total</b>                | <b>50.519</b>   | <b>45.118</b> | <b>6.085</b>      | <b>6.416</b> | <b>108.138</b> | <b>100</b> |

Fonte: Kátia M. de Q. Mattoso; *Bahia, século XIX*, p. 111.

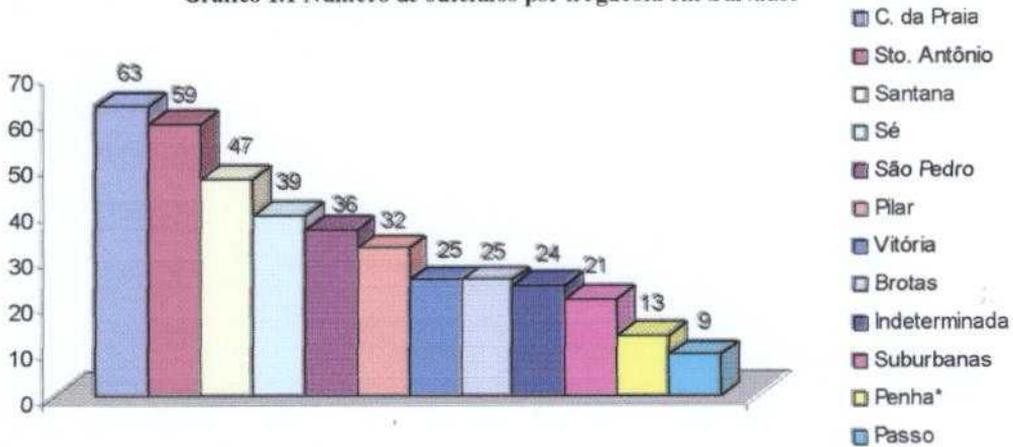
\* Esta tabela foi modificada para atender aos objetivos do trabalho. Os dados sobre a freguesia dos Mares foram anexados ao da Penha.

<sup>10</sup> NASCIMENTO, Anna Amélia do. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: FCEBa/EGBa, 1986, p. 34.

<sup>11</sup> MATTOSO. *Bahia, século XIX*, p. 111. Mesmo que as informações deste censo não sejam válidas para toda a segunda metade do século XIX, elas são as mais confiáveis para constituir um quadro dos números de população por freguesia.

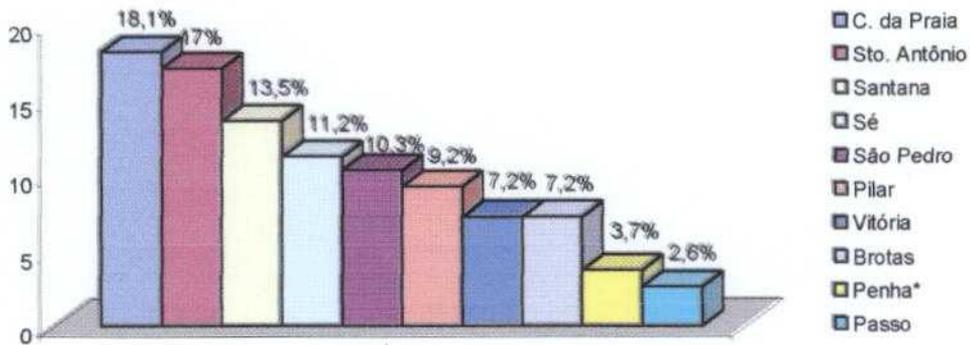
<sup>12</sup> A freguesia dos Mares, desmembramento da freguesia da Penha, foi anexada a esta em nossos dados. Isso por não ter sido registrado nenhum caso de suicídio escravo nela, e mesmo para os livres foram apenas dois casos. As freguesias suburbanas eram: São Bartolomeu de Pirajá, N. S. da Conceição de Itapoã - outrora Santo Amaro de Ipitanga -, São Miguel de Cotegipe, Santana da Ilha de Maré, N. S. da Piedade do Motoim, N. S. da Encarnação do Passé e N. S. do Ó de Paripe. Os casos de suicídio estão assim distribuídos entre estas freguesias: 6 Cotegipe, 6 Pirajá, 6 Paripe, 2 Itapoã, 1 Mata de S. João. NASCIMENTO. *Dez freguesias*, p. 39.

Gráfico 1.1 Número de suicídios por freguesia em Salvador



Fontes: documentos encontrados no APEB e BPEB.  
\* A freguesia dos Mares está incorporada à da Penha.

Gráfico 1.2 Porcentagem de suicídios nas freguesias urbanas de Salvador



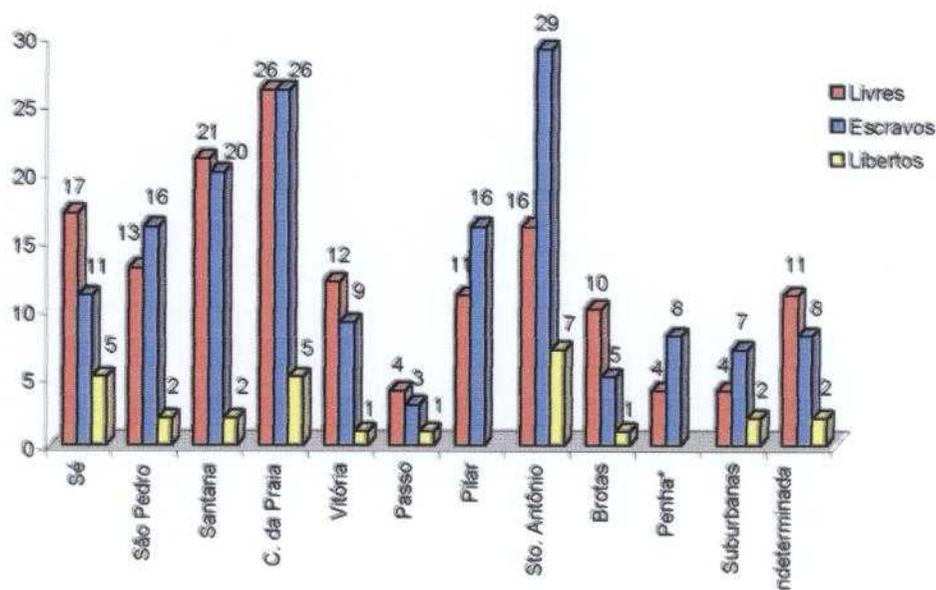
Fontes: documentos encontrados no APEB e BPEB.  
\* A freguesia dos Mares está incorporada à da Penha.  
\*\* Estão fora dos cálculos os suicídios ocorridos nas freguesias suburbanas e aqueles onde não foi possível a identificação.

O cruzamento das variáveis freguesia e condição social do suicida pode ser feito para 315 registros. Como podemos verificar no Gráfico 2, as três freguesias onde mais ocorreram suicídios entre os escravos foram Santo Antônio, Conceição da Praia e Santana, apesar de, conforme observamos na Tabela 2, não estarem entre as primeiras em população escrava.<sup>13</sup> Aquela em que mais habitavam escravos, a de São Pedro, ocupa a quarta posição, em suicídios entre os membros deste grupo, juntamente com a do Pilar, sétima em membros dessa categoria social. Incluindo os libertos entre a população livre, verificamos que a freguesia de

<sup>13</sup> Os cálculos levam em conta os dados populacionais fornecidos pelo censo de 1872, cruzando-os com os dos suicídios obtidos para a maior parte da segunda metade do século XIX. Este censo foi escolhido por ser o mais confiável, e por dividir a população das freguesias por condição social.

Santo Antônio, segunda mais habitada por esse estrato social, ocupa a primeira posição em número de suicídios para esta categoria. A segunda nesta classificação é a da Conceição da Praia, que em número de habitantes é apenas a nona. Santana, a de maior quantidade de habitantes livres, é a terceira em suicídio para esta categoria social.

**Gráfico 2 Número de suicídios por freguesia e condição social em Salvador**



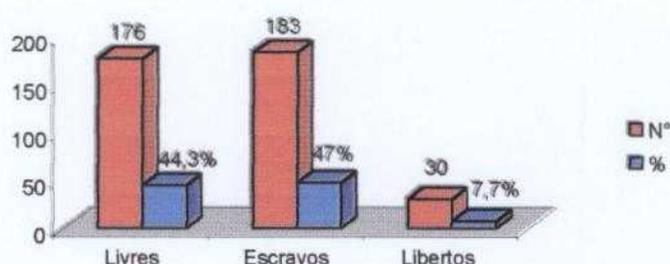
Fontes: documentos encontrados no APEB e BPEB.  
\* A freguesia dos Mares está incorporada à da Penha.

Para compreender a incidência de suicídios que, como vimos, não se relaciona diretamente à densidade populacional das freguesias, podemos especular que as atividades nestas exercidas podem ter tido alguma influência na maior ou menor freqüência de suicídios. Conceição da Praia e Pilar, por exemplo, freguesias de forte dinamismo comercial, como fez questão de registrar o viajante Robert Avé-Lallemant, apresentavam intensa circulação de pessoas,<sup>14</sup> o que pode ter contribuído para a ocorrência de suicídios. Somado a isto, eram freguesias banhadas pelo mar, o que pode ter influenciado alguns suicidas no momento da escolha do método. A presença de elementos naturais como rios, praias e matas é fator que não pode ser desprezado. A este respeito é ainda importante ressaltar que, para as autoridades responsáveis pelos registros, importava mais onde as vítimas eram achadas e menos onde residiam. Um exemplo é o suicídio da mucama, escrava do acadêmico Antônio Vicente

Andrade que, segundo seu senhor, “soffria de alienação em certas phases da lua”. Ela residia na rua de Santo Antonio da Mouraria, freguesia de Santana, e seu corpo foi encontrado boiando em frente ao trapiche Barnabé, freguesia do Pilar, sendo a ocorrência registrada pela subdelegacia desta última.<sup>15</sup>

Deixemos de lado os dados apenas para Salvador para nos ocuparmos dos do Recôncavo como um todo, visando informações mais específicas, que possibilitem uma melhor visualização das características dos indivíduos, a partir das quais podemos compreender seus dramas, desejos e atitudes diante da vida e da morte. Dos 454 casos de suicídio registrados no Recôncavo, em 389 foi possível ter informação sobre a condição social da vítima, sendo 183 (47%) escravos, 176 (44,3%) livres e 30 (7,7%) libertos (Gráfico 3.1). Tomando por base o resultado do ato suicida, verificamos que em 69,4% dos casos ocorreu a morte da vítima, contra 30,6% de tentativas. Entre os suicídios consumados, 50,4% foram praticados por escravos, 42,2% por livres e 7,4% por libertos. Em relação às tentativas 52,1% ocorrerem entre os livres, 39,5% e 8,4% entre escravos e libertos respectivamente (Gráfico 3.2).<sup>16</sup>

Gráfico 3.1 Número e porcentagem de suicídios por condição social



Fontes: documentos encontrados no APEB e BPEB.

<sup>14</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe: 1859*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980.

<sup>15</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas da Secretaria da Polícia*, maço 3139-43 (1871).

<sup>16</sup> Estes índices nos levam a pensar em uma maior eficácia dos métodos usados pelos escravos, o que será posteriormente discutido.

Gráfico 3.2 Número de suicídios e tentativas por condição social



Fontes: documentos encontrados no APEB e BPEB.

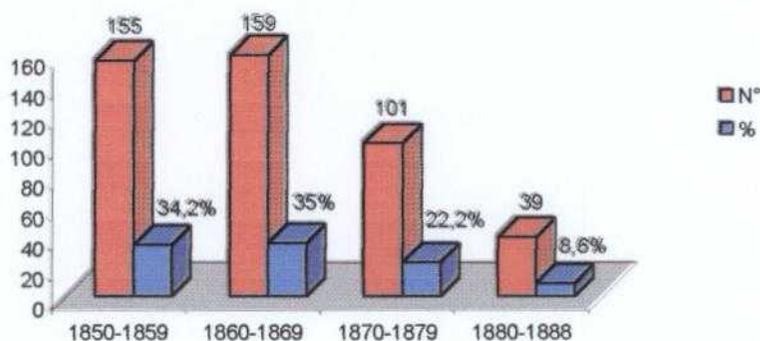
Algumas ressalvas devem ser feitas no tocante a tais dados. A primeira diz respeito à incompletude dos registros policiais no período, como ficou expresso nos relatórios dos chefes de polícia para os presidentes em 1852 e 1863, citados anteriormente. A segunda se refere à ocultação de casos de suicídios, principalmente entre a população livre, devido a questões sócio-econômicas e culturais, como teremos oportunidade de demonstrar. Uma outra informação importante é que a alegação de suicídio pode ter sido utilizada para escamotear assassinatos, principalmente de escravos. A morte do escravo Damião, com mais de 80 anos de idade, ocorrida em 1862 na localidade de Vila Nova da Rainha, serve como ilustração. A verdadeira razão da morte de Damião foi o excesso de castigo que recebeu de seu senhor, Sinfrônio Simões Ferreira. O castigo se deveu ao fato de Damião ter agredido o senhor dando-lhe cacetadas. Segundo algumas testemunhas, após a surra que lhe foi dada como castigo Damião estava tão debilitado que não podia ficar sequer em pé. A falta de tratamento fez com que as feridas gangrenassem, sendo possível delas retirar bichos. Logo na abertura do processo, temos uma indicação de como agiam alguns senhores no intuito de simular suicídio de seus escravos:

Constando que á força de barbaros castigos applicados por Sinfrônio Simões Ferreira, no preto escravo de nome Damião, fallecêra este no dia 22 d'este mez (abril) victima de grande numero de açoutes que soffrêra, sendo que o offensôr *para arredar de si a culpabilidade de um tal crime fizera attar uma corda ao pesçoço do infeliz para fazer crêr que elle se inforcara*, quando é sabido que o mesmo prêto a falta de tratamento nem se podia movêr e que de seo corpo sahião grandes bichos.<sup>17</sup>

<sup>17</sup> APEB – Seção Judiciária; 18/624/04. *Grifos meus.*

Há também a possibilidade de alguns casos de morte em que a classificação não pôde ser realizada pela polícia, em virtude das circunstâncias em que os cadáveres foram encontrados, possam ter sido suicídio. Isto se deu principalmente em relação às mortes por afogamento, que comentaremos adiante. Depois dessas ressalvas, vejamos como se comportaram as estatísticas de suicídio por décadas.

Gráfico 4 Número e porcentagem de suicídios por década no Recôncavo



Fontes: documentos encontrados no APEB e BPEB.  
\* Incluindo Salvador

De acordo com o que se observa no Gráfico 4, o intervalo 1860-1869 foi aquele que mais apresentou registros de suicídio. A partir dos documentos policiais, judiciais e impressos chegamos a 159 casos, sendo que somente para o ano de 1860 encontramos 33. Lembramos que, segundo o relatório de Costa Pinto, a região teria apresentado 39 ocorrências. Desta forma, parece se justificar a opinião deste presidente, e ainda a de João José de Magalhães em seu relatório em 1848,<sup>18</sup> para os quais o suicídio ia se “tornando frequente entre nós”. De modo geral, entendemos que os dados revelam um certo equilíbrio nas ocorrências para as duas primeiras décadas analisadas, ou ainda que, levando-se em conta um provável crescimento populacional para o segundo período, o intervalo de 1850-1859 teria apresentado um número maior de suicídios. A grande mortalidade causada pela epidemia do cólera, em 1855, pode reforçar esta hipótese, visto ter reduzido a população da província naquele período.<sup>19</sup> Nossas dúvidas poderiam se dissipar caso houvesse informações confiáveis sobre o

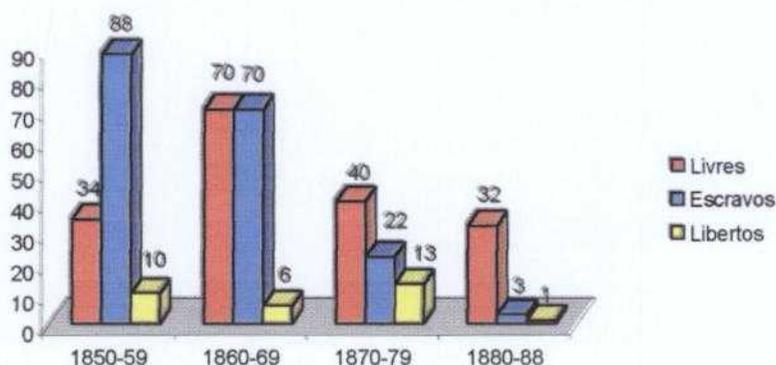
<sup>18</sup> UC/PRB, *Falla que recitou o presidente da provincia da Bahia, o desembargador João José de Moura Magalhães, 'abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em 25 de março de 1848*. Bahia, Typ. de João Alves Portella, 1848.

<sup>19</sup> Tomando por base 580 óbitos provenientes da epidemia de cólera para quatro paróquias de Salvador, Onildo Reis David mostra que os escravos aparecem com 188 casos, o que representa 32,4%. David afirma ainda que “Fora de Salvador, a epidemia também exterminou muitos cativos. Falando especificamente dos escravos da região do Recôncavo, Wanderley Pinho afirma ter sido principalmente na população negra que ‘a peste fez mais

número de habitantes na Bahia para toda a segunda metade do século. O equilíbrio apresentado para os dois primeiros períodos não ocorre para os dois últimos, onde se verifica uma redução nos números de suicídio para a região, ao mesmo tempo em que ocorre um aumento da população. Em resumo, o que parece ter havido não foi um crescimento do número de suicídios, e sim uma redução.

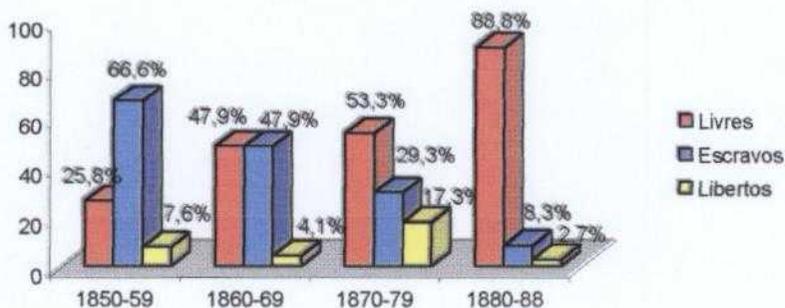
Os dados dispostos nos gráficos 5.1 e 5.2 podem ser reveladores das razões deste fenômeno. Neles encontramos a distribuição dos suicídios por década tomando por base a condição social da vítima.

Gráfico 5.1 Condição social dos suicidas por década



Fontes: documentos encontrados no APEB e BPEB.

Gráfico 5.2 Condição social dos suicidas por década em números percentuais



Fontes: documentos encontrados no APEB e BPEB.

Somando os livres e os libertos, verificamos que, para o período de 1850-1859, os escravos representam o dobro dos demais suicidas. Para o decênio de 1860-1869 eles são equivalentes aos livres, sendo superado por estes nos dois últimos intervalos.

Devemos levar em conta que os livres representam para toda a segunda metade do Oitocentos a maior parcela da população, segundo o censo de 1872, sendo que a relação entre livres e escravos era de 5,6 para 1, índice que tendeu a se acentuar com o passar dos anos em função do insignificante crescimento vegetativo entre os escravos, do fim do tráfico transatlântico de africanos, da mortalidade, do tráfico interprovincial e, em certa medida, de leis que, a partir de 1871, forneceram diversos direitos aos escravos, inclusive o de recorrer à justiça para adquirir a liberdade e de juntar um pecúlio para a compra da alforria.<sup>20</sup> De acordo com o censo de 1855, a população escrava em Salvador estava estimada em 27,46% do total dos habitantes. Já no recenseamento de 1872 este setor da população passa a representar apenas 11,6%.<sup>21</sup> Para os finais do século, João Reis acredita que a população escrava de toda a província tenha diminuído de 165.403 para 76.838 entre os anos de 1874 a 1887. Este autor afirma ainda que o desmonte do regime escravista foi mais forte em Salvador do que no interior. Dessa forma, o número de escravos na capital da Bahia giraria em torno de 3.000 a 4.000 cativos em 1887, véspera da abolição.<sup>22</sup> Ainda assim, não devemos esquecer que o número de escravos em toda a província, na década de 1870, principalmente nas áreas rurais, não era nada modesto, representando o terceiro maior do Império e o primeiro no Nordeste, com 34,2% do total de escravos nesta região.<sup>23</sup> Estas informações nos levam a formular uma primeira hipótese, de que a redução dessa população é fator relevante do declínio dos registros de suicídio.

Tomando por base os dados do censo de 1872, em que a população livre foi estimada em 417.816 e a escrava em 74.916, podemos fazer um cálculo aproximado da proporção de suicidas por categorias (os libertos foram somados aos livres), chegando aos seguintes números: no intervalo 1870-1879, de cada 7.883 pessoas livres 1 teria cometido suicídio; entre os escravos esta proporção ficaria em 3.405 para 1. Isto indica que, mesmo no período

---

<sup>20</sup> Sobre a lei de 1871 e o direito dos escravos recorrer à justiça na busca pela liberdade, ver CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma visão dos últimos anos da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; e SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. *Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade. Bahia, século XIX*. Dissertação (História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

<sup>21</sup> NASCIMENTO, *Dez freguesias*, p. 97.

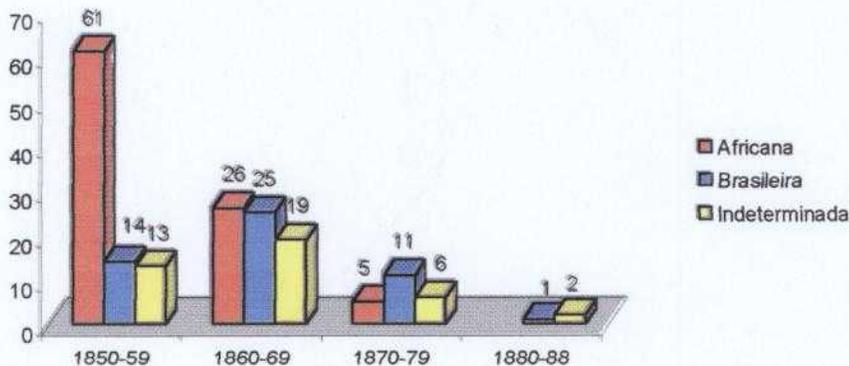
<sup>22</sup> REIS, João José. "De olho no canto: trabalho da rua na Bahia na véspera da abolição". *Bahia, Afro-Ásia*, 24 (2000), 199-242. p. 201.

<sup>23</sup> BARICKMAN, B. J. "Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1888)". *Bahia, Afro-Ásia*, 21-22 (1988-1999), 177-238. Barickman afirma que 46 dos 58 municípios fora do Recôncavo possuíam cerca de 36% dos escravos, sendo áreas que não produziam açúcar.

em que o número de suicidas escravos parece ter diminuído, havia maior tendência dos cativos em cometer suicídio.

Os Gráficos 6.1 e 6.2, que fornecem os dados sobre origem dos escravos suicidas, reforçam esta indicação. Através deles podemos verificar que os escravos de origem africana representam 50,3% dos suicidas escravos. Levando-se em conta que 26 dos 40 escravos que não tiveram sua nacionalidade identificada foram registrados como de cor preta, e sabendo que este termo era muitas vezes utilizado para classificar indivíduos de origem africana, teríamos um acréscimo no número de suicidas com esta nacionalidade, passando para 64,3%. Dos 320 casos que tiveram a cor revelada, os caracterizados como pretos representam 52,8%, seguidos pelos mulatos com 31,6% e pelos brancos com 15,6%.<sup>24</sup> A representatividade dos africanos para os anos de 1850-1859 explica-se, em parte, pela grande quantidade dos escravos oriundos da África ainda neste período. Barickman afirma que os africanos representavam mais da metade dos escravos baianos para este decênio. Duas décadas depois, eles não chegavam a 20% do total,<sup>25</sup> estimativa compatível com os dados apresentados nos gráficos para a década de 1870-1879.

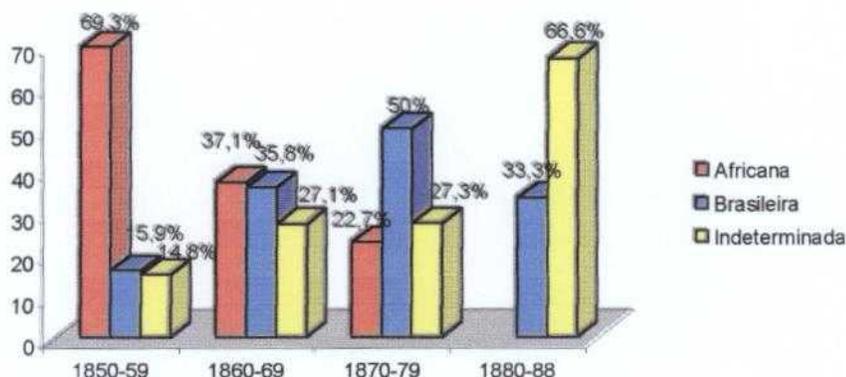
Gráfico 6.1 Origem dos escravos suicidas por década



Fontes: documentos encontrados no APEB e BPEB.

<sup>24</sup> Muitas vezes a dificuldade em identificar a origem ou a condição social do suicida devia-se ao fato de alguns cadáveres serem encontrados em adiantado estado de putrefação e distantes do local de residência. Nos maços policiais há poucas indicações de quais os mecanismos usados para identificar a origem do cadáver. Provavelmente, nos casos de africanos, marcas étnicas eram um forte indício. Os trajés usados pelas vítimas abriam outras possibilidades de identificação. Foi o caso do suicídio por afogamento, ocorrido em novembro de 1864, na parte do dique que dava para a freguesia de Brotas. Segundo o subdelegado, o cadáver era “huma mulher de altura gigantesca de camisa branca, anagôa e duas saias, sendo a primeira de huma chita cor de ganga com flores roxas, a segunda era huma fazenda transparente, tinha mais atado na cintura hum grande lenço branco e sobre este dous lenções, hum de algodão entre-fino e outro de linho, por cima destes trasia hum panno da costa novo de côr azul, tinha mais no punho esquerdo huma manilha de latão, além desta, trasia outra de ferro torcido, e atado em hum cordel junto com huma pequena bolsa de mandim que estava vazio, por taes signaes he de suppôr que a preta fosse africana.” APEB – Seção Colonial e Provincial; *Correspondências recebidas de delegados*, maço 6199 (1864).

**Gráfico 6.2 Origem dos escravos suicidas por década em números percentuais**



Fontes: documentos encontrados no APEB e BPEB.

Sobre a provável origem étnica desses africanos, sabemos que, enquanto o Rio de Janeiro apresentava, na primeira metade do Oitocentos, uma população escrava constituída principalmente por indivíduos provenientes do centro-oeste africano e da África Oriental, ficando os da África Ocidental em terceiro lugar, na província da Bahia estes últimos constituíam para a maior parte do século a maioria dos cativos de origem africana.<sup>26</sup> Ao analisar 1.760 inventários para os anos de 1811 a 1888, Maria José de Souza Andrade contabilizou 8.045 escravos. Entre estes, cerca de 78,4% dos africanos eram oriundos da costa ocidental, grosso modo o território que hoje compreende a Nigéria e a República do Benin (ex-Daomé).<sup>27</sup> Essa concentração geográfica era acrescida pela heterogeneidade étnica, pois mesmo originários das mesmas regiões os escravos pertenciam a inúmeros grupos, muitos dos quais rivais. Nagôs, jejes, angolas, apenas para citar as mais conhecidas, foram identidades reconstruídas no Novo Mundo.<sup>28</sup>

Os anos de 1860-1869 foram os que apresentaram mais casos de suicídio entre a população livre, duplicando em relação ao decênio anterior. A que se deve este aumento? Tentemos buscar a resposta primeiramente nas razões econômicas. Conforme estudos de Mattoso é a partir deste período que a economia baiana entra em profunda depressão. Esta

<sup>25</sup> BARICKMAN, "Até a véspera".

<sup>26</sup> KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-50*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 35-66. Ainda para esta autora, os escravos da África ocidental cresceram em importância no Rio de Janeiro apenas no período subsequente, fruto do tráfico interprovincial do Nordeste para o Centro-Sul.

<sup>27</sup> ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão-de-obra escrava em Salvador: 1811-1860*. São Paulo: Corrupio [Brasília-DF]: CNPq, 1988. p. 104.

autora também informa que a economia baiana era muito oscilante, e que fortunas poderiam ser feitas e desfeitas da noite para o dia. Lembremos também que em 1855 a Bahia foi varrida por uma poderosa epidemia de cólera que arrasou inúmeras famílias, sendo seus efeitos sentidos ainda no período posterior. O decênio de 1860-1869 é justamente o que mais oferece casos de suicídio por questões financeiras, 11 no total de 26.<sup>29</sup>

Do total de 176 registros, em 77 ocorrências foi registrada a cor dos suicidas livres, sendo 65% de brancos e 35% de não-brancos – preto, pardo, crioulo e cabra. Os 99 casos nos quais informações relacionadas à cor foram negligenciadas, podem indicar que eram não-brancos, fazendo com que os brancos fiquem representados com apenas 28,4%. Pelo recenseamento de 1872, os brancos representavam 24% do total da população, ficando os negros e mulatos livres com 60,2% – índios e caboclos com 3,6%.<sup>30</sup> Entre os indivíduos livres e brancos encontramos diversos estrangeiros, sendo 15 portugueses e 16 das mais variadas nacionalidades (inglesa, francesa, belga, italiana, argentina, dinamarquesa, alemã e espanhola), a grande maioria residente na província.

As razões que levaram os “baianos” a cometerem suicídio aparecem como variável no Gráfico 7. Ressalta-se que muitos casos de suicídios podem ser classificados em mais de uma variável, como foi assinalado na Introdução. Assim, dos 454 suicídios registrados para o Recôncavo, em 221 foram identificadas as razões que levaram os suicidas a cometer o ato, sendo que em 197 deles foi possível saber a condição social da vítima. As informações coletadas indicam que as autoridades policiais davam maior atenção aos suicídios entre a população livre. Em 37 do total de 183 escravos que cometeram suicídio não foi possível identificar o nome da vítima, enquanto que para os livres isso ocorreu em apenas 6 casos entre os 176 registrados para a região. A ausência do nome da vítima não apenas indica que ela poderia não ser conhecida na vizinhança onde o suicídio foi cometido ou onde o corpo foi encontrado, mas também que não houve interesse das autoridades em descobrir sua procedência.

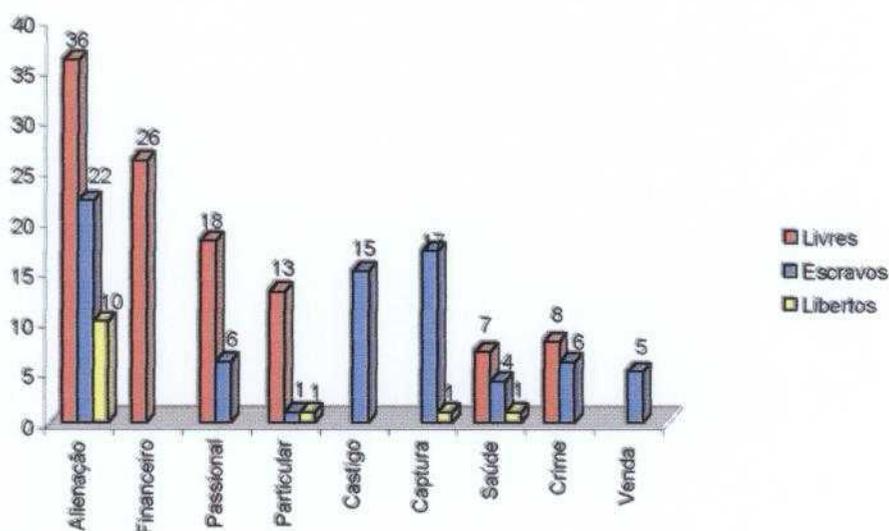
---

<sup>28</sup> OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. "Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX", *Revista da USP*, [28], (Dez./Fev 1995/96) 174-93. Esta autora afirma ainda que mesmo entre os nagôs havia uma distinção interna: os ijexás, os ijebus, os de Oyo, os de Keto, etc. p. 176.

<sup>29</sup> Sobre crises econômicas, ver MATTOSO, *Bahia, século XIX*; BARICKMEM, *O contraponto baiano*; e REIS, João José e AGUIAR, Márcia Gabriela D. de. "carne sem osso, farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia". São Paulo, *Revista de História*, 135 (1996), 133-60.

<sup>30</sup> MATTOSO, *Bahia, século XIX*, p. 119.

Gráfico 7 Motivo alegado por condição social do suicida



Fontes: documentos encontrados no APEB e BPEB.

Entre os 37 escravos que não tiveram o nome identificado, mas tiveram o método conhecido, 16 foram por enforcamento e 12 por afogamento. Já para os livres não identificados, 2 foram por enforcamento e 3 por afogamento. Diferentemente de outros métodos, para que o enforcamento fosse praticado com sucesso era necessário o isolamento da vítima. Já no caso do afogamento muitas vezes o corpo aparecia arremessado em outro local que não aquele onde foi praticado. Também entre os 37 escravos, 35 tiveram o ato consumado e apenas dois foram tentativas. Para os livres todos os 6 casos produziram a morte do indivíduo. Desta forma, o local onde foi encontrada a vítima e o método empregado, aliados ao resultado do ato, devem ter contribuído para a sua não identificação.

A alienação mental aparece como a principal razão para o suicídio nas três categorias sociais. Os livres estão representados com 52,9% dos casos de alienação, seguidos pelos escravos com 32,5% e pelos libertos com 14,6%. Entre os livres, 33,3% tiveram seu ato justificado por esse motivo, já entre os escravos e os libertos esta justificativa representou 28,9% e 76,9%, respectivamente. Sabe-se que a alienação mental era muitas vezes alegada como estratégia para escapar de sanções morais e religiosas.<sup>31</sup> O argumento de alienação para

<sup>31</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p 192; e MINOIS, Georges. *História do suicídio: a sociedade ocidental perante a morte voluntária*. Tradução Serafim Ferreira. Lisboa: Teorema, 1998, p 79-110.

os escravos não se explica apenas pelo interesse de escapar das sanções estabelecidas.<sup>32</sup> É provável que muitos senhores o utilizassem para desqualificar a ação do escravo junto à comunidade cativa e assim evitar outras ocorrências.

Entre as razões de caráter passional encontram-se conflitos amorosos, incluindo briga entre amantes, traições, ciúmes, abandonos, rejeições, desencantos e amores não correspondidos. Nesta categoria os livres aparecem como 75% das vítimas e os escravos como 25%, não se tendo encontrado libertos que se suicidaram por este tipo de razão. Entre os livres este motivo é o terceiro em importância com 16,6% dos casos; e entre os escravos divide a quarta colocação com a variável crime, com 7,9% das ocorrências. Ao contrário do que acreditavam alguns pensadores da época, o romantismo parece não ter influenciado significativamente na ocorrência de suicídios por razões amorosas, e a opinião dos críticos das idéias românticas, que a elas atribuíam diversos infortúnios, parece ter sido apenas impressão. Se nem todos agiam impulsionados pelos desejos românticos como Marcelino José da Silva Junior, que tinha por hábito a leitura de romances, mencionado no capítulo anterior,<sup>33</sup> outros parecem ter seguido os ditames do amor. Este parece ter sido o caso de Marcolina Maria da Costa Lima, branca, 22 anos, moradora na freguesia de Santana, casada há cerca de três meses com Domingos de Almeida Coimbra. Em 10 de março de 1853, vendo seu amado no leito de morte recebendo a extrema-unção, aproveitou quando todos estavam prestando os últimos socorros a seu marido e em um ato de desespero, apoderou-se de uma navalha e “degolou-se, cortando as carótidas e jugulares, pelo que expirou instantaneamente.” Domingos faleceria três horas depois da partida de sua esposa.<sup>34</sup>

Apesar do cativo, os escravos encontravam tempo para se apaixonar. Foi assim com Francisco, pardo, músico, escravo de Raimunda Porcina de Jesus, moradora na freguesia de Santana, que pôs fim à própria vida, em 18 de maio de 1869, por esta razão. Escravo obediente e querido por seus companheiros, Francisco, juntamente com estes, foi tocar em uma festa no Desterro, onde todos brincaram e se divertiram muito até as 11 horas da noite. Ao retornarem à casa, tomaram café e alguns foram dormir. A alegria parecia ser um disfarce, pois Francisco se enforcaria naquela mesma noite. Antônio Caetano de Mello, também escravo e músico, companheiro de Francisco, informou no interrogatório que não sabia qual o motivo daquela tragédia, mas que ouvira dizer que era por causa de uma paixão amorosa.<sup>35</sup>

---

<sup>32</sup> Essa estratégia pode ter sido utilizada pelos senhores do africano José e do crioulo João, ambos suicidas, que procuraram oferecer um enterramento cristão a eles [0]. Cf. REIS, *A morte é uma festa*, p. 193.

<sup>33</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Chefe de Policia*, maço 2954 (1860-62).

<sup>34</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Polícia (Assunto)*, maço 3116 (1850-53).

<sup>35</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Correspondência Recebida de Subdelegado*, maço 6239 (1868-69).

Agressões físicas também estavam envolvidas nos relatos de suicídio por motivos passionais. Em 18 de janeiro de 1861, na freguesia de Vera Cruz, comarca de Itaparica, o escravo pardo da viúva do major Joaquim dos Santos cometeu suicídio por envenenamento após atingir com diversos golpes de facão a sua amásia, uma preta, escrava de Antônio José dos Santos. Segundo a parte policial, o motivo do “horroroso facto” seria o ciúme. O referido pardo mantinha um outro relacionamento amoroso. Ao saber disso a preta jurou largá-lo, passando então a desprezá-lo. O suicida então prometeu que caso ela não fosse dele não seria de mais ninguém. Ele cumpriu a sua promessa. A preta ficou gravemente ferida e os médicos não viam possibilidade de sobrevivência.<sup>36</sup>

Outro caso interessante foi o de Francisco Paulino de Pinho, branco, 20 anos, oficial de alfaiate e músico, morador na cidade de Santo Amaro que, em 2 de novembro de 1860, assassinou com quatro facadas a parda Virgínia do Amor Divino, de 19 para 20 anos, com quem mantinha relações ilícitas, e depois tentou suicidar-se dando uma punhalada com a mesma arma do crime sobre o peito esquerdo. Segundo o delegado, Francisco teria praticado este atentado por motivo de ciúmes, ao saber que Virgínia tinha passado o dia todo na companhia do português de nome Antonio, caseiro do alambique de Francisco Moreira de Carvalho, com o qual mantinha, na ausência do primeiro, as mesmas relações ilícitas. Francisco penetrou na casa de Virgínia pela porta dos fundos, esperando-a o dia inteiro. Quando esta retornou à residência por volta de 8 para 9 horas da noite, ele arrojou-se sobre a infeliz, fazendo-lhe algumas perguntas, cujas respostas foram afirmativas, e logo em seguida passou a esfaqueá-la com tanto ímpeto que um dos golpes chegou a quebrar uma das costelas. No ato de ser preso pela polícia esfaqueou-se. O suicida foi conduzido ao Hospital da Misericórdia, onde foi tratado e conduzido à prisão para ser processado.<sup>37</sup> No primeiro julgamento, ocorrido em 22 de março de 1862, Francisco foi absolvido do crime. Havendo a apelação do juiz, foi novamente julgado em 23 de setembro do mesmo ano, sendo também absolvido. Somente em 4 de agosto de 1864, foi condenado a vinte anos de prisão com trabalho, sendo remetido para a capital da província para cumprir a pena.<sup>38</sup>

Desespero, arrependimento, temor de enfrentar punições previstas por lei e vergonha serviram de motivo para que indivíduos, na iminência de serem condenados ou ainda sob acusações e pressões, pusessem fim à vida após cometerem crimes graves. Entre os suicídios

---

<sup>36</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Correspondência da Secretaria da Polícia da Bahia*, maço 3139-24 (1861).

<sup>37</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Chefe de Polícia*, maço 2954 (1860-62).

<sup>38</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas de Delegados*, maço 6207 (1870).

desta natureza, 57,2% foram praticados por livres e 42,8% por escravos. Entre os livres esta motivação ocupa o quinto lugar com 7,4%, e entre os escravos o quarto com 7,9%.

Também a idéia de honra está associada a alguns suicídios motivados por crimes. Além destes, a honra relaciona-se a outros motivos, a exemplo das questões passionais e financeiras. Este parece ter sido o caso de Manoel Correia da Costa, maior de 60 anos, tesoureiro da Caixa Filial do Banco do Brasil, que em 1860 envenenou-se com uma poderosa dose de láudano por ter sido acusado de ter dado um desfalque de 7:000\$000 réis. Segundo o *Jornal da Bahia*, Costa teria praticado tal ato de desespero por ter “a sua honra mareada”. O periódico informava ainda que Costa “gozou sempre do mais alto conceito”, servindo àquela instituição desde a instalação do extinto Banco Comercial. E conclui: “tendo á sua disposição grandes quantias de alguns particulares que lhe prestam a maior confiança, parece que, si tivesse necessidade, de preferênciã se socorreria á ellas, e não a dinheiros da Caixa.” Não sabemos se Costa realmente desfalcou o banco. O enfoque dado pelo jornal faz crer que não. Todavia, isto não impede que consideremos que, ao ver sua reputação junto aos credores da instituição e à sociedade manchada, o suicídio apareceu como alternativa.<sup>39</sup> Segundo Julio Caro Baroja, “a perda da honra equipara-se à perda da vida.”<sup>40</sup>

Deixar de cumprir pena estabelecida pelo Código Criminal do Império, que podia ir desde prisão com regime de trabalho forçado e na galé até pena de morte, por meio do suicídio, foi outro mecanismo utilizado por alguns de nossos atores.<sup>41</sup> O suicídio do escravo africano Eduardo, ocorrido em 4 de abril de 1851, teve este objetivo. Eduardo, no ato de ser conduzido por uma escolta da Casa de Correção para a cidade de Santo Amaro para que fosse cumprida a pena de morte, lançou mão de uma navalha e degolou-se, expirando momentos depois. A polícia não sabia como a arma tinha chegado às mãos do condenado, mas deixou claro que por ela e pelo suicídio, Eduardo “se subtrahio ao cumprimento da pena, em que incorrêo, e lhe fora imposta pela justiça.”<sup>42</sup> O caso de Eduardo é também uma indicação de que muitos suicidas preferiam morrer pelas próprias mãos a serem executados por outros.

Podemos supor que a preservação da própria privacidade e da família pode ter sido a principal razão que levou 12% dos livres a alegarem motivos particulares para o ato. É também provável que tenha sido por causa da privacidade que muitos suicidas não tiveram

---

<sup>39</sup> BPEB: *Jornal da Bahia*, 22 de junho de 1860.

<sup>40</sup> BAROJA, Julio Caro. “Honra e vergonha: exame histórico de vários conflitos”. In.: Nicole Czechowsky (Org.); *A honra: imagem de si ou dom de si - um ideal equívoco*. Tradução Cláudia Cavalcante. Porto Alegre: L&PM, 1992. p. 66.

<sup>41</sup> LUIZ, Francisco. *Código Criminal do Império do Brasil: theorica e praticamente annotada*. Maceió: Typographia de T. de Menezes, 1885.

<sup>42</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Relatório para o Presidente da Provincia*, maço 5689 (1849-53).

seus motivos revelados. Razões particulares poderiam envolver problemas financeiros, de saúde, questões amorosas, etc. Registramos apenas uma ocorrência deste tipo entre os libertos e uma entre os escravos, ambos os casos apenas tentativas. A primeira, ocorrida em setembro de 1874, foi do africano liberto Bento, 70 anos, morador na rua do Jogo do Lourenço, freguesia de Santana, que cortou o ventre com uma navalha, sendo conduzido para o Hospital da Santa Casa.<sup>43</sup> O segundo caso é o do escravo doméstico João Alberto, 14 anos de idade, que em outubro de 1864 disparou um tiro de pistola no ouvido direito, declarando apenas que o motivo havia sido uma questão que tinha com o escravo de mesma idade do comerciante Luiz Pereira Rocha, que estava residindo na casa de seu amo.<sup>44</sup>

Entre os que alegaram razões de saúde, 58,3% eram livres; 8,3% libertos e 33,3% escravos. O suicídio por motivo de saúde representou 6,5% do total de suicídios na população livre; entre os libertos e os escravos 7,7% e 5,3%, respectivamente. Apesar da alienação mental poder ser considerada um problema relacionado à saúde, optamos por não englobá-la nesta categoria, por estar envolvida de modo bastante significativo com práticas e representações em torno do suicídio na época, como indicado no capítulo anterior. Alguns casos fornecem informações sobre qual a doença que afligia a vítima e em outros esta informação nos é dada de forma indireta com alguns registros, limitando-se a afirmar que a razão havia sido doença, não especificando a sua natureza.

O sofrimento causado pela continuidade e agravamento de moléstias era a principal explicação encontrada pelas autoridades para justificar alguns suicídios. Às 9 horas da noite do dia 25 de agosto de 1872, por exemplo, João Bovani, italiano, 38 anos, solteiro, morador no Hospício Jerusalém, freguesia de São Pedro, empregado do Consulado Italiano, suicidou-se com um tiro de pistola na garganta. Segundo o subdelegado, “presume-se que o desespero de seus sofrimentos foi a cauza principal d’este attentado.” Bovani sofria de tuberculose pulmonar.<sup>45</sup> Motivação semelhante pode ter sido a da africana liberta Joaquina Tupinambá, moradora da freguesia de Santo Antônio, que tentou suicidar-se com um golpe no pescoço, em 16 de dezembro de 1877. No auto de pergunta a suicida respondeu que, estando muito tempo doente e sem ver melhora, decidiu pôr fim à própria vida.<sup>46</sup>

Sendo a razão de 24,1% dos casos registrados, a questão financeira atingiu apenas a população livre em nossa amostragem. A leitura dos registros mostra que a falta de recursos

---

<sup>43</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas da Secretaria da Polícia*, maço 3139-48 (1874).

<sup>44</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Corpo de Polícia*, maço 3139-28 (1863-64).

<sup>45</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas de Subdelegados*, maço 6241 (1871-72).

<sup>46</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas de Subdelegados*, maço 6245 (1877).

que garantissem a subsistência individual e familiar foi uma das principais razões alegadas por alguns suicidas. Em 1863, o pardo Cândido Joaquim da Costa, trabalhador da lavoura, tentou suicidar-se bebendo uma porção de água forte, um tipo de substância tóxica utilizada em casas de ourivesaria. O fato ocorreu na residência do ourives Tito Vespasiano Pessoa, morador na rua dos Ourives, na freguesia da Conceição da Praia. O dito Cândido havia pedido abrigo a Pessoa por não ter onde morar, tendo o seu pedido atendido. Pelas 10 ou 11 horas da noite, depois de ter dormido um pouco, começou a lastimar-se da vida miserável que vivia, dizendo que “quem era desgraçado não deveria viver”, tomando logo em seguida o vidro da cruel substância que, feliz ou infelizmente, não resultou em morte, mas sim no seu internamento na Santa Casa da Misericórdia.<sup>47</sup>

O caso de Cândido Joaquim da Costa é exemplo de que, para alguns indivíduos, era melhor a morte a uma vida desgraçada e sem perspectivas de melhora. Esse tipo de situação podia tornar-se corriqueiro com as constantes crises econômicas enfrentadas pela Bahia durante o século XIX, o que obrigava a maioria da população a viver no limiar da pobreza.<sup>48</sup> Essa concepção parece ter sido a que levou José Luiz Bananeira, 71 anos, escrevente de cartório, morador na freguesia da Penha, a tentar suicídio por envenenamento, em 1864. Bananeira alegou que há muito tempo pretendia matar-se em razão de seus sofrimentos, e por não possuir meios para sua subsistência. Temendo que sua morte fosse atribuída a alguém, tomou a precaução de escrever dois bilhetes que deveriam ser publicados nos periódicos caso obtivesse sucesso.<sup>49</sup>

Não podemos esquecer o caso do coronel Raimundo Francisco de Macedo Magarão. No capítulo anterior descrevemos o seu ardil para fazer com que seu suicídio fosse tomado por morte acidental por afogamento. O documento policial não informa qual seria o motivo do seu suicídio. Entretanto, por meio de seu inventário somos levados a acreditar em razões financeiras. Seus bens foram avaliados em 197:250\$000 réis, sendo a maioria deles vendidos em praça pública, cujo valor arrecadado foi 129:035\$000 réis. Esta quantia foi toda consumida com as quitações de parte de grandes dívidas com quatro instituições financeiras – Sociedade Comércio, Banco da Bahia, Caixa Econômica e Banco Mercantil – que somadas

---

<sup>47</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Correspondência Recebida de Delegado*, maço 6198 (1863-64).

<sup>48</sup> Sobre pobreza, ver FRAGA FILHO, Walter; *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo/Salvador: HUCITEC/EDUFBA, 1996.

<sup>49</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Correspondência Recebida de Delegado*, maço 6199 (1864). Infelizmente não nos foi possível localizar as referidas cartas.

deram 168:000\$000 réis, isso sem contar dívidas menores que foram cobradas no decorrer do inventário.<sup>50</sup>

Vale a pena ressaltar que a concepção de que era melhor a morte a uma vida desgraçada valia não apenas para os suicidas livres, mas também para escravos que não conseguiram visualizar outra forma de liberdade que não fosse através da morte.

Castigo, captura e venda são motivos evidentemente associados ao suicídio escravo. A captura é o segundo motivo mais freqüente nesta categoria social (22,4% dos casos), seguida pelo castigo (com 19,7%). Suicídios relacionados à venda são 6,6% do total de suicídios escravos. Muitos desses motivos estiveram relacionados. Assim, castigo e venda, ou a ameaça dos mesmos, podiam motivar fugas; e, na iminência de serem capturados, alguns escravos consumaram ou tentaram suicídio.

Libertar-se de castigos ou ameaças por meio do suicídio era uma prática corrente entre os escravos. Apesar do excesso de castigos ser algumas vezes coibido por parte das autoridades públicas, o castigo “justo” era permitido. Todavia, o conceito de justo variou com o tempo e esteve sempre dependente do grau de influência dos senhores junto aos poderes públicos.<sup>51</sup> Segundo Antonil, não castigar os escravos pelos excessos que cometessem era um erro, como também constituíam erro as punições exageradas. Uma das consequências dos castigos vingativos era o suicídio, como afirmou Antonil no início do século XVIII.<sup>52</sup> Alguns castigos provocaram assassinato dos ofensores e foram acompanhados de suicídios. Em julho de 1850, na vila de Feira de Santana, o escravo africano por nome Pedro, propriedade de Joaquim Malaquias Leite, achando-se acorrentado por desobediência, aproveitou-se de uma enxada que tinha em mãos e com ela agrediu seu senhor, que caiu quase desfalecido, morrendo duas horas depois. Pedro também feriu mortalmente seu companheiro cabra que pretendeu socorrer o dito senhor. Logo após desferiu um golpe fatal sobre o próprio abdome, morrendo imediatamente.<sup>53</sup>

Mas o suicídio não esteve sempre ligado à intensidade dos açoites e das penas corretivas, como parece ter sido o caso de Pedro. Esse foi o caso de Ludivina, nação nagô, escrava do também africano Elias Francisco de Seixas, morador na freguesia de Santo Antônio, que em 1854 ameaçou castigá-la por causa do furto de uma galinha. Com medo da ameaça, Ludivina resolveu fugir, sendo seu corpo encontrado dias depois dentro de um tanque

---

<sup>50</sup> APEB – *Judiciária*, 05/1906/2378/04.

<sup>51</sup> Sobre castigo e violência no cativo, ver Sílvia H. Lara, *Campos da violência: escravos e senhores da Capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808*, Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1988.

<sup>52</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*, São Paulo. Cia Editora Nacional. 1970?, p. 163.

<sup>53</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Correspondência Recebida da Polícia*, maço 3139-12 (1850-51).

em uma fábrica de pólvora pertencente a Joaquim Antônio Correia.<sup>54</sup> O mesmo ocorreu com Elisa, parda de 19 anos, escrava doméstica que, com medo de que sua senhora desmanchasse a costura que estava fazendo, precipitou-se do segundo andar da casa do coronel Francisco Ferreira Vianna Bandeira, provavelmente esposo da sua senhora. Decerto o medo de Elisa se justificava pelos castigos que lhe eram administrados, mesmo tendo o subdelegado da freguesia de São Pedro informado que não havia encontrado sinais de castigos recentes.<sup>55</sup>

À primeira vista parece estranho um caso de captura como razão de suicídio entre os libertos. Em verdade, trata-se de uma suspeita de fuga ocorrida em 1870 na cidade de Abadia. Ao entrar nesta vila no dia 19 de janeiro, sujo e maltrapilho, o liberto Manoel foi conduzido à delegacia onde pediu ao delegado algum serviço para poder se alimentar. Às 7 horas da noite do mesmo dia, aparece o trabalhador José Pereira de Freitas informando àquela autoridade policial que Manoel era cativo, que o conhecia, assim como a seu senhor. Manoel foi conduzido à cela, e o delegado tratou logo de averiguar a denúncia, solicitando que os soldados fossem buscar o senhor do referido escravo. No dia 2 de fevereiro outra denúncia de que era cativo complicou ainda mais a situação de Manoel. Dessa vez o autor foi o cidadão Manoel Fernandez, que informou ao delegado conhecer o preso desde sua mocidade e afirmando ser ele escravo da família do finado capitão Barreto, morador na Fazenda Grande, termo do Itapicuru de Cima. Desesperado por ver sua liberdade ameaçada, Manoel tentou por três vezes cometer suicídio, as duas primeiras por enforcamento – com uma corda e com o cordão com que amarrava a calça – sendo impedido pelos soldados em ambas, e a terceira com uma pedra que pesava duas e meia libras a qual batia contra o peito. Somente no dia 23, com a presença de uma terceira testemunha de nome Narciso, cidadão que gozava de grande confiança e estima na localidade, que garantiu conhecer o preso há oito anos e o ter como forro, foi possível ao delegado comprovar que Manoel era realmente liberto, sendo este imediatamente solto.<sup>56</sup>

Certos autores apontam outros motivos que explicariam o suicídio de escravos, o desejo de retorno à África, por exemplo.<sup>57</sup> Outros acreditam que esta teoria tendeu a ser

---

<sup>54</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial: *Correspondências Recebidas de Subdelegado*, maço 6231. (1854-58).

<sup>55</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial: *Correspondências Recebidas de Delegados*, maço 6206 (1869-70).

<sup>56</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial: *Correspondência Recebida de Delegado*, maço 6206 (1869-70).

<sup>57</sup> Ver GOULART, José Olímpio. *Da fuga ao suicídio: aspecto de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, INL, 1972. Sobre suicídio entre os escravos, ver ainda TAQUECHEL, María Poumier. *El suicidio esclavo en Cuba em los años 1840*. Servilha: Anuário de estudios americanos (XLIII), 1986; e VENÂNCIO, Renato Pinto. “A última fuga: suicídio de escravos no Rio de Janeiro (1870-1888). Ouro Preto. LPH/Revista de História, 1: 80-9. 1990.

muitas vezes exagerada.<sup>58</sup> No relatório policial apresentado à Presidência da Província em 1850, quando do suicídio por enforcamento do africano Otelo, encontramos a clara visão do retorno. O senhor deste escravo aponta, segundo o relatório, “a superstição muito usual que si apodera de taes individuos, de que morrendo, vão viver em seo Paiz.” Tal justificativa, no entanto, pode ter sido utilizada pelo senhor para encobrir prováveis castigos e maus tratos ao referido escravo. De qualquer forma, o caso mostra que tal concepção também era corrente na Bahia.<sup>59</sup> Em 1866, na cidade de Lençóis, o africano Rodrigo, 40 anos, escravo do coronel Ezequiel Epifânio Álvares Moreira Villacoim, suicidou-se com um disparo de pistola. O subdelegado informaria em relatório que o infeliz “fôra levado a praticar semelhante attentado, conforme se suppõe por uma d’essas brutaes impressões de que se deixão possuir os Africanos.”<sup>60</sup>

A opinião sobre o suicídio dos africanos também foi foco de interesse por parte de médicos e moralistas. Retornemos brevemente ao debate analisado no capítulo anterior para indicar o que alguns contemporâneos pensavam sobre o suicídio escravo. Para Tiburtino Moreira Prates,

Se o Africano, arrojado em nossas plagas pelo braço tyranno da cobiça, ententa acabar sua existência, he porque as saudades da pátria, os ferros oppressores do captivero, e a esperança fanática de voltar ao lugar de seo nascimento, se conspirão contra sua intelligencia já enfraquecida essa pela carência dos vigorantes soccorros da civilização.<sup>61</sup>

Prates pensava o suicídio como um ato resultante da alienação. Para ele a concepções de retorno à terra natal através do suicídio era fruto de distúrbios mentais.<sup>62</sup> Sobre a idéia de suicídio dos africanos defendida por Prates, Manoel Ladislau Aranha Dantas afirma, em seu artigo, que

Ainda a loucura, para explicar a frequencia dos suicídios nos africanos arrancados de seo paiz natal pela avareza a mais cruel, que imaginar-se pode: eu explico isso, e muito melhor pela ignorância da religião. Se o africano não ignorasse até as primeiras verdades da religião de certo não procuraria descativar-se de seo misero estado. cortando por suas mãos o fio da triste

---

<sup>58</sup> SILVA, Eduardo e REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 62.

<sup>59</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Relatório para o Presidente da Província*, maço 5689 (1849-53).

<sup>60</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Corpo de Polícia*, maço 3139-22 (1860).

<sup>61</sup> APEB – Microfilmes; *O Crepúsculo*, 25 de dezembro de 1845.

<sup>62</sup> O dr. J. F. X. Sigaud, médico particular de D. Pedro II, discorrendo sobre as doenças nervosas dos negros, acreditava que entre os minas o suicídio resultava de uma forte resolução, enquanto para os congos era proveniente de uma mania. MMB; SIGAUD, J. F. X. *Du climat et des maladies du Brésil*. Paris, 1844. p. 126-40.

vida: conheceria que este mundo é um desterro, e esta aqui tudo é crisol ou castigo, recompensa ou precaução, e conformando-se com a vontade de Deos, resignando levaria a sua cruz.<sup>63</sup>

O Gráfico 8 mostra como estavam divididos os suicídios por sexo dentro de cada categoria social. A menor diferença entre homens e mulheres encontra-se entre os libertos, 66,6% e 33,3% respectivamente. Dos 183 suicidas escravos, 79,2% eram homens e 20,8% mulheres. Em relação aos livres esta proporção é de 88,6% e 11,4%. Retornando ao censo de 1872, verificamos que a proporção entre homens e mulheres no Recôncavo era praticamente a mesma, com uma fraca predominância dos primeiros. Isso pode ter sido uma constante entre a população livre para todo o século XIX. Já a mesma observação não pode ser feita para os escravos, apesar da razão de 1,2 para 1 estimada pelo mesmo censo. O desequilíbrio entre cativos e cativas deve ter-se acentuado enquanto vigorou o tráfico transatlântico. O fim deste, no início da segunda metade do século, aliado ao tráfico interprovincial, que poderia optar por homens e não mulheres, pode ser uma das explicações para um maior equilíbrio entre os sexos na Bahia na década de 70.

Gráfico 8 Condição social por sexo dos suicidas



Fontes: documentos encontrados no APEB e BPEB.

Um dos fatores que pode ter contribuído para a menor incidência de suicídio entre a população do sexo feminino seria o patriarcalismo, com sua concepção de que a mulher estava destinada ao casamento, onde cumpriria seus deveres de esposa, dona de casa e mãe de

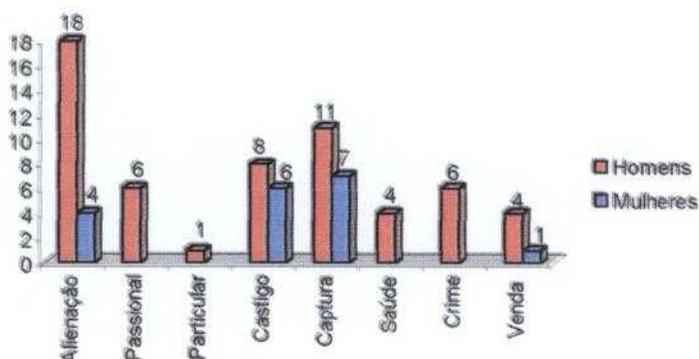
<sup>63</sup> APEB – Microfilmes; *O Crepúsculo*, 10 de janeiro de 1846.

família.<sup>64</sup> Podemos acrescentar a isto as idéias católicas, que tinham em Maria um dos focos irradiadores do ideal de resignação, e exemplo de mãe que tudo suportou em benefício do filho. Também não devemos esquecer a maior possibilidade de ocultação dos suicídios entre as mulheres, mais ligadas ao ambiente privado, principalmente entre as famílias de melhor condição financeira. Segundo François Billacois, a honra feminina é um patrimônio familiar cuja perda cobre de vergonha toda a família em um sentido mais amplo.<sup>65</sup> Portanto, proteger as filhas desta desgraça significava proteger o nome da família.

A menor incidência de suicídio entre as mulheres também era explicada por questões biológicas. As mulheres eram consideradas seres inferiores quando comparadas aos homens. Por serem fracas e sentimentais, não teriam a coragem necessária de acabar com a própria vida. Segundo Lopes, algumas teses explicavam que elas eram “pouco acessíveis à intemperança, fonte de todo o mal para os homens, e, em vez de se suicidar, tornam-se alienadas e/ou loucas, mas sem propensão ao suicídio.”<sup>66</sup>

O cruzamento entre motivos alegados, condição social e sexo (Gráficos 9.1, 9.2 e 9.3) fornece outras informações importantes.

Gráfico 9.1 Motivo do suicídio por sexo do escravo



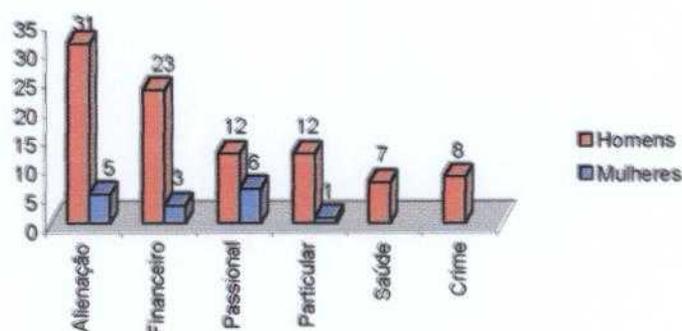
Fontes: documentos encontrados no APEB e BPEB.

<sup>64</sup> Sobre isso ver, LOPES, Fábio Henrique. *A experiência do suicídio: discursos médicos no Brasil, 1830-1900*. Tese (Doutorado). São Paulo/Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003. p. 138-141.

<sup>65</sup> BILLACOIS, François. “Fogueira barroca e brasas clássicas”. In.: Nicole Czechowsky (Org.); *A honra: imagem de si ou dom de si - um ideal equívoco*. Tradução Cláudia Cavalcante. Porto Alegre: L&PM, 1992. p. 52.

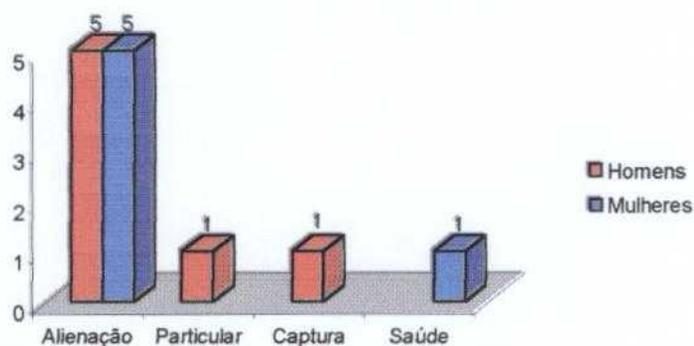
<sup>66</sup> LOPES; *A experiência do suicídio*, p. 142.

Gráfico 9.2 Motivo do suicídio por sexo do livre



Fontes: documentos encontrados no APEB e BPEB.

Gráfico 9.3 Motivo do suicídio por sexo do liberto



Fontes: documentos encontrados no APEB e BPEB.

Em 15 dos 20 casos de mulheres livres que cometeram suicídio foi possível se chegar à causa. Já entre as escravas estas estatísticas não chegam à metade, visto que em apenas 18 dos 38 casos foram registrados os motivos. Entre as libertas, 60% tiveram os motivos informados, sendo 5 por alienação e 1 por saúde. Seis mulheres livres cometeram suicídio por razões passionais, e nenhum caso foi registrado para as escravas. Analisando como os motivos incidiram sobre homens e mulheres dentro de cada categoria social, podemos perceber que a alienação lidera como motivo principal tanto entre os homens livres quanto entre os escravos. Ela também é a mais freqüente entre as mulheres livres. Já entre as escravas a captura e o castigo predominaram. Entre os livres a menor diferença percentual entre os sexos está nas questões passionais. Para os escravos esta diferença se encontra na variável castigo e captura, como podemos ver no Gráfico 9.1. Apesar das diferentes experiências no cativo, escravos de ambos os sexos parecem ter sentido de forma semelhante os rigores da escravidão.

Se por um lado os filhos poderiam constituir um empecilho na execução do ato suicida para as mulheres de maneira geral, por outro estes podem ter sido uma das motivações para que algumas cometessem suicídio. Em uma sociedade como a do Recôncavo baiano, em que a escravidão impunha sérios entraves para a constituição de famílias nucleares, muitas mulheres acabaram arcando com a subsistência e criação de seus filhos.<sup>67</sup> Dificuldades decorrentes da vida cotidiana atingiam essas mulheres, e mesmo para aquelas que possuíam uma união estável, a perda do cônjuge poderia acarretar maiores dificuldades de sobrevivência.<sup>68</sup> Na freguesia de Santo Antônio, às 4 horas da tarde do dia 20 de fevereiro de 1852, Ana Maria da Conceição, parda, viúva, tentou suicidar-se comendo uma porção de arsênico, que decerto a teria levado à morte caso não tivesse sido socorrida. Ana Maria declarou que ninguém concorreu para aquele ato de desespero, filho da sua própria resolução, por faltarem os meios para a sua subsistência, e a de dois filhos menores, que tinha em sua companhia.<sup>69</sup>

A influência da família e dos filhos no sentido de afastar a idéia do suicídio limita-se ainda mais quanto à situação de cativo. Não desejando que sua prole tivesse destino semelhante ao seu, algumas escravas não se contentaram em cometer suicídio, mas também procuraram levar junto seus filhos. Este foi o caso de uma preta na cidade de Santo Amaro, cujo suicídio será analisado com mais detalhes no próximo capítulo, ou ainda da africana Camila, 30 anos, escrava de um casal de africanos libertos por nome Domingos e Guilhermina, moradores na rua do Cais Dourado, freguesia do Pilar, que tentou se afogar com seu filho Marcos de cinco meses, em 1864, na parte do dique que dava para a freguesia de Santana. Salvos por transeuntes, foram levados à presença do subdelegado da referida freguesia, onde Camila informou que tomara aquela decisão para se ver livre das ações de seus senhores, que os maltratavam e exigiam dela serviços que não podia realizar. Chamados à delegacia e com medo de perder a escrava e sua cria, que talvez tivessem comprado após anos de cativo e trabalho como libertos, seus senhores resolveram, após conselho do subdelegado, colocá-los à venda. Mãe e filho foram mandados para a Casa de Correção e infelizmente não foi possível saber o destino de ambos.<sup>70</sup> A interpretação aqui proposta para o

---

<sup>67</sup> Em seu estudo sobre família escrava, Isabel Reis chegou a conclusão que a baixa taxa de famílias nucleares entre os escravos não significava necessariamente a inexistência de estruturas familiares sólidas. A presença ou auxílio de uma figura masculina era uma realidade em muitas famílias escravas. REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vidas familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001. (nº 149).

<sup>68</sup> Sobre mulheres baianas e suas dificuldades e lutas pela sobrevivência, ver FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bate, que balance! mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940*. Salvador: CEB, 2003.

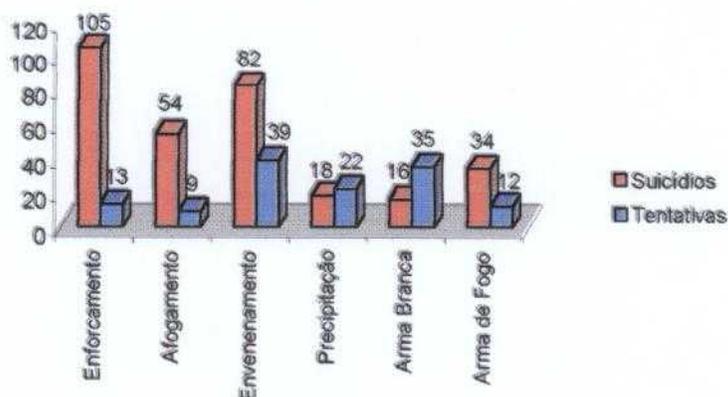
<sup>69</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Relatório para o Presidente da Província*, maço 5689 (1849-53).

<sup>70</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas de Delegados*, maço 6199 (1864).

caso das mulheres escravas que tentaram tirar a própria vida e a dos filhos aparece de forma mais clara no caso da parda Joaquina que, grávida, cometeu suicídio por enforcamento na freguesia de Santo Antônio em 1853. Segundo as averiguações e exames realizados, reconheceu-se que a “infeliz tinha horror ao captivo, e dizia não querer aumentar o numero dos escravos produzindo-os.”<sup>71</sup>

Foram seis os métodos empregados pelos suicidas: enforcamento, afogamento, envenenamento, precipitação, arma branca e arma de fogo. Estes têm muito a informar sobre os perfis dos suicidas. Na variável arma branca incluem-se os casos de navalhadas, facadas, degolamentos e ferimentos provocados por outros materiais cortantes e perfurantes. Já em envenenamento além dos casos mais típicos de ingestão de substâncias, estão incluídos dois casos de ingestão de vidro. Das 454 ocorrências de suicídio para o Recôncavo, em 439 foram informados os métodos empregados, sendo que 309 casos consumados e 130 tentativas. Com 121 registros o envenenamento ocupa a primeira colocação, seguido de perto pelo enforcamento com 118. Somente depois aparecem o afogamento com 63, arma branca com 51, arma de fogo 46, precipitação 40, conforme podemos verificar no Gráfico 10. Com 89% de letalidade, o enforcamento se mostrou o método mais eficaz. Ao que parece, este meio era mais utilizado por aqueles que pretendiam realmente pôr fim à própria vida. Afogamento, arma de fogo e envenenamento vêm logo em seguida (85,7%, 73,9% e 67,7%, respectivamente).

Gráfico 10 Método empregado pelos suicidas



Fontes: documentos encontrados no APEB e BPEB.

<sup>71</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Relatório para o Presidente da Provincia*, maço 5689 (1849-53).

As tentativas aparecem bem representadas nas variáveis arma branca e precipitação (68,6% e 47,8% cada). As fontes indicam que estes meios eram escolhidos por pessoas que não buscavam necessariamente a morte, sendo muitas vezes usados em um rompante de desespero da vítima, proveniente de alguma situação desagradável ocorrida instantes antes do ato. Muitas vezes, as tentativas funcionavam como mecanismo de pressão por parte do suicida, servindo como estratégia de negociação, e como sinal de que algo mais grave poderia acontecer caso os desejos não fossem atendidos.

Chegamos a esta conclusão não apenas pela leitura bibliográfica, mas também a partir de alguns casos.<sup>72</sup> Um exemplo é do escravo africano Luiz. Em 1854, ele fugiu do poder do seu senhor, residente na cidade de Santo Amaro, sendo capturado em Salvador na freguesia de Santo Antônio. Ao ser inquirido, informou ao delegado que tomara tal decisão porque seu senhor não o queria vender, e que se enforcaria caso fosse obrigado a retornar ao seu poder. Não sabemos se Luiz obteve êxito. Entretanto, sua ameaça revela que alguns suicidas tentaram e/ou ameaçaram suicídio para obter vantagens.<sup>73</sup> A escrava africana Camila, e o liberto Manoel, narrados anteriormente, podem ter se utilizado dessa estratégia.

Na relação vertical senhor-escravo a lógica principal da estratégia de pressão-concessão girava em torno dos interesses econômicos, visto ser o escravo uma propriedade privada.<sup>74</sup> Já na relação horizontal, entre indivíduos de mesmo *status* social, o jogo psicológico de imputar culpabilidade a outrem é uma explicação plausível, pois decerto ninguém queria ser visto como responsável pela morte de alguém.

O Gráfico 11 mostra a distribuição dos métodos por condição social. Tal cruzamento fornece 378 vítimas, sendo 176 escravos, 172 livres e 30 libertos. Antes de analisarmos estes dados, achamos necessário tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, as autoridades procuravam coibir que determinados materiais, tais como substâncias venenosas, armas de fogo e algumas armas brancas, chegassem às mãos dos escravos. Em uma sociedade onde os escravos representavam não apenas mão-de-obra indispensável à manutenção do sistema, mas

---

<sup>72</sup> Cf. DIAS, Maria Luiza. "O suicida e suas mensagens de adeus". In.: Roosevelt M. S. CASSORLA (Coord.), *Do suicídio*. Campinas-SP: Papyrus, 1991. p. 89-106.

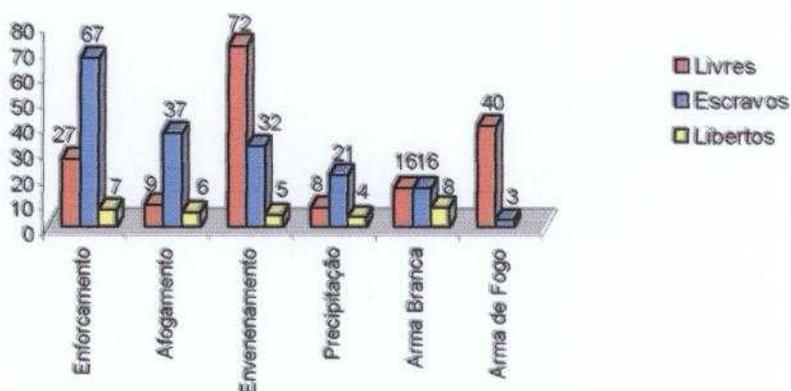
<sup>73</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial: *Correspondências Recebidas de Subdelegados*, maço 6231 (1854-58).

<sup>74</sup> Chamamos a atenção de que a relação entre senhor e escravo, assim com este aquele e outros dependentes, não exclui trocas de solidariedades horizontais. Ver sobre isto, CHALHOUB, Sidney. "Paternalismo e escravidão em Helena". In.: Machado de Assis, *historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 17-57; e também, do mesmo autor, "Diálogos políticos em Machado de Assis". In.: Sidney Chalhoub e Leonardo A. M. Pereira (Org.), *História contada. Capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 95-122.

também, no imaginário dos senhores, uma ameaça, controlar a utilização, aquisição e circulação desses materiais era prevenir contra possíveis atitudes indesejadas.<sup>75</sup>

Percebe-se, a partir de alguns documentos, um certo cuidado dos chefes de família em esconder substâncias venenosas. Tal cuidado se justificava principalmente devido aos escravos, tidos por muitos como hábeis manipuladores de venenos.<sup>76</sup> Entretanto, as medidas preventivas não impediram que eles utilizassem esse recurso, mesmo sendo os livres, com 66%, aqueles que mais praticaram o auto-envenenamento, seguidos pelos escravos, com 29,4%, e pelos libertos, com 4,6%.

Gráfico 11 Método por condição social



Fontes: documentos encontrados no APEB e BPEB.

No tocante à manipulação de substâncias venenosas por parte dos escravos, devemos assinalar que para nosso período tais venenos eram industrializados, como alvaiade, arsênio, solimão, láudano e rosalgar, somente para citar os mais utilizados. Em apenas um caso foi utilizada uma substância natural, a raiz de uma flor venenosa conhecida por esponja, e mesmo assim por uma mulher livre, Helena Augusta Maquet, natural do Rio de Janeiro, que tentou suicídio em fevereiro de 1860 na freguesia da Conceição da Praia.<sup>77</sup> É claro que isso não exclui a possibilidade de nossos suicidas terem feito uso de substâncias venenosas caseiras, impossibilitando que se conhecesse o método ou o tipo, e mesmo se havia sido suicídio.

<sup>75</sup> Sobre isto, ver AMARAL, Sharyse Piroupo do. “Vítima e algoz: as representações do escravo na obra de Macedo”. In.: *Uma nação por fazer - escravos, mulheres e educação nos romances de Joaquim Manuel de Macedo*. Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, 2001. p. 57-99.

<sup>76</sup> Sobre utilização de substâncias venenosas por parte de escravo, ver SILVA, Roger Costa da. “Químicas ardilosas: os venefícios escravos”, *Histórica*, 5 (2001), p. 255-66.

A proibição e a vigilância das autoridades públicas e privadas devem ter feito muitos escravos optarem pelo enforcamento e pelo afogamento. Cordas e materiais semelhantes, assim como água, eram bem mais fáceis de conseguir que substâncias venenosas, além de levantarem pouquíssimas suspeitas. Essa é uma das razões que podem justificar a predominância desses métodos entre os escravos. Em relação aos enforcamentos, 66,3% contra 26,8% para os livres e 6,9% para os libertos. Para os afogamentos, 71,1% foram para os escravos, 17,4% para os livres e 11,5% para os libertos. Não podemos esquecer dos suicídios por precipitação, mais praticados pelos escravos com 63,6%, seguidos pelos livres e libertos 24,2% e 12,2%, respectivamente. Entretanto, a maior disparidade entre livres e escravos é encontrada na variável arma de fogo, 93% e 7%.

Outra questão tão importante quanto à disponibilidade do material é o seu significado cultural. Para muito, a morte por arma de fogo, além da grande possibilidade de concretização do ato, poderia representar uma prova de virilidade, masculinidade e coragem. Tanto isso parece ser verdade que todos os 40 casos de suicídio por arma de fogo entre a população livre foram praticados por homens. O mesmo pode ter ocorrido com os escravos (Gráficos 12.1 e 12.2). Aqui entraria também o fator disponibilidade, já que as armas de fogo estavam mais próximas à realidade social e econômica masculina que da feminina.

Alguns autores acreditam que a morte por afogamento e enforcamento para alguns indivíduos de origem africana poderia representar um mecanismo de retorno à África.

Segundo Mary C. Karasch

O afogamento e o enforcamento em árvores, significativos no contexto das crenças africanas, facilitariam a passagem de seus espíritos para a terra natal. Os que se afogavam talvez acreditassem que a água era a barreira (Calunga) que tinham de cruzar para chegar à África e reunir-se aos ancestrais.<sup>78</sup>

Roger Bastide nos ajuda a entender mais um pouco esta atitude, informando que há no candomblé a crença de que as almas dos mortos deixavam o Brasil depois do enterro para se unirem aos seus ancestrais, e que

O suicídio de negros escravos não tinha, muitas vezes, senão essa causa. É a hipótese formulada por Tschudi para explicar um fato que não deixava de espantá-lo, o grande número de suicídios nas fazendas dos 'senhores bons', maior do que nas dos senhores cruéis. O que

---

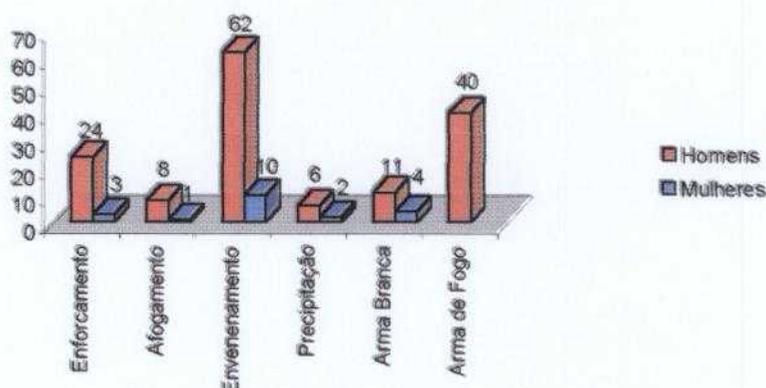
<sup>77</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Correspondência Recebida da Polícia*, maço 3139-23 (1860).

<sup>78</sup> KARASCH, *A vida dos escravos*, p. 418.

para Tschudi não passava de hipótese é confirmado por D'Assier, que nos traz, sobre esse ponto, o testemunho oral dos próprios escravos: "para voltar o mais depressa à nossa terra".<sup>79</sup>

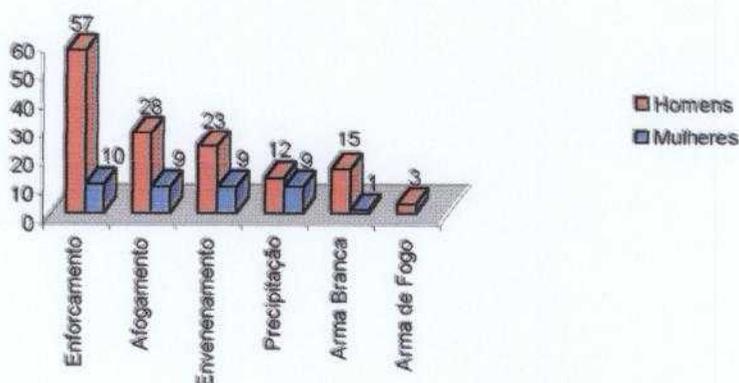
Segundo Henry Coor, citado por Willian D. Piersen, os escravos norte-americanos originários da Costa do Ouro, por exemplo, optavam por se suicidar cortando a garganta, enquanto os das regiões interioranas da África preferiam o enforcamento.<sup>80</sup>

Gráfico 12.1 Método por sexo entre os suicidas livres



Fontes: documentos encontrados no APEB e BPEB.

Gráfico 12.2 Método por sexo entre os suicidas escravos



Fontes: documentos encontrados no APEB e BPEB.

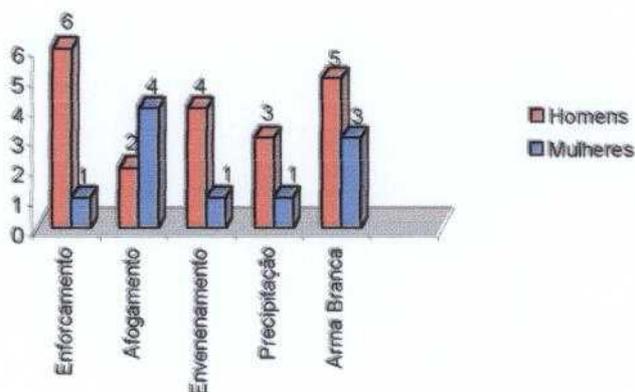
<sup>79</sup> BASTIDE, Roger. *O candomblé da Bahia: rito nagô*. Tradução Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 73.

<sup>80</sup> PIERSEN, Willian D. "White Cannibals, Black Martyrs: fear, depression and religious faith as cause of suicide among new slaves", *Journal of Negro History* 62 (1977), 147-59.

O Gráfico 13 fornece o cruzamento dos métodos empregados pelos escravos com a nacionalidade, e tende a confirmar a discussão feita acima quanto aos fatores da escolha do método. Dos enforcamentos, 58,2% foram praticados pelos africanos, 22,4% por aqueles que não tiveram a nacionalidade determinada e 19,4% por brasileiros. Já entre os afogamentos, 70,3% das vítimas eram africanos, 16,2% de nacionalidade indeterminada e 13,5% brasileiros.

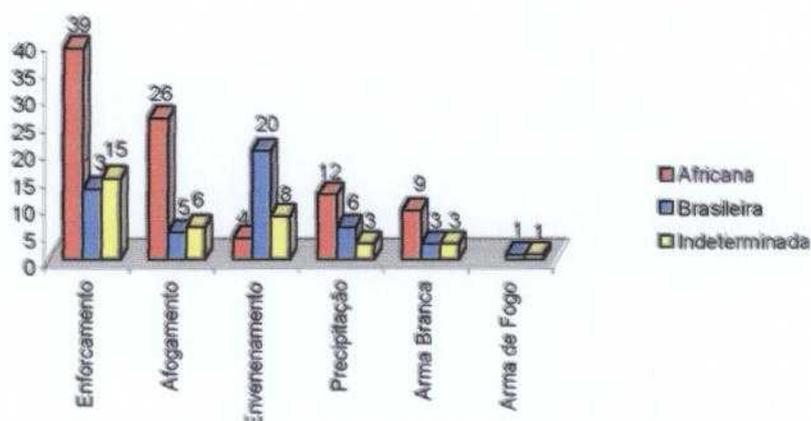
Os brasileiros superam os africanos apenas nos suicídios por envenenamento, onde são representados com 65,5%. Dessa maneira, verificamos que nossa suspeita se fortalece, pois este método ocupa o último lugar entre os africanos (4,4%), muito embora esteja na segunda posição entre os indeterminados (22,2%), muitos dos quais registrados como pretos. A vigilância sobre os escravos nascidos no Brasil era bem menor, devido, entre outras razões, à maior confiança, por parte dos senhores, nos indivíduos deste grupo.

Gráfico 12.3 Método por sexo entre os suicidas libertos



Fontes: documentos encontrados no APEB e BPEB.

Gráfico 13 Método por origem entre os suicidas escravos



Fontes: documentos encontrados no APEB e BPEB.

Acreditamos ainda que o suicídio por afogamento está mal representado nas estatísticas. Tal suspeita não se pautava apenas na bibliografia específica sobre o tema,<sup>81</sup> mas também nas observações realizadas nas pesquisas nos arquivos. A consulta nos maços policiais nos permitiu ler inúmeros relatórios de afogamentos onde as autoridades não sabiam informar em quais circunstâncias se processaram as mortes, se teriam sido homicídios, mortes acidentais ou suicídios. Por outro lado, encontramos casos de mortes por afogamento onde as únicas indicações de que haviam sido suicídios eram as anotações realizadas ao lado dos documentos, contendo freguesia, se se tratava de suicídio consumado ou tentativa, a condição social da vítima, o mês e, em alguns casos, o motivo. Como exemplo, podemos citar esta parte policial:

Illm<sup>o</sup> Snr<sup>o</sup>

Hontem as 6 ½ horas da noite comunicado-se-me de haver dado a praia no caes do Alves um cadáver que parecia ser branco, ali dirigi-me logo, e mandando-o por em terra vi que era com effeito um homem branco, e que trazia uma camisa de linho grosso com a marca – Santa Caza da Misericordia da Bahia, então por não restar duvida de ser elle o doudo que se havia evadido do Hospital, ahi me dirigi ao Administrado que asseverou-me ser o mesmo doudo, mas que aquella hora não lhe era possível mandal-o retirar dahi, o que posem faria hoje: e como até esta hora esteja ainda exposto o dito corpo na rua, solicito a V. S<sup>a</sup> que se digne de dar suas ordens afim de que seja dali tirado e sepultado esse corpo já putreficado, pois que sua derme(*sic*) é bem perniciososa aos moradores d'aquelle logar.

Deos Guarde a V. S<sup>a</sup>

B<sup>a</sup> Subdelegacia da Conceição da Praia 6 de Junho de 1860

Illm<sup>o</sup> Sr. Dr. Chefe de Policia.<sup>82</sup>

<sup>81</sup> Cf. KARASCH, *A vida dos escravos*, p.

<sup>82</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas de Delegados*, maço 6191 (1859-60).

O maior equilíbrio entre livres, escravos e libertos encontra-se nos suicídios por arma branca: 40% livres, 40% escravos e 20% libertos (Gráfico 11). É entre os libertos que encontramos a menor disparidade entre os métodos. A arma branca é a que apresenta a maior porcentagem, 26,6%; seguida pelo enforcamento, 23,3%; e em último lugar a precipitação, 13,4%. Apesar de representar uma ascensão social, a aquisição da carta de alforria não significava necessariamente uma vida melhor do que aquela do cativo. A liberdade poderia ser concedida por condição, o que não desconectava o indivíduo de uma condição de submissão junto ao ex-senhor.<sup>83</sup> Com a liberdade, o ex-escravo teria agora, mais do que nunca, que disputar a sua subsistência não somente com seus ex-companheiros de cativo, mas também com outros libertos e livres.

Em 26 de agosto de 1850, o chefe de polícia enviou a seguinte parte ao vice-presidente André Correia Pinto Christovão de Sena: “Hontem atirou-se ao dique, e morrêo afogada, sem que pudesse ser socorrida uma preta, e achando-se uma carta de liberdade entre alguns panos que deixára em terra, se ordenou ao respectivo Subdelegado que em vista da mesma carta procedesse ás averiguações necessarias sobre o suicidio”. Quais foram as razões que fizeram esta preta, já liberta, a cometer suicídio? Infelizmente não sabemos responder, já que nem mesmo seu nome foi informado.<sup>84</sup>

A velhice pode ter sido um outro fator para o suicídio dos libertos, já que aumentaria ainda mais as dificuldades destes indivíduos na luta pela sobrevivência. É o que podemos supor, visto que dos 30 libertos, 8 (26,6%) tiveram a idade informada, sendo todos acima dos 50 anos.<sup>85</sup> Proporcionalmente, as informações sobre a idade dos libertos foram mais altas que as dos livres, entre os quais 23,7% tiveram a idade informada, enquanto os escravos para os quais se sabe a idade estão representados apenas em 10,9%.

A relação método, condição social e sexo nos fornece outras informações. Tanto para os homens livres quanto para as mulheres livres o envenenamento representou a maioria dos casos, 41% e 50%, respectivamente. Ainda entre os livres, para os homens a precipitação foi o método menos empregado com 4%, já para as mulheres foi o afogamento com 5% (Gráfico

---

<sup>83</sup> Sobre a relação ente senhor e escravo na Bahia, ver BELLINI, Lúcia, “Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria”. In: João José Reis (Org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 73-86; MATTOSO, Kátia M. Q. *Ser escravo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990; OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. *O libertado: o seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio: [Brasília, DF]: CNPq, 1988.

<sup>84</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Correspondência Recebida da Secretaria da Polícia*, maço 3139-11 (1850).

<sup>85</sup> Mattoso estabelece três faixas etárias para os libertos: criança (até os 12 anos), adulta (13 aos 49 anos) e velhice (a partir dos 50 anos). Ver MATTOSO, Kátia M. de Queirós et al. “Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1819-1888”. In: João José Reis (Org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro n Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 60-72.

12.1). O enforcamento aparece como método mais utilizado pelos escravos de ambos os sexos, 41,3% para os homens, e 26,3% para as mulheres. Entre estas, os métodos aparecem representados de forma mais homogênea pois, como exceção da arma branca, que ficou com 2,6%, e da arma de fogo, onde não houve casos registrados, afogamento, envenenamento e precipitação aparecem com 23,7% cada. Se levarmos em conta apenas o método arma branca, teremos um fosso entre escravos e escravas, 93,7% e 6,3% respectivamente (Gráfico 12.2). As libertas praticaram mais o afogamento com 40% e a arma branca com 30%. Já para os libertos, o enforcamento com 30% e arma branca com 25% representam a maioria dos casos. Entre os casos de afogamento os libertos aparecem com 33,3% e as libertas como 66,6% (Gráfico 12.3).

Se os médicos procuraram taxar, muitas vezes, os suicidas de loucos, eles também procuravam salvá-los, da melhor maneira possível, com os recursos a seu alcance. Os documentos indicam que, no caso dos indivíduos que ainda apresentavam sinais vitais, os primeiros socorros ocorriam normalmente no próprio local onde tinha se dado o fato.

Ao que tudo indica, os casos de auto-envenenamento eram mais fáceis de serem tratados, pois existiam receitas caseiras disponíveis. Um desses tratamentos era fazer com que o suicida ingerisse o azeite de oliva, conhecido popularmente como azeite doce. Esse foi o procedimento realizado por Maria Rosa do Sacramento, mãe de Félix Florentino de Farias, em 1856. Farias se recusou a tomar o azeite, serrando os dentes.<sup>86</sup> Não sabemos se a prática de medicar a vítima de envenenamento com azeite de oliva era aceita ou mesmo recomendada pelos médicos. Ela parece estar mais ligada à prática médica popular que à científica.

O indivíduo ou mesmo sua família poderiam ter feito uso de receituários caseiros para livrar-se do desespero, da angústia, de moléstia ou mesmo do estado de alienação mental. As práticas médicas populares eram bastante conhecidas e mais utilizadas durante todo o século XIX que as ditas científicas. Para o Rio de Janeiro, Gabriela Sampaio faz referência à luta dos médicos para adquirir confiança junto à população adepta de benzedeiros, curandeiros e rezadeiras.<sup>87</sup> É provável que muitos suicidas tenham procurado os vigorosos socorros do Evangelho, como aconselhavam os moralistas religiosos, e tentaram seguir os exemplos contidos nas Escrituras, que não apenas mostravam casos de suicídios, como afirmavam os críticos da Igreja, mas principalmente personagens que demonstraram resignação, perseverança e fé nas palavras de Cristo.

---

<sup>86</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas de Subdelegados*, maço 6231 (1854-58).

<sup>87</sup> Sobre medicina popular. ver SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, CECULT, IFCH, 2001.

Em alguns casos, após os primeiros socorros, procurava-se chamar um facultativo para que procedimentos mais adequados fossem postas em prática. Descobrir qual a natureza do veneno era uma medida necessária para a escolha do método de cura. Em caso de tentativa de suicídio por arma do fogo procurava-se primeiro estancar o ferimento e, se necessário e possível, extrair a bala. Este foi, por exemplo, o procedimento tomado pelo dr. Antônio Pacífico Pereira ao ser chamado para tratar de Domingos da Silva Gomes Coelho, em 1822. Por hora, não falaremos do caso de Domingos Coelho, analisado no capítulo seguinte.<sup>88</sup>

No caso do enforcamento o tratamento era mais complicado, mesmo porque entre os métodos era o que necessitava de um maior isolamento, e quando a vítima era encontrada normalmente já estava morta. Segundo o dr. Salvador Vaz Galvão, em tese defendida em 1907, intitulada *Estudo médico-legal sobre o enforcamento*, a morte por enforcamento era resultado, entre outros fatores, de parada respiratória, fruto da compressão dos nervos e dos “vasos cervicaes acarretando, para o lado do cérebro, desordens que impediam o bom funcionamento do encephalo.”<sup>89</sup>

Em muitos documentos a ajuda de um médico não era suficiente para que o indivíduo escapasse da morte. Nas cidades onde havia hospitais procurava-se levar a vítima que ainda apresentasse sinais vitais para que recebesse melhores tratamentos, ou mesmo o cadáver para que fosse enterrado. Em muitos casos de suicídio foram realizados exames de corpo de delito. Alguns documentos dão indicações de como este procedimento era realizado. Em alguns casos, os autos de perguntas e o exame de corpo de delito não eram suficientemente para indicar o que teria provocado a morte da vítima e se realmente teria sido suicídio. Tratava-se, quando as circunstâncias permitiam, de fazer uma autópsia no cadáver.

Como foi observado na Introdução e ao longo deste capítulo, as fontes seriais nos permitem refletir sobre uma multiplicidade de aspectos das trajetórias de vida e circunstâncias sociais dos suicidas na Bahia, na segunda metade do século XIX. Em certos casos, é possível nos aproximarmos ainda um pouco mais deles. É o que veremos no próximo capítulo.

---

<sup>88</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Correspondência Recebida de Delegado*, maço 6218 (1881-82).

<sup>89</sup> MMB, GALVÃO, Salvador Vaz. *Estudo médico-legal sobre o enforcamento*. (Dissertação). Bahia: Oficinas do Diário da Bahia, 1907. p. 14.

## O sr. D. e outros: trajetórias e concepções de suicidas sobre a vida e a morte

### UM SUICIDIO

Havia algum tempo que os moradores do predio onde habita o Sr. D... e os seus amigos e conhecidos notaram uma mudança terrivel no seu character e na sua maneira de viver.

Tinha-se tornado sombrio e moroso. Sabia-se que tinha perdido importantes somas no jogo de fundos. Certa manhã percebeu-se que havia dois dias que elle não sahia, quanto era notoria a sua actividade.

A chegada d'um amigo com uma carta, em que elle annunciaca a intenção em que elle estava de pôr termo á existencia, alvorotou toda a visinhança.

Vai-se procurar a policia, e arromba-se a porta do quarto.

Que espectáculo! O corpo do D... estava estendido na cama. Todas as fendas das portas e janellas tinham sido tapadas com papel, afim de impedir a entrada do ar. A Chaminé do fogão estava tapada tambem: fôra a asphyxia a morte escolhida. A gaiola d'um papagaio, que costumava estar dentro de casa, fôra dependurada pela parte de fôra da janella para evitar a morte ao pobre animal.

Todos estes preparativos testemunhavam uma perfeita lucidez de espirito.

No meio da casa um grande fogareiro, sobre uma mezinha de cabeceira um grande bol de punch

Aproximavam-se, commovidos, fallando e gesticulando todos ao mesmo tempo.

A esta bulha, oh! Milagre! D... faz um movimento, enfrega os olhos e senta-se na cama.

- Que demonio de bulha é este, exclama elle aturdido, o que quer aqui toda esta gente?

Espanto geral!

Não tardou muito a explicação o Sr. D... bebeu estoicamente o seu punch.

Em seguida adormeceu, esquecendo totalmente de accender o carvão do fogareiro.<sup>1</sup>

Escolhemos começar este capítulo com o caso anedótico da tentativa de suicídio do sr. D., publicado no *Jornal da Bahia*, em 10 de junho de 1877, na seção *Noticias Diversas*, por vários motivos. Em primeiro lugar, pelo seu tom jocoso e ao mesmo tempo elegante, narrado de forma simples, encantadora e surpreendente. Para os leitores daquele jornal, uma matéria com aquele título já chamava atenção. A narrativa seqüenciada dos fatos – mudança de comportamento, perda de uma grande soma em dinheiro em jogo de azar, desaparecimento, chegada de um amigo com carta enviada pelo pretense suicida onde informava a sua intenção de acabar com a vida, as fendas da casa vedadas – leva-nos a acreditar que o desfecho seria trágico. Essa anedótica notícia é principalmente valiosa por sintetizar alguns dos pontos que foram discutidos nos capítulos anteriores, a propósito das causas e outros aspectos relativos ao ato suicida: mudanças de personalidade, premeditação, situação financeira difícil, escolha do

---

<sup>1</sup> APEB; *Jornal da Bahia*, 10 de junho de 1877.

método empregado, despedidas por meio de cartas ou bilhetes, confusão que tal fato criava em uma comunidade.

Assim, como o sr. D., muitos dos suicidas por nós pesquisados não demonstraram passividade, como se não tivessem arquitetado previamente a morte, agindo apenas em momento de desespero. Pelo contrário, procuraram mudar, reagindo a situações adversas, movimentando-se por caminhos tortos e dolorosos, utilizando-se de estratégias e ardis para conseguir dias melhores, fossem eles em vida ou na morte. Apesar de alguns documentos informarem que o suicida havia deixado bilhetes ou cartas, infelizmente só nos foi possível localizar sete desses escritos. Para nossa discussão nesse capítulo, eles são complementados com informações constantes dos autos de perguntas a familiares ou aos próprios suicidas, principalmente aqueles que não obtiveram êxito na sua tentativa ou ainda não tinham dado os últimos suspiros. Em alguns casos foram realizados inquéritos para investigar se se tratava realmente de suicídio e, assim sendo, se alguém havia auxiliado na realização do ato. Com base nestas fontes, este capítulo trata dos casos em que é possível compreender, ainda que de forma fragmentária, trajetórias de vida e suas relações com as motivações que levaram ao ato suicida por alguns indivíduos, homens do século XIX, na Bahia.

Os autos de perguntas e os inquéritos variavam conforme o *status* social da vítima e dos suspeitos. Apesar de os filhos e cônjuges serem inquiridos sobre o fato, para verificar se auxiliaram o morto, ou se eram responsáveis diretos pela morte, era sobre os agregados e os escravos que recaiam as maiores suspeitas. Na madrugada de 3 de julho de 1862, na freguesia de São Pedro, o cônsul de Portugal, José Agostinho de Sales, suicidou-se por meio de envenenamento. No interrogatório, feito pelo subdelegado Antonio José Pereira de Albuquerque ao chanceler do mesmo Consulado, Gregório Anselmo Marques Ferreira, aos empregados domésticos e aos escravos do suicida, o foco de atenção foi a relação do senhor com os cativos, em detrimento dos motivos que levaram o cônsul a cometer suicídio. A única menção a este assunto, aliás, foi feita quando do interrogatório ao chanceler, que informou que atribuía aquele lamentável fato, envolvendo figura de tal importância “a desgosto proveniente ... de sua vida.” Decerto Ferreira tinha conhecimento da natureza dos desgostos do cônsul, e sua intenção com a resposta lacônica foi provavelmente a de preservar a privacidade do falecido. O que a autoridade policial queria mesmo saber era se o chanceler suspeitava que algum dos escravos tivesse ministrado o veneno à vítima. Ele respondeu que não, “pois que os escravos deste são bem tractados e até como filhos, tendo estes bastante amisade ao dito Consul.” Pergunta semelhante foi feita ao preto Zeferino, maior de 50 anos, natural da cidade, que respondeu “que seu senhor nunca os castigara, e que sempre os tratava

bem.” Esta pergunta também foi feita aos demais escravos domésticos, que deram a mesma resposta.<sup>2</sup> Para o subdelegado Antônio Pereira, e muitos contemporâneos seus, os escravos eram figuras ameaçadoras e perigosas, capazes de tudo para se vingar dos seus senhores.<sup>3</sup>

A relação entre José Agostinho de Sales e seus escravos parece ter sido realmente boa, pois, no seu testamento, feito no ano de 1856, que passou às mãos do chanceler Ferreira antes de expirar, libertava seis escravos, dois deles interrogados pelo delegado, o crioulo Zeferino e a africana Antônia, além de deixar instruções para que fosse dada carta de cidadão português a Manoel, natural de Angola, que fora educado por ele. Este, no interrogatório, se declarou como escravo, mas logo depois informou que era livre, declarando ser escravo apenas “por cortesia”. A liberdade dos escravos obedecia a condições, já que estavam obrigados a servirem aos testamenteiros por um período de seis meses até que o inventário dos bens do falecido fosse concluído. Ao final deste prazo, estava estipulado que cada um receberia a quantia de um conto de réis.<sup>4</sup> Os casos de Zeferino e Antônia não foram únicos. Outros escravos obtiveram a liberdade após seus senhores terem cometido suicídio, muito deles por terem prestado bons serviços em vida e na hora da morte, como veremos adiante.

Apesar do suicídio representar, em primeiro lugar, agressão contra o próprio praticante, ele é também um ato de hostilidade contra terceiros. Segundo Maria Luiza Dias, as mensagens deixadas pelos suicidas constantemente têm como objetivo transformar a auto-agressão em agressão aos outros, considerados responsáveis pela infelicidade do suicida.<sup>5</sup> Se muitos não deixavam indicações da culpa de terceiros, às vezes fazendo questão de informar que ninguém havia contribuído para tão deplorável fato, outros não pouparam palavras para acusar pessoas.

Esta atitude foi tomada por João Fernandez Chaves, ex-escrivão, residente na freguesia de São Pedro em Salvador que, em outubro de 1865, suicidou-se com tiro de pistola na cabeça, morrendo logo em seguida.<sup>6</sup> Chaves antes escreveu uma carta dirigida ao chefe de polícia da província, para que sua morte não fosse atribuída a um inocente, tanto assim que pediu para que ela fosse arquivada.<sup>7</sup> Esta atitude mostra o grau de consciência do suicida. Seu

---

<sup>2</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Correspondência Recebida da Polícia*, maço 3139-15 (1851-55).

<sup>3</sup> Sobre isto, ver AMARAL, Sharyse Piroupo do. “Vítima e algoz: as representações do escravo na obra de Macedo”. In.: *Uma nação por fazer - escravos, mulheres e educação nos romances de Joaquim Manuel de Macedo*. Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, 2001. p. 57-99.

<sup>4</sup> APEB – Seção Judiciária; 07/3048/06.

<sup>5</sup> DIAS, Maria Luiza. “O suicida e suas mensagens de adeus”. In.: Roosevelt M. S. Cassorla (Coord.), *Do suicídio*. Campinas-SP: Papyrus, 1991. p. 89-106.

<sup>6</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Chefe de Polícia*, maço 2959 (1864-66).

<sup>7</sup> APEB – Seção Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas de Subdelegados*, maço 6236 (1863-65).

ato não foi tomado de uma hora para outra, foi pensado, demonstrando uma clara premeditação.

O ex-escrivão aponta três motivos para o seu suicídio. Primeiro, por não ter mais ninguém “a quem fazer falta nem choro”, e por já ter cumprido sua missão na terra.<sup>8</sup> Os outros dois motivos ligavam-se de forma direta a pessoas de sua família. A única filha que possuía, razão de orgulho que fica patente em seu discurso, tinha falecido, restando-lhe apenas o seu filho João Tavares Chaves, a quem deveria recair a culpa, ou como ele mesmo disse, “cair o meo sangue”. O ressentimento que nutria pelo filho era tamanho que, para expressá-lo, o pai não poupou adjetivos insultuosos. Segundo ele, desde os onze anos de idade João Tavares Chaves tinha se mostrado uma pessoa de maus costumes, dado a libertinagem, uma “feroz creatura”. Animalizar e ferocizar eram mecanismos utilizados para desqualificar o opositor, não utilizados apenas pelos moralistas religiosos. A repulsa de João Fernandez pelo filho era devida a outras atitudes tomadas por este. Como pessoa de relativa posição social, o pai teria feito de tudo para que o filho concluísse os estudos, o que não aconteceu no prazo por ele esperado, pois apenas com grande sacrifício Chaves se bacharelou.

Os fatos referidos acima decerto teriam colocado seu pai em situação desagradável e vexatória diante da sociedade, o que teria atingido diretamente a sua reputação, causando-lhe extrema vergonha. Estes fatos deviam ser do conhecimento de muitas pessoas, pois amigos tentaram reconciliá-los, sem obter sucesso. Se o pai teria de acertar as contas com Deus pelo ato que cometia, o filho teria que passar por algo ainda pior segundo a concepção cristã, pois sobre ele foi lançada a maldição divina. Se para a sua “ajuizada e boa filha”, já falecida, estavam garantidas as benesses do Paraíso, para a fera indomada não restaria outra alternativa a não ser os tormentos infernais. João Fernandez termina sua carta incriminatória libertando uma escrava crioula que lhe prestou cuidados quanto estava doente, lamentando que seu filho não fosse igual aquela “boa creatura”. Esta atitude, além de beneficiar a crioulinha, ainda colocava João Tavares Chaves em posição inferior à de um escravo, pelo menos em termos de caráter e humanidade.

O vexame e a desonra pela cobrança de uma dívida foram o que motivou o português Domingos da Silva Gomes Coelho, 22 anos, casado, dono de uma casa comercial varejista de

---

<sup>8</sup> Lembremos que, de acordo com o discurso moralista religioso, esta razão não tinha respaldo, pois ninguém teria o direito de matar-se achando que já tinha cumprido o seu dever para com a sociedade. Foi o que afirmou o conselheiro José Joaquim Rodrigues de Bastos: “não se diga: Eu já paguei minha vida á sociedade, nos trabalhos que emprehedí e executei por ella; porque esta dívida é muito avultada, não póde ser paga senão pelo emprego de toda a nossa vida; e quem se priva de uma parte desta, deixa de pagar uma parte daquella.” Para os moralistas esta decisão caberia apenas ao Todo Poderoso. APEB – Microfilmes; *A Marmota Fluminense*, 29 de agosto de 1854.

tecido localizada na rua das Grades de Ferro, na freguesia da Conceição da Praia, a dar um tiro na cabeça, em 8 de janeiro de 1882. Antes de morrer, Coelho chegou a ser interrogado pelo subdelegado da freguesia do Pilar, pois a autoridade da sua não fora encontrada naquele momento. Em seu depoimento no auto de perguntas, Coelho afirmou que havia tomado aquela resolução por causa das injúrias feitas pelo negociante Anselmo de Azevedo Fernandes e que, como não podia vingar-se de tal afronta e pela forma como fora desacatado, “não mais poderia continuar a viver na sociedade e no meio de seus amigos”. Coelho entregou ao subdelegado a arma do crime e duas cartas, uma para Anselmo de Azevedo Fernandes e outra destinada a amigos, onde informava que aquela decisão teria sido tomada na tarde daquele mesmo dia. A carta destinada a Fernandes é mais contundente e revela concepções relativas à vida e ao suicídio:

Bahia 8 de Janeiro de 1882

Senr Anselmo de Azevedo Fernandes

O caixeiro foi com a condição de quando ficasse bom de saude elle ter o lugar garantido, visto isto é bom que o sr. o empregue em qualquer loja, perto da minha, porque elle conhece todos os fregueses que me devem em vista de quererem receber alguns fiados para não ficar devendo tanto ainda depois de morto, só lhe peço que me deixe ir com a roupa que esta no corpo, é so darem um caixão de pinho e fazer uma cava nas quintas e me deitarem dentro, e peço que no cazo que o tiro, não, me falte com a vida é favor não chamar doutor para me tratar, deixe eu morrer que e meu gosto, tambem lhes peço que fassam conta rasualvel para com todos meus credores, olhem eu devia ao sr. Antonio Augusto dos Santos Pereira e ao sr. Valentim de Souza Correia e Cia(*sic*) e ao sr. João Alberto de A. Lima e não deixo ficar nem em caza nem na loja nem escondido e sim emprestimos de favor.

É para me desculpar, esta minha morte por quem é muito, rasualvel(*sic*) comvide-se todos os amigos para virem em minha caza festazarem os meus annos mais(*sic*) foi uma falsidade para todos conhecerem o carater da [ilegível].

Dom<sup>o</sup> S<sup>a</sup> G. Coelho

Não tenho mais tempo são 2 horas e as 2 ½ eu estarei morto [ilegível]<sup>9</sup>

Ao contrário do que planejou Coelho, sua morte não ocorreu meia hora depois de ter escrito as cartas. Sua agonia prolongou-se para além de 7:30 da noite, momento em que foi feito o auto de perguntas. Na carta verifica-se que, apesar da vergonha por que passou, fruto provavelmente das cobranças das dívidas por parte de seus credores, ele não pretendia deixar de quitar seus compromissos nem mesmo após a morte. Tendo seu nome e sua honra

---

<sup>9</sup> APEB – Colonial e Provincial: *Correspondências Recebidas de Delegados*, maço 6218 (1881-82).

atingidos, tal qual Manoel Correia da Costa, referido no capítulo anterior,<sup>10</sup> não poderia mais viver entre os seus e encarar a sociedade de frente.

Discutindo questões relacionadas à honra na Idade Média, Julian Pitt-Rivers afirma que esta é ao mesmo tempo individual, dependendo da vontade de cada um, e também coletiva, relacionando-se a um grupo social, a exemplo da família, raça, pátria, ou qualquer outra comunidade com a qual o indivíduo se identifica.<sup>11</sup> Ou seja, a honra não depende apenas de questões individuais, mas também de valores compartilhados, variando conforme a posição social do indivíduo em cada sociedade. O próprio método empregado por Domingos Coelho e tantos outros suicidas indica um certo ideal de honra. Pitt-Rivers afirma ainda que “pelos meios empregados se reconhece ou não a honra da vítima. Perder seu sangue é mais nobre do que ser asfixiado. A espada indica a posição da vítima, o enforcamento, não. As formas de matar, ou mesmo de se suicidar, têm um significado honorífico.”<sup>12</sup> Entretanto, não devemos adotar esta opinião sem considerar que, se o significado atribuído à honra varia em cada comunidade, o significado do método empregado também. Levando-se em conta as suas ligações com a cultura européia, provavelmente para Coelho matar-se com arma de fogo representaria uma demonstração de coragem e valor. A espada utilizada na Idade Média havia sido substituída pela arma de fogo. O mesmo poderia não ocorrer com um africano, cuja cultura distingue-se em muitos aspectos da portuguesa.<sup>13</sup>

Contrariamente ao que sugerem os discursos médicos e religiosos analisados anteriormente, percebe-se que o suicídio de Domingos Coelho também foi realizado com premeditação e consciência. Nem mesmo as autoridades médicas e policiais presentes em sua casa no momento de sua agonia informaram algum indício de distúrbio mental. Ao tomar a resolução de se matar, Coelho pretendia não apenas escapar à vergonha proveniente das injúrias de Anselmo Fernandes, mas também culpá-lo, mesmo que indiretamente, por sua morte.

O inventário de Domingos Coelho fornece informações sobre quem seriam seus credores. Além de Anselmo de Azevedo Fernandes & Cia, Antonio Augusto dos Santos Pereira, Valentim de Souza Correia & Cia, citados na carta, encontramos também Antonio Gomes dos Santos & Cia, todos proprietários de lojas atacadistas de tecidos. João Alberto de A. Lima não é citado no inventário e não sabemos qual a natureza da dívida entre ambos. Os

---

<sup>10</sup> BPEB: *Jornal da Bahia*, 22 de junho de 1860.

<sup>11</sup> PITT-RIVERS, Julian. “A doença da honra”. In.: Nicole Czechowsky (org.); *A honra: imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco*. Tradução Cláudia Cavalcante. Porto Alegre: L&PM, 1992. p. 18.

<sup>12</sup> Idem, p. 28.

<sup>13</sup> Sobre método empregado pelos africanos, ver KARASCH. *A vida dos escravos*, p. 418.

três primeiros credores entraram com um pedido junto ao Tribunal de Direito Especial do Comércio exigindo o pagamento das dívidas, obtendo a autorização. A avaliação dos bens da loja do suicida, que incluía desde peças e retalhos de tecidos até tesoura, armários, castiçal com manga e metro, ficou em 1:820\$940 de réis.<sup>14</sup>

Há indicações de que Coelho tinha iniciado seu negócio de venda de tecidos nos últimos meses do ano de 1880, visto que encontramos em seu inventário documento autorizando a entregar das chaves de uma casa, nº 102, situada na rua das Grades de Ferro, e estipulando aluguel de 30\$000 réis da mesma propriedade. Até o ano seguinte os negócios e o prestígio de Coelho junto aos credores parecem ter crescido. Ele aparece, em 4 de maio de 1881, como fiador no aluguel de um sobrado localizado na rua da Montanha, no valor de 18\$000 réis. Este favor contribuiu para a ruína de Domingos Coelho, pois em documento datado dia posterior ao seu suicídio, o proprietário do sobrado cobraria 57\$000 réis, correspondentes a três meses e cinco dias de aluguéis atrasados. Assim, podemos supor que, apesar de, na carta, a culpa ter sido atribuída a Anselmo Fernandes, a angústia de Domingos não se devia apenas a ele.

Obter enterro digno de um cristão foi um dos desejos expressos por Domingos Coelho na carta. Assim como o pedido que fez para que parte de sua dívida fosse quitada, o pedido de enterro demonstra que ele pretendia evitar que sua dignidade ficasse ainda mais abalada. Era extremamente importante que seu corpo fosse enterrado em solo sagrado, nem que para isso tivesse que ir em um caixão de pinho, com as roupas que usava no momento do ato e que a cova fosse feita no cemitério das Quinta dos Lázaros, muito menos pomposo que o do Campo Santo. Seu pedido atesta a idéia, expressa por alguns autores, de que as atitudes diante do suicídio estão diretamente ligadas às concepções de vida e de morte.<sup>15</sup>

Coelho não foi enterrado em uma cova, nem levado em um caixão de pinho. Anselmo de Azevedo Fernandes foi seu credor até mesmo após a sua morte, pois tratou dos procedimentos para dar-lhe enterramento mais digno que o pedido. Seu corpo descansou em uma carneira pertencente à Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia, localizada na Quinta dos Lázaros. Dois bondes, alugados junto à empresa Trilhos Centrais, conduziram o corpo e as pessoas que seguiram o enterro. Foram feitas armações na casa do finado, além de adquirir um “caixão decente”, que provavelmente não era de pinho, e ceras. Fernandes não esqueceu nem mesmo de encomendar a alma do acusador, o que ficou a cargo do vigário da Conceição da Praia, o cônego Antonio Teixeira

---

<sup>14</sup> APEB – *Judiciária*; 05/2072/2543/07.

<sup>15</sup> Sobre isso, ver MINOIS, *História do suicídio*; VENEU, *Ou não ser*; e, ALVAREZ, *O deus selvagem*.

Coimbra. O total das despesas, 155\$000 réis, foi cobrado junto à massa do inventário. A atitude de Fernandes, de fornecer um enterro um pouco mais digno a seu desafeto, parece ter sido uma tentativa de reabilitar-se, livrando-se do estigma de ter sido o causador de tão desagradável fato.

O corpo de muitos suicidas teve o mesmo destino do de Domingos Coelho, apesar da expressa determinação da Igreja de não conceder sepultamento cristão àqueles que não fossem loucos ou que não mostrassem arrependimento. Este foi o caso do suicídio do coronel Raimundo Francisco de Macedo Magarão, ocorrido em março de 1871, na freguesia da Vitória, e motivado por questões financeiras, mencionado brevemente nos capítulos anteriores. De forma ardilosa, o coronel Magarão tentou fazer com que seu suicídio fosse tomado como morte acidental por afogamento. Segundo informações obtidas de sua esposa e demais pessoas, ele havia se queixado de vertigens na véspera do acontecimento, decidindo que na manhã seguinte iria tomar um banho de mar. Tal prática era recomendada como tratamento para algumas doenças, no século XIX.<sup>16</sup> Embora acostumasse banhar-se na praia em frente a sua residência, desta vez o coronel se dirigiu à que ficava atrás do farol na povoação da Barra. Percebendo a demora de seu marido, D. Jesuína Eustaquia Ramos Magarão enviou uma escrava doméstica para verificar o que estava se passando, esta retornou informando que o seu senhor ainda estava no mar. Instantes depois chegou a informação de que o coronel Magarão fora encontrado deitado na beira da praia, já em estado moribundo.

Mesmo com a presença do subdelegado da freguesia e de um facultativo, tudo se encaminhava para a conclusão de que a morte de Raimundo Magarão havia se dado por afogamento. Mas o aparecimento de um indivíduo que portava um frasco contendo restos de uma substância líquida, achado no mesmo local em que tinha sido encontrado o corpo da vítima, deu outro rumo à história. O vasilhame continha láudano e, segundo sua esposa, no dia anterior estava sobre a secretária da vítima. Os exames confirmaram a suspeita: o coronel Raimundo Francisco de Macedo Magarão havia se envenenado. Para o subdelegado Francisco Pereira Rocha, nada se podia saber dos motivos, pois o suicida “procurou simular o suicídio, e nada deixou escripto a tal respeito.”<sup>17</sup>

Como homem de posse – seus bens foram avaliados em 197:250\$000 réis – e como um bom cristão Magarão era membro de diversas irmandades. Em seu testamento, feito em 1860, declara-se pertencente às irmandades do Santíssimo Sacramento, da freguesia de Santo

---

<sup>16</sup> Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. In.: Luiz Felipe de Alencastro (Org.), *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 76-77.

Antonio além do Carmo; Santa Casa da Misericórdia; Senhor dos Passos, da Igreja da Ajuda; Santo Antonio dos Militares; Santo Antonio, da freguesia da Santo Antonio; e Confrade do Convento do Carmo. Exigia que, após a sua morte, fossem rezadas cinquenta missas de corpo presente e duas capelas para a sua alma. Uma capela equivalia a cinquenta missas e, desta forma, somente em benefício próprio, Magarão havia recomendado em testamento cento e cinquenta missas. Mas o coronel não esqueceu de mandar rezar missas também em benefício das almas de seu pai, sua mãe, seu padrinho e demais parentes mortos, deixando a escolha das pompas fúnebres a cargo de sua mulher e herdeira universal. Apesar de não ter sido enterrado dentro do templo, pois desde 1855 tal prática já havia sido abolida, seu enterro foi realizado com todas as pompas fúnebres que um bom e rico cristão deveria ter.

Como já foi mencionado, pelas determinações eclesiásticas estava vetado todo e qualquer rito cristão de passagem para o suicida.<sup>18</sup> Isso não impediu que a viúva do casal Magarão realizasse uma cerimônia digna para o seu falecido marido. Seu corpo e principalmente sua alma foram encomendados e acompanhados pelo vigário da sua freguesia, José Feliz Pereira de Araújo. As despesas por esses serviços, mais missas de corpo presente e de sétimo dia somaram 50\$000 réis. Somente para se ter uma idéia do espetáculo que deve ter sido o funeral do coronel Raimundo Magarão, seu corpo saiu de sua casa na povoação da Barra em direção à Santa Casa da Misericórdia, onde acreditamos que foram rezadas missas de corpo presente, indo em seguida para a cemitério do Campo Santo. Para isso, sua viúva alugou um carro fúnebre riquíssimo a seis cavalos, um coupe a dois cavalos, seis caleças a quatro cavalos, seis meias caleças a quatro cavalos, cinco carros a cavalos, quatro carros a quatro bestas, e três carros a dois cavalos, ou seja, um total de vinte e cinco veículos que somados custaram 1:000\$000 réis. Jesuína Eustáquia Ramos Magarão, herdeira e inventariante do coronel Magarão, gastou um total de 1:050\$000 réis com o funeral. Para se ter uma idéia do que representava essa quantia na década de 1870, segundo Kátia Mattoso, um pedreiro e um marceneiro recebiam mensalmente 48\$000 réis. Os gastos com o funeral equivaliam, desta forma, ao salário de um desses trabalhadores por mais de 21 meses.<sup>19</sup>

Se as pompas fúnebres e as missas contassem para amenizar o sofrimento dos suicidas no Inferno, ou possibilitassem ingresso no Purgatório e um futuro perdão divino, como se acreditava na época, o coronel Magarão teria isto garantido. Também é lícito pensar que sua

---

<sup>17</sup> APEB – Colonial e Provincial: *Correspondências Recebidas de Delegados*, maço 6208 (1870-71).

<sup>18</sup> Cf. VIDE, *Constituições primeiras*; e REIS, *A morte é uma festa*.

<sup>19</sup> MATTOSO, *Bahia, século XIX*. p. 539.

esposa tinha como objetivo, ao realizar tais pompas, recuperar a honra e a memória de seu marido, e quiçá a sua própria.

Atitude semelhante, embora com menor pompa, foi tomada anos antes pelo desembargador Manoel Messias de Leão, quando do falecimento de seu genro Vicente Navarro de Andrade, morador na freguesia de São Pedro, em 9 de abril de 1855, por meio de um tiro que dera na cabeça. Segundo o subdelegado “o infeliz fôra victima de um acesso de monomania, de que há tempos se achava affectado, e que já por vezes o impellira a tentar contra a propria vida.”<sup>20</sup> Leão despendeu cerca de 64\$800 réis, entre outras coisas, com quatro padres seculares e dois sacristãos do Mosteiro de São Bento, velas para as missas, caixão e “rico pano mortuário”.<sup>21</sup> O desembargador chegaria ao mais alto posto político e administrativo da Província três anos mais tarde. Seu relatório, apresentado à Assembléia em 15 de setembro de 1858, faz referência a 23 casos de suicídio, o que o obrigou a afirmar que o suicídio era “um phenomeno” que demandava “estudo profissional” para se conhecer as causas que levavam homens a “um termo tão fatal”.<sup>22</sup> Diferentemente de Magarão, Vicente Navarro de Andrade pôde ser enterrado dentro do templo beneditino, localizado naquela freguesia, já que a proibição definitiva desta prática ocorreria apenas em 3 de setembro de 1855, pelo código de higiene.<sup>23</sup>

Desta forma, por “ambição ou commiseração”, como denunciava frei Mariano em 1849,<sup>24</sup> suicidas estavam tendo enterramento cristão. Para os finais do século é licito pensar que não haveria outro local para receber o corpo do suicida a não ser os cemitérios cristãos. João Reis informa que, na primeira metade do século, suicidas, criminosos, indigentes e escravos eram enterrados em covas comuns no antigo cemitério do Campo da Pólvora, e estavam sujeitos a ataques de animais famintos.<sup>25</sup> Todavia, temos de levar em conta que um enterro não se faz apenas com a colocação do cadáver na sepultura, sendo necessárias cerimônias rituais de passagem para que ele seja completo, como fica claro nos relatos e

---

<sup>20</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas da Polícia*, maço 3139-15 (1851-55).

<sup>21</sup> APEB – Seção Judiciária; 04/1670/2140/03.

<sup>22</sup> UC/PRB; *Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo 1.º vice-presidente da provincia, o desembargador Manoel Messias de Leão em 15 de setembro de 1858*. Bahia, Typ. de Antonio Olavo de França Guerra, 1858.

<sup>23</sup> Uma primeira tentativa de pôr fim aos sepultamentos dentro das igrejas tinha sido feita em 1836, medida que foi o estopim de uma revolta popular em Salvador chamada de Cemiterada. As ações dos manifestantes, que entre outras atitudes destruíram o cemitério do Campo Santo, fizeram as autoridades responsáveis pela lei recuar. A proibição definitiva foi tomada em um momento crítico, no surto epidêmico do cólera naquele mesmo ano. Sobre a Cemiterada, ver REIS, *A morte é uma festa*; e sobre a lei de 1855, ver DAVID, *O inimigo invisível*, p. 83.

<sup>24</sup> APEB – Microfilmes; *O Noticiador Catholico*, 10 de março de 1849.

<sup>25</sup> REIS, *A morte é uma festa*, p. 193-200.

estudos sobre atitudes diante da morte. Ressaltamos que estes benefícios não estavam ao alcance de todos os suicidas, sendo importante a posição social da vítima.

Certamente Domingos da Silva Coelho, Vicente Navarro de Andrade, João Tavares Chaves e tantos outros sabiam que aquela atitude que tomaram era condenada pelas leis canônicas e que suas almas estavam condenadas ao Inferno. O fato de que, em geral, os suicidas conheciam as punições divinas é visível quando do suicídio de João, pardo, escravo do alferes José Pereira de Souza, ocorrido em 1864 na cidade de Camamu.<sup>26</sup> João também demonstrou uma perfeita consciência de sua situação de subordinação frente à escravidão. No dia anterior, queixou-se a seu senhor que estava doente, sendo medicado com duas onças de óleo de ricino. Passado um dia, provavelmente já melhor de saúde, João saiu da senzala e se dirigiu até a casa de Antônio José Cardoso, que ficava a pouca distância da fazenda. Lá chegando, preparou a linha de pesca e aconselhou Cardoso a procurar um “pesqueiro” – local onde costuma haver muitos peixes. João retornou à senzala onde passou a trabalhar na feitura de um cabo para o rodo de farinha e, às quatro horas da tarde, sabendo da saída de seu senhor, que também tinha ido pescar, dirigiu-se a sua residência, solicitou e recebeu uma xícara com um pouco de cachaça, bebeu e saiu reclamando da pouca quantidade fornecida pela cunhada do seu senhor. Instantes depois João retornou à casa, entrou, abriu o oratório, rezou de joelhos e em voz baixa, levantou-se, indo ao local onde se encontrava a espingarda de alferes José Pereira de Souza, lançou mão dela e, segundo informações colhidas pela polícia, saiu pronunciando as seguintes palavras: “deos punha a minha alma onde quizer”. Assustada, a cunhada de Souza, vendo que João ia ao encontro de sua irmã, tentou chamar a atenção desta, que se encontrava no engenho, juntamente com sua mãe e sua tia, as quais não puderam ouvir os gritos desesperados informando que João queria se matar, devido ao barulho da cachoeira e da moagem da cana. Diante de sua senhora, João, com a espingarda engatilhada, teria pronunciado a seguinte frase: “Vosmice pode hoje mandar para me vim surrar-me e fazer de mim o que quizer, por hoje se acaba a lida”. Saiu, subiu a ladeira que dava para a senzala e, vendo que era seguido por um companheiro que pretendia impedi-lo de suicidar-se, o intimidou com ameaça de morte. Temendo perder mais de uma propriedade, a senhora ordenou que o companheiro de João retornasse. Neste momento, João pôs a boca da espingarda sobre o peito e, com o pé no gatilho, fez estourar a espoleta. Infelizmente para ele a arma estava descarregada. Isso não o impediu de acabar com sua vida. João foi à senzala, onde carregou a espingarda, arrancou o cabo do rodo de farinha, talvez o mesmo que tinha

---

<sup>26</sup> APEB – Colonial e Provincial: *Correspondências Recebidas de Delegados*, maço 6199 (1864).

feito horas antes, sacou uma das suas extremidades, pôs o coice da arma de encontro à parede e a sua boca dirigida ao peito esquerdo, empurrou o gatilho com o cabo do rodo, disparou o tiro, e caiu morto.

As informações colhidas pelo subdelegado mostram as relações cotidianas em que vivia João. Este tinha liberdade de transitar por outros locais além da senzala e do engenho. Mostrava conhecimento sobre a pesca, talvez por ter de se alimentar de peixes. Apesar de transitar livremente, as relações entre ele e os seus senhores expressavam mais uma vez os conflitos existentes entre cativos e proprietários. É o que indica a frase atribuída a ele quando ficou frente a frente com sua senhora. Decerto João não era um escravo extremamente obediente a seus senhores, tendo em vista que, de acordo com o relato oficial, recebia corretivos. Isso possibilita entender o suicídio escravo como um ato de resistência à escravidão.<sup>27</sup>

Ao afirmar que Deus poderia colocar sua alma onde quisesse, João demonstrava ter conhecimento de que aquele ato que viria a praticar instantes depois era condenado pela religião. O escravo compreendia e se nutria das concepções advindas da tradição católica de boa e má morte.<sup>28</sup> Talvez tenha sido esta a razão pela qual, antes de matar-se, dirigiu-se ao oratório localizado na residência senhorial, onde se pôs a orar, pedindo talvez perdão antecipadamente pelo ato que em breve cometeria.

Em 1861, na freguesia de Santana, o escravo urbano Timóteo, mulato de 18 para 20 anos, pertencente à viúva Clara Joana Rosa dos Santos, pôs fim à própria vida disparando um tiro de pistola sobre o peito esquerdo, deixando uma carta informando os motivos que o tinham levado a cometer aquele ato:

#### Perdão

A muito tempo que tenho dezejo de não existir pois a vida me hé abborrecida porem não existindo não será mais. pois quem pode viver sem ter desgostos que vá vivendo.

A Jaia(sic) Pombinha e a toda família d'ella sou muito grato por isso pesso pelo amor de Deos. Perdão.

[Iligíve] sendo que com esta vez, hé a ultima(sic) que eu tenho tentado contra minha existência porem quem não quer viver nem deve tomar vidro, e nem sollimão pois só são lentos a quem tem amor a vida. Muito addemirava me não receiar se com o meo gênio, tentamos(sic) fazer um acerto para mim pois não acho doidice n'esta proceder.

Não há tempo a perder !!!!!

<sup>27</sup> Sobre formas de resistência escrava, ver SILVA, Eduardo e REIS, João José, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>28</sup> Além de Reis em *A morte é uma festa*, ver também sobre concepções de boa e má morte ARAÚJO, Ana Cristina, *A Morte em Lisboa. atitudes e representações (1700-1830)*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997; e, ARIËS, Philippe, *O homem diante da morte*. Tradução Luzia Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. 2 vol.

Poz-me preciso declarar = que nem foi eu, e nem sabedor daquela infame papel, e n'ella achava-se inocente. Se faço esta declaração é para livrar que vão ao Inferno, estas almas que despestarão suas consciencias !...

Não persuadão-se que eu fiz, digo: que cometi esta attentado, por temêr o que estava-se fazendo; ps para passar melhor, não havia que temêr: as rasões são outras, pois a sepultura será sabedora, e não este infame lugar, digo: e não esta terra de vivos.<sup>29</sup>

Os documentos encontrados sobre o suicídio de Timóteo indicam que ele teria sido criado e educado na casa de seus senhores com uma certa autonomia e confiança, pois sabia ler e escrever, a ponto de deixar uma carta explicando os motivos que o levaram a atentar contra a própria vida. A partir da investigação do subdelegado da freguesia, somos informados que Timóteo tinha tomado tal resolução pelo fato de não querer ser vendido em praça pública, o que poderia acarretar transferência para uma área indesejada, principalmente em tempo de tráfico interprovincial. Ao que parece, Timóteo teria tentado negociar com sua senhora e assim evitar que tal fato acontecesse e, não obtendo resposta satisfatória, resolveu recorrer ao suicídio.<sup>30</sup>

Na carta, Timóteo revela o seu estado de desgosto diante daquela situação de cativo. Seu suicídio não foi posto em prática num acesso de loucura, ou a partir de um impulso momentâneo. Há tempos Timóteo desejava não mais existir, pois a vida lhe era aborrecida. Ou seja, tal como o pardo Cândido Joaquim da Costa, que declarou que quem era miserável não deveria viver,<sup>31</sup> Timóteo não queira mais aceitar a vida que levava. Sua consciência e sua determinação em se suicidar revelam-se também pelo método empregado. Para Timóteo, atentar contra a própria existência usando arma de fogo era o ideal para quem pretendesse realmente morrer, alertando que aqueles que não quisessem viver não deveriam tomar nem vidro nem veneno, por serem meios falhos e lentos. Lembremos que, de acordo com as estatísticas feitas a partir de documentação, a arma de fogo era um dos métodos mais eficazes quando a intenção era provocar a morte.

Timóteo demonstrou gratidão para com as pessoas que o ajudaram, a ponto de pedir perdão por aquela atitude. Também se mostrou ofendido por uma calúnia que teria sido feita

---

<sup>29</sup> APEB – Colonial e Provincial: *Correspondências Recebidas de Subdelegados*, maço 6234 (1861-62). Sobre este suicídio, recorrer também à BPEB; *Jornal da Bahia*, 19 de março de 1861.

<sup>30</sup> Muitos escravos que saíram das províncias do Norte com destino à Corte, eram jovens e nascidos no Brasil, e na sua maioria nunca tinham sofrido um processo de transferência tão brusca como era o tráfico interprovincial – no máximo eram netos ou filhos de africanos que já tinham passado pelas amarguras do tráfico transatlântico. Esses escravos eram oriundos de áreas urbanas, e separados de sua gente e do lugar de origem, temiam por seu novo destino nas fazendas de café e no trabalho agrícola, onde teriam de enfrentar um ritmo de trabalho ainda desconhecido. Cf. CHALHOUB; *Visões da liberdade*, p. 58. Sobre tráfico interprovincial, conferir ainda GRAHAN, Richard. “Nos tumbeiros mais uma vez? o comércio interprovincial de escravos no Brasil”. *Bahia: Afro-Ásia*, 27 (2002), 121-160.

<sup>31</sup> APEB – Colonial e Provincial: *Correspondências Recebidas de Delegados*, maço 6198 (1863-64).

contra ele. A primeira impressão que temos ao lermos a frase de Timóteo, “se faço esta declaração é para livrar que vão ao Inferno, estas almas que despertarão(*sic*) suas consciências”, é que ele estaria perdoando seus caluniadores. Todavia, como afirmou Dias, as mensagens de adeus, mesmo quando em tom de perdão, procuram atribuir culpabilidade.<sup>32</sup>

Da mesma maneira que o do português Domingos da Silva Gomes Coelho e o pardo João, o caso de Timóteo possibilita vislumbrar o universo mental da sociedade baiana em relação à morte e ao suicídio. As noções de Céu como um lugar aprazível e de Inferno como um espaço de tormento faziam parte desse universo, assim como a noção de que a vida na terra era uma vida de sofrimentos e de amarguras, ponto de vista aliás sustentado pelos moralistas religiosos. Timóteo não temia o que poderia acontecer com sua alma com aquela decisão, pois a morte lhe reservaria dias melhores: “Não persuadão-se que eu fim, digo: que cometi este atentado, por temer o que se estava fazendo, pois para passar melhor, não havia de temer, as razões são outras, pois a sepultura será sabedora, e não este infame lugar, digo, e não esta terra de vivos”. Estas palavras de Timóteo nos permitem pensar no suicídio como uma fuga para o Além, pois ele não parecia querer realmente a morte, mais sim uma outra existência que não a sua. Sabedor das punições infernais, Timóteo não considerava, entretanto, que estas seriam piores que as sofridas na vida que tinha. Esta sua visão se confronta com a da Igreja, de que os tormentos infernais eram tão cruéis que muitos suicidas desejariam voltar para enfrentar seus sofrimentos na terra.<sup>33</sup>

Apesar da visão cristã apresentada pelos dois escravos aqui referidos, não se deve acreditar sem restrições que suas representações da vida e da morte eram fruto exclusivamente da tradição católica. Mesmo sendo escravos nascidos no Brasil, tanto Timóteo quanto João podem ter mantido contato com crenças e costumes africanos. As concepções relativas à morte em algumas culturas africanas não eram tão diferentes de tradição católica quanto, à primeira vista, se poderia supor. Tratando da tradição dos iorubás, Reis, de forma resumida, afirma que

Haveria dois além-mundos ou Orun, um chamado de Orun Rere, Orun Funfun, ou Orun Baba Eni (‘Bom Orun’, ‘Orun Branco’, ou ‘Orun dos Nossos Pais’); outro conhecido por Orun Buburu ou Buruku e Orun Apadi (‘Orun Ruim’ e ‘Orun de cacos de Vasos de Barro’). A depender do merecimento, os mortos podiam ir para uma dessas regiões do além, penar em regiões específicas da terra e ainda, em alguns casos reencarnar em pessoas ou metamorfosear em animais.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> DIAS, “O suicida e suas mensagens de adeus”, p. 89-106.

<sup>33</sup> APEB – Microfilmes; *Leituras Religiosas*, 13 de fevereiro de 1898.

Vimos, no capítulo anterior que, na segunda metade do século XIX, a maior parcela dos escravos africanos que chegaram à Bahia era originária da costa ocidental, sendo que a maioria destes pertencia à nação nagô. Juana Elbein dos Santos reforça a afirmação de Reis. Segundo esta autora, a morte, para os indivíduos desta etnia, não significava absolutamente a extinção. Morrer significava mudar de um estado para o outro, do *Àiyé* (mundo natural) para o *Òrun* (espaço sobrenatural, imenso, infinito e distante). Tinha direito a esta passagem aquele que morresse cumprindo o seu destino, tendo sido celebrados os rituais fúnebres adequados, transformando-se assim em um ancestral. Todavia, a morte prematura rompia com o percurso natural da vida, impedindo que o indivíduo realizasse seu destino, por isso era considerada anormal para a cultura iorubá.<sup>35</sup> O suicídio estava enquadrado nesta categoria de morte.

É o que aponta o artigo de Isola Olomala, intitulado “Suicide in Yoruba Culture”. Este autor informa que a morte para os iorubás é classificada em natural e não-natural. Aqueles que tivessem morrido de morte natural, principalmente na velhice, recebiam as cerimônias rituais adequadas. Mas, segundo ele, as cerimônias fúnebres completas eram negadas a todos aqueles que tivessem morte não-natural. Seus cadáveres eram geralmente jogados nos bosques, onde apodreciam ou eram comidos por animais. Além dos suicidas, estavam incluídos nesta categoria mulheres que morressem no parto, gêmeos, corcundas e as vítimas de afogamento e raios. Não obstante, Olomala classifica os suicídios praticados pelos iorubás em dois grupos, os pessoais, que eram proibidos, e os convencionais, aqueles realizados em prol e sob a autorização da comunidade, e que consiste naquilo que Durkheim chamou de suicídio altruísta.<sup>36</sup> Os suicídios pessoais eram praticados por aqueles que desejavam escapar de situações insuportáveis, angustiantes e vergonhosas diante da comunidade. Já os convencionais ocorriam em três situações: o daqueles que concordavam em ser vítimas de sacrifícios (sendo mortos ou matando-se); aqueles que queriam provar sua lealdade a um chefe; e alguns assassinos.<sup>37</sup>

José Borges Leal, 70 anos, casado e pai de cinco filhos, era outro que tinha consciência de que sua ação seria julgada no tribunal divino. No dia 4 de junho de 1852, Leal acordou às 5 horas da manhã para ouvir missa no Convento de São Francisco, onde tomou

---

<sup>34</sup> REIS, *A morte é uma festa*, p 90-1.

<sup>35</sup> SANTOS, Juana Elbein dos. *Os nagô e a morte: pàdê, àsèsè e o culto égun na Bahia*. Tradução UFBA. Petrópolis, Vozes, 1986. p. 221-2.

<sup>36</sup> DURKHEIM, Émile. *O suicídio, estudo de sociologia*. Tradução Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção Tópicos).

<sup>37</sup> OLOMALA, Isola. “Suicide in yoruba culture”. São Paulo, *Revista de Estudos Africanos da USP*, nº10, 1997. p. 59.

uma porção do cruel veneno, sendo levado para o hospital da Santa Casa da Misericórdia. Negando-se a receber os atendimentos médicos, morreria meia hora depois. A causa do suicídio foi atribuída a transtornos comerciais, fruto de dívidas com seus credores.<sup>38</sup> Leal deixou um bilhete para seus familiares onde se lê: “adeos minha amada mulher, adeos minhas filhas até o dia do Juízo, á todos peço perdão de todos os agravos que a mim tem: os Ceos lhe depare melhor sorte de que comigo tiverão, é vontade de Deos, que eu morra tão triste”. Ciente do crime que estava cometendo, rogou a Deus que reservasse uma vida melhor para aqueles que abandonava, esperando encontrá-los no dia do julgamento divino e, quem sabe, aguardando uma sentença que o absolvesse. Leal não apenas se despediu dos membros da sua família, mas também pediu perdão por tudo aquilo que porventura tivesse feito contra eles. Não havia melhor oportunidade de pedir perdão dos pecados do que na hora da morte, e esse expediente foi utilizado por este suicida através de uma declaração escrita, pois esperava estar morto antes da sua leitura.

Para o caixeiro Felto Gonçalves da Silva, mais de trinta anos depois, seu destino pós-morte já estava traçado e não era o Inferno. Morador do Largo de Nazaré, freguesia de Santana, Silva cometera suicídio em 4 de fevereiro de 1884, por volta de 1 hora da manhã, disparando um tiro de revólver na cabeça. A razão foi a falta de recursos para o seu sustento e o de sua mãe.<sup>39</sup> Deixou uma carta, que foi publicada pelo *Diário da Bahia*, onde explicava as razões de sua morte e pedia desculpas a sua amada mãe:

#### Minha boa mãe

Ao deparardes com o meu corpo no chão, já na mansão dos justos, ficareis horrorizada. A causa d'esta desgraça foi a mais santa, o amor filial; foi não querer que passasseis, como em outro tempo, a fome e a miséria que passamos; pois bem, esta causa foi-me prejudicial, e para não ter n'este mundo o desgosto de passar por ladrão, tendo tão boas intenções, matei-me!

Peço vos, oh! minha boa mãe, que me perdoeis este passo que acabo de dar, deixando-vos na meseria, pois eu era o vosso arrimo; mas minha mãe, não tinha a coragem precisa para continuar a viver, sofrendo, além da vergonha, a miséria que a acompanhava, e assistindo os *dessabores que virião a nós e a minha irmã*.

Perdoae-me, pois, esta falta, e não vos esqueçaes jamais que fui bom filho.

Desejo que deis a minha estante e todos meus livros ao meu amigo Bacellar, afim de que elle se lembre sempre que fui seu amigo.

O mais que me pertence dae a Miguel e recommendar lhe que nunca se esqueça de mim, nem de vós, nem de minha irmã.

Ao deixar este mundo só levo na minha alma a vossa lembrança como boa mãe e a de todos que me presavão; no mais levo somente os *dessabores que passei n'este valle de [ilegível]*.

<sup>38</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas da Policia*, maço 3139-17 (1855-56).

<sup>39</sup> BPEB; *Diário da Bahia*, 5 de fevereiro de 1884. Nesta primeira edição o nome de Felto aparece como Tito. A confusão é desfeita na edição posterior, quando é publicada a carta do suicida.

Numa carteira que deixei em cima da minha estante achareis alguns bilhetes de loteria nos quaes se sahir alguma sorte são os únicos legado que vos posso fazer; a sorte for grande, então recorrei a um livro de capa azul que também está sobre a estante, virem traçadas ou com um pg, mandae pagar todas ao Sr. João Cunha se a sorte fôr pequena nada tendes a fazer. Concluo pendindo: perdoae me, perdoae me, perdoae me, e até a mansão dos justos, pois esta vida é um sonho

Vosso filho Feltro<sup>40</sup>

Silva sabia das consequências do seu ato, mas parece não ter se importado com isto. Sua maior preocupação era com a mãe e com os sofrimentos que esta passaria devido à perda daquele que a amparava. Sua atitude pode parecer incoerente. No entanto, tal qual outros casos, devemos atentar para o fato de que não mais suportava aquela vida de privações, e via como únicas alternativas acertar na loteria ou roubar.

Feltro Gonçalves da Silva não esqueceu de seus amigos, referidos na carta como Bacelar e Miguel. Afirmou que partia para a “mansão dos justos”. Tal qual Timóteo, Silva sugere que a verdadeira vida não era aqui na terra dos vivos, impressão também demonstrada por Manoel Carigé Baraúna em sua poesia *O Suicídio*: “Esta vida! ... Ai de nós! Sombras de enganos,/Cadêa que nos leva ao precipício,/Chimeras, illusões,/Que so se extinguem com o accordar das trevas,/Que so se acabão com o fazer do corpo.”<sup>41</sup>

As concepções dos suicidas até aqui apresentadas sugerem que muitas vezes, para os mesmos, a morte por suicídio não era o fim em si, podendo levá-los para um outro plano. Segundo Reis, “a rigor não havia morte, já que se vivia em profundidade a crença na imortalidade da alma. Esse princípio geral era, no entanto, cheio de variáveis. Na tradição católica do Além, a morte existia apenas nos casos em que a alma fosse dar no Inferno.”<sup>42</sup> Contrariamente a esta afirmação, nos textos que tratam o suicídio como fruto da irreligiosidade, a concepção de que a alma do suicida iria dar ao Inferno, onde sofreria martírios eternos, indica que a vida prosseguia até mesmo lá.

Como já foi apontado de diferentes formas, as questões religiosas não podem ser desvinculadas da prática do suicídio. A morte do soldado da Companhia de Inválidos José Bahia, ocorrida em Salvador na freguesia de Santana, em março de 1863, é mais um exemplo dessa ligação. O caso demonstra, além disso, que muitas vezes não havia apenas uma razão para que uma pessoa procedesse daquela forma. José Bahia era devoto da irmandade de Santo

<sup>40</sup> BPEB: *Diário da Bahia*, 6 de fevereiro de 1884.

<sup>41</sup> APEB – Microfilmes; *O Crepúsculo*, 10 de março de 1866.

<sup>42</sup> REIS, João José. “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”. In.: *História da vida privada: império*, Fernando A. Novais (Coord.) e Luiz Felipe de Alencastro (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 95-141. (Coleção História da Vida Privada, v. 2), p. 96.

Antônio da Barra e havia ido para a casa da sua mãe dois dias antes do acontecimento. Segundo sua irmã Inácia Silvana Pimenta, Bahia havia se queixado de problemas de saúde, e “disse que tinha vindo para aqui para assistir a missa da Irmandade de Santo Antonio da Barra de que era Fiel”. Na manhã do dia 22, ele afirmou não poder andar, morrendo pouco depois do meio dia. Antes de morrer, confessou ao alferes Constantino Leandro dos Santos que havia tomado veneno, com a intenção de pôr fim à própria vida.

Provavelmente a perda da saúde foi um dos fatores que motivaram José Bahia a atentar contra sua vida. Não obstante, informações colhidas pelo subdelegado daquela localidade sugerem outro não menos importante. Manoel da Silva Lacerda, também alferes, informou às autoridades que atribuía o suicídio de seu irmão José Bahia “a ter sido ele Fiel da Irmandade de Santo Antonio da Barra, e recezo de alguã falta que cometeo, segundo lhe consta, procedeo assim.” Afirmação semelhante foi feita por sua mãe, Rita Maria do Espírito Santo. A partir dessas informações, o subdelegado da freguesia de Santana, Belarmino G. de Aquino, concluiu que o suicídio se devia realmente ao “dezespero em virtude de se achar complicado em faltas” para com aquela irmandade. Infelizmente não foi possível determinar a natureza dessas faltas que tanto chamaram a atenção dos depoentes e que, aliadas aos problemas de saúde, fizeram José Bahia acabar com a própria existência<sup>43</sup>

As Irmandades tinham grande importância no que tange a assuntos relativos à vida e à morte de muitas pessoas no século XIX. Essas instituições leigas existiam em Portugal desde o século XIII, e tinham entre seus objetivos prestar diversos tipos de assistência aos seus membros, entre os quais assistência na hora da morte e pós-morte.<sup>44</sup> José Bahia passava por momentos difíceis na sua vida e, provavelmente por estar em falta com as obrigações para com sua irmandade de devoção, não recebeu desta o auxílio necessário naquela circunstância. Bahia foi enterrado com uma mortalha comprada junto à Santa Casa da Misericórdia, em razão de não lhe ser possível vestir o fardamento militar devido à autopsia. Possivelmente por se tratar de um suicídio, ou pelas faltas – talvez financeiras ou morais –, seus irmãos de devoção viraram-lhe as costas.

Na Bahia do século XIX, um reduzido número de pessoas dominava a escrita como atestam os diversos documentos em que indivíduos alfabetizados assinavam a rogo de outros. Isto justifica, em parte, a pequena quantidade de cartas encontradas para o período. Este fato não impediu que suicidas se despedissem de seus parentes e amigos depois de estarem

---

<sup>43</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas de Subdelegados*, 6236 (1863-65); e *Chefe de Polícia*, 2957 (1863).

<sup>44</sup> REIS, *A morte é uma festa*; p. 49.

decididos a pôr fim à própria vida.<sup>45</sup> A despedida, nesses casos, se deu por via diferente da escrita. Foi o que fez o caixeiro e inspetor de quarteirão da freguesia do Pilar, Francisco Cláudio da Fonseca, em 1854, antes de se envenenar. Segundo a averiguação policial, no dia anterior a sua morte, Francisco havia se despedido dos seus amigos dizendo as seguintes palavras: “adeos que será a última vez que te aperto a mão; si quizeres o meo emprego, tracta de pedir, que eu o deixo.” Pela descrição das suas atividades, fica claro que ele era alfabetizado. Todavia, preferiu se despedir por meio de palavras cifradas, pois os amigos poderiam pensar que ele partiria para algum lugar, sem poder imaginar que seria a sepultura. Infelizmente a causa de tal suicídio não foi declarada.<sup>46</sup> As palavras de despedidas podiam significar também um aviso e um pedido de ajuda, o que fica mais claro nas tentativas do que nos suicídios consumados.

Alguns suicidas foram mais claros e informaram que iriam se matar. O também caixeiro Félix Florentino de Farias – o mesmo que no capítulo anterior havia se recusado a ingerir azeite de oliva – e igualmente morador da freguesia do Pilar, também se envenenaria, em 4 de agosto de 1856, após avisar a sua mãe, Maria Rosa do Sacramento, que tomaria tal atitude. Maria Rosa tudo fez para que seu filho retrocedesse em sua decisão, mas seus esforços foram infrutíferos. Não se sabia qual o motivo que teria feito Farias ter aquele procedimento.<sup>47</sup>

Evidências indicam como era difícil a decisão de acabar com a própria vida. Alguns suicidas precisaram de um ingrediente a mais para consumir o ato, e as bebidas alcoólicas funcionavam como substâncias desinibidoras. Este foi o caso do marinheiro Antônio José Correia de Carvalho, branco, 26 anos, natural da província, que em 1º de maio de 1854, pelas 3 horas da tarde, depois de haver jantado e bebido mais do que o de costume em companhia dos irmãos, suicidou-se, disparando um tiro de espingarda de caça sobre o peito esquerdo, sucumbindo instantaneamente. O motivo que levaram este moço a se matar teria sido uma paixão amorosa.<sup>48</sup> Beber também foi o que fez o soldado do Corpo de Polícia, de nome não identificado, em outubro de 1873, antes de se jogar no dique, sendo seu cadáver encontrado na parte que dava para a freguesia de Brotas. Segundo averiguações, esse infeliz teria premeditado o ato de desespero, e pouco antes de executá-lo declarou, na venda de Francisco

---

<sup>45</sup> Adeus é muito mais do que uma fórmula de despedida, significa também um pedido de proteção a Deus para aquele que fica ou para quem parte. Seu sentido é: “Deus fique contigo” ou “Deus vá contigo”. Dessa maneira, em um momento de decisão sobre a vida e a morte um adeus expressaria mais do que uma saudação usual. *Dicionário eletrônico da Houaiss da língua portuguesa*, 2002.

<sup>46</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas da Polícia*, maço 3139-13 (1854).

<sup>47</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas de Subdelegados*, maço 6231 (184-58).

<sup>48</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas da Polícias*, maço 3139-14 (1854).

dos Santos Correia, que ia tomar um banho. Na dita venda comprou uma garrafa de cachaça e um pão, “deixando como penhor a farda e o bonet. O relatório afirma que “supõe-se que com aquella embriagou-se antes de atirar-se n’agua, onde somente hontem (9 do corrente) foi encontrado em estado de putrefação.”<sup>49</sup>

Indivíduos que não lograram êxito em sua primeira tentativa de suicídio acabavam por tentar novamente mais tarde. Provavelmente esta segunda decisão era menos dolorosa que a primeira, pois já sabiam que caminhos deviam percorrer. Tentativas sucessivas estavam ligadas também ao fato, mencionado no capítulo anterior, de que muitos suicidas utilizavam o ato como um mecanismo de pressão para obter vantagens ou ter seus desejos atendidos. Todavia, não devemos pensar em um mero maquiavelismo por parte desses indivíduos. Além de outros casos já citados, nos serve de exemplo o do crioulo Cassiano da Silva, solteiro, 22 anos, pedreiro, que se matou com um tiro na cabeça em 20 de abril de 1872, na freguesia de São Pedro. Segundo informações colhidas junto a sua mãe, a africana Constança, este sofria de alienação mental fruto de uma queda que sofrera, e não era a primeira vez que tentou pôr fim a vida.<sup>50</sup> Dez dias depois, seria a vez de João Martins Pereira dos Santos, residente no beco do Padre Bento, tentar suicidar-se tomando veneno. Perguntado se realmente se achava envenenado e por quem, Santos responderia que

achava-se envenenado por suas próprias mãos, por querer acabar com a vida; que quatro meses já tentou contra sua existencia bebendo pra isso um sollo (sic) de Laudono e que hoje tentou de novo, bebendo uma quarta de veneno, de meia libra que tinha para esse fim e como não conseguiu o seo intento de novo fará nova tentativa com a quantia do veneno que tem guardado, tomando precauções afim de que não haja quem lhe evite(sic) seu intento.<sup>51</sup>

No mesmo dia, a polícia fez uma busca na casa da vítima e não conseguiu encontrar o resto da substância venenosa. Na cidade de Cachoeira, em sua fazenda, o tenente coronel Alvino José da Silva e Almeida também precisou tentar duas vezes, em maio e junho de 1860, quando finalmente conseguir morrer.<sup>52</sup> As primeiras tentativas de Cassiano da Silva e João Martins Pereira dos Santos não foram localizadas. Isto reforça a idéia de que os nossos dados não

---

<sup>49</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas da Secretaria da Policia*, maço 3139-47 (1873-74).

<sup>50</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas de Subdelegados*, maço 6241 (1871-72).

<sup>51</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas de Subdelegados*, maço 6241 (1871-72).

<sup>52</sup> BPEB; *Jornal da Bahia*, 26/05/1860 e APEB – Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas de Delegados*, maço 6191 (1859-60). Há uma confusão em relação ao primeiro nome do suicida, o periódico informa que ele se chamava Albino, enquanto a parte policial nomeia-o como Alvino. Optamos pelo nome informado pelo documento policial, pois, na maioria dos vezes, as notícias publicadas nos periódicos eram reproduções literais do primeiro.

representam a totalidade de suicídios ocorridos, em função da ocultação, principalmente das tentativas, e da perda de alguns casos no emaranhado da documentação.

Arrependimentos, remorsos, tentativas de reparação de faltas cometidas e saudades oriundas de perda de entes queridos também estiveram associados a mortes voluntárias na Bahia. Foi a saudade da mãe que fez com que o órfão Januário Ferreira Bispo de Todos os Conselhos, pardo, 14 anos, oficial de sapateiro, tentasse suicídio em 15 de fevereiro de 1860, na freguesia de Santana.<sup>53</sup> Na mesma freguesia, em 12 de julho de 1864, apareceria morto na rua da Vala, na beira da estrada, o tenente do 6º batalhão da Guarda Nacional, José Paulo de Atayde, branco, 30 anos, morador na Cidade Baixa, onde vivia de negócio. As informações indicavam que o tenente Atayde andava descontente e sempre triste em decorrência do seu estado de viuvez.<sup>54</sup> A morte de uma filha foi o que motivou o procurador de foro de Salvador, José Duarte Ferreira, a atentar contra a própria existência ingerindo láudano em 1º de junho de 1876. Ferreira ficou gravemente enfermo e não sabemos o desenrolar do fato.<sup>55</sup> A dor que poderia causar a morte de um ente querido é ainda melhor expresso no caso de Atanásio Joaquim Cordeiro Bastos, cujo cadáver foi encontrado, em 1886, no cemitério das Quinta dos Lázaros, junto à carneira de sua filha. A morte de Atanásio resultou de envenenamento.<sup>56</sup>

Se a perda de alguém querido causava dor e desespero, isto também podia ocorrer pelo remorso por uma falta cometida, principalmente quando estavam envolvidos membros da própria família. Em 1881, na rua da Poeira, freguesia de Santana, o espanhol João Manoel Barreiro, proprietário de uma venda na mesma rua, deu um tiro de pistola na cabeça, ficando mortalmente ferido. Barreto deixou bilhete onde se pode ver o quão terrível poderia ser o remorso:

Digo que devo ser morto por ter matado meo sobrinho e meo Irmão Domingos Barreiro.  
Declaro que devo ser condenado a morte por ter matado meo sobrinho y meo Irmão Domingos Barreiro  
João Manoel Barreiro<sup>57</sup>

Em 1862, na cidade de Santo Amaro, ocorreu um dos mais trágicos casos de suicídio envolvendo escravos e relações familiares, pois foi acompanhado do assassinato – ou do

---

<sup>53</sup> BPEB; *Jornal da Bahia*, 18 de fevereiro de 1860 e APEB – Colonial e Provincial; *Correspondências recebidas da Polícia*, maço 3139-23 (1860).

<sup>54</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Chefe de Polícia*, maço 2993 (1860-65).

<sup>55</sup> BPEB; *Diário da Bahia*, 3 de junho de 1876.

<sup>56</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas da Secretaria da Polícia*, maço 3139-73 (1887).

suicídio? – de cinco crianças. A razão foi também a captura. O jornal *Diário da Bahia* assim relatou o fato:

Recebemos do **Libador** de Stº Amaro de 21 do corrente.

Lê-se n' esta folha:

Que barbaridade! em um desse ultimos dias apparecerão em um tanque do engenho Preguiça, propriedade do Sr. Comendador Paranhos seis cadáveres, cinco dos quaes se achavão amarrados. Referem-nos que erão mãe e filhos, e contão-nos o facto pela maneira seguinte: essa preta homisiara-se no engenho Brejo, quando propriedade do capitão José Francisco de Pinho, ahi passando sempre por forra, tivera esses filhos. Agora, porém, chegando ao seu conhecimento, que o senhor forá sabedor de achar-se ella alli, e que de certo a viria buscar, não querendo mais sugeitar-se ao captiveiro, manietara os filhos e os lançara a afogar no tanque, e depois se atirara tambem. Accrescentão, que a preta tivera cúmplice no seo horrível attentado, visto como os filhos já tinham idade e forças para resistir a esse acto contra suas existencias. A policia tendo noticia de semelhantes acontecimento, para lá seguiu a proceder corpo de delicto, cujo resultado ainda ignoramos!<sup>58</sup>

Estas informações se complementam com o relatório do delegado em exercício Luiz Rocha Neves, encontrado nos maços policiais. De acordo com este documento, a preta vivia como forra há mais de 25 anos, período em que teve os seus filhos mulatos. A morte do senhor que os protegia desencadeou a perseguição por parte do seu verdadeiro proprietário, para reaver não somente a peça que havia perdido anos atrás, mas também suas cinco crias. Seis escravos, naquele período de tráfico interprovincial, tinham um valor considerável.<sup>59</sup> Capturados e recolhidos à cadeia daquela cidade, foram liberados pelo juiz da região, indo morar em outro engenho, onde continuaram a ser perseguidos pelo senhor. Vendo o retorno ao cativo como certo, a preta resolveu amarrar seus cinco filhos e atirá-los às águas. Devido ao adiantado estado de putrefação, seus corpos foram enterrados nas margens da lagoa.<sup>60</sup> Se as informações levantadas pelo delegado estiverem corretas, esta preta teria escapado do poder de seu verdadeiro senhor durante a segunda metade da década de 1830. A notícia do *Diário da Bahia* levanta a suspeita de que a preta teria sido ajudada por alguém, talvez o pai das crianças, na perpetração do terrível ato. Todavia, não devemos descartar a possibilidade dos jovens terem

---

<sup>57</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas de Delegados*, maço 6217 (1881).

<sup>58</sup> Este caso foi trabalhado por Isabel Cristina Ferreira Reis em *Histórias de vida familiar*. A referência completa é: IGHB, *Diário da Bahia*; 143 (6ª feira), 27 de jun. 1862, p.2.

<sup>59</sup> Kátia Mattoso, Herbert S. Klein e Stanley L. Engerman, a partir de análises de cartas de alforrias registradas em livros de notas, informam que “os preços dos escravos no Brasil aumentaram constantemente durante a maior parte do período considerado (1818-1888), alcançaram o ápice em 1859-1860, caindo então até o fim da escravidão em 1888”. p. 66. Estes autores consideraram que entre 1859-1860 o valor de uma criança escrava (até 12 anos) custava aproximadamente 294\$000 réis, enquanto uma mulher adulta, para o mesmo período, 1:004\$000 réis. Há de se levar em conta que, em uma amostragem de 13.127 cativos colhidos em cartas de alforrias nos livros de notas dos cartórios baianos, 90% exerciam ocupação urbana. MATTOSO, Kátia M. de Queirós et al. “Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia. 1819-1888”. In.: João José Reis (Org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro n Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 60-72.

<sup>60</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Correspondências da Secretaria da Policia da Bahia*, maço 3139-26 (1862).

se deixado amarrar, compactuando com a decisão da mãe de não retornar ao cativo e, no caso deles, não virarem escravos.

Relações afetivas e captura também estiveram ligadas à tentativa de suicídio da cabra Alexandrina, escrava de Paulo Theotônio Marques, ocorrida em setembro de 1871, em Muritiba, cidade de Cachoeira. Alexandrina fugiu do poder do seu senhor, passando a viver com seu amásio Vicente, crioulo e canoieiro. No momento da captura, a escrava se encontrava escondida na casa de Vicente e, antes da entrada da polícia que tentava arrombar a porta, tomou uma porção de solimão. Alexandrina informou que tomara esta decisão porque seu amásio “lhe recomendara que assim que se visse obrigada a voltar a casa de seu senhor o tomasse (o veneno), porque era melhor morrer do que ir para a cadeia levar chicotadas e outros castigos”.<sup>61</sup> Algo semelhante ocorreu com a africana Maria, ganhadeira, maior de 30 anos, em dezembro de 1864 na freguesia de Santo Antônio. Maria tinha fugido do poder do senhor e estava acoitada há cerca de três anos em uma roça onde moravam os escravos de João Simão. No ato de captura, trancara-se em casa, tomara uma poderosa dose de veneno e, antes de falecer, informou que “se tinha envenenado por seu gosto porque não queria mais viver por não aturar o mau tratamento que lhe dava seu senhor.”<sup>62</sup> Os escravos que acoitaram Maria podiam ser seus companheiros de labuta cotidiana nas ruas de Salvador.<sup>63</sup>

A afetividade e cumplicidade para evitar a captura estiveram presentes ainda no suicídio do escravo Alberto, em 1854, no termo de Carinhanha, interior da Bahia. Alberto foi preso para mostrar a localização de um quilombo, onde se encontrava seu irmão. Não desejando delatar seus companheiros, mas vendo-se obrigado a fazê-lo, talvez devido às ameaças de castigos ou mesmo à efetivação deles, golpeou-se com uma faca, o que resultou em sua morte.<sup>64</sup>

Na maioria dos casos aqui citados, o suicídio pode ser concebido a partir da perspectiva da relação entre poderes e contra-poderes. Enquanto a ciência e a religião criavam normas e saberes através dos quais procuravam levar o suicídio para sua órbita de influência, os suicidas reagiam a esses mecanismos de dominação pondo fim à própria vida. A esse respeito, José Carlos Rodrigues afirma que poder algum admite a liberdade de suicídio, vendo nele uma afronta intolerável e perigosa. A vida e a morte do escravo, por exemplo, pertencem

<sup>61</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas de Delegados*, maço 6208 (1870-71).

<sup>62</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Correspondências Recebidas de Delegados*, maço 6199 (1864).

<sup>63</sup> Sobre escravos que recebiam proteção de outros após a fuga, verificar REIS, João José. “Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806.”. In.: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (Org.), *Liberdade por um fio: história de quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 332-72.

<sup>64</sup> APEB – Colonial e Provincial; *Polícia (Assunto)*, maço 6186 (1855-56).

ao senhor. Em uma determinada sociedade, a decisão sobre a vida de seus membros depende das normas que a regem.<sup>65</sup> Rodrigues afirma ainda que

Esta manipulação da própria vida/morte é um meio de gerir as contradições em que o poder coloca os indivíduos, ou em que os indivíduos se colocam em virtude das contradições do poder. Mas é também um meio pelo qual os indivíduos manipulam o poder e o enfrentam: ameaçando eliminar a matéria-objeto sobre a qual ele se aplica e se exerce e, no caso extremo, criando senhores sem súditos, aniquilando o poder em sua base. É esta dimensão de liberdade da coragem do suicídio que está na raiz da rebeldia das comunidades que preferiam a morte à submissão, seja pelo suicídio coletivo, seja pela derrota diante do inimigo, seja pela vitória libertadora.<sup>66</sup>

Além de representar uma afronta às normas, o suicídio é uma expressão da individualidade. Esta aparece não apenas na decisão quanto à perpetração do ato em si, mas também no método praticado e nas circunstâncias em que ocorre.<sup>67</sup> Para Alvarez, “o suicídio significa coisas diferentes para pessoas diferentes em momentos diferentes.”<sup>68</sup> No século estudado, a própria emergência dos valores românticos, mostrados sinteticamente no primeiro capítulo, fez parte desse processo de individualização do sujeito.

A tragédia familiar ocorrida em Santo Amaro, referida acima, não foi a única da qual tivemos notícia. O relatório do presidente da província de 1859 informa sobre o caso de um engenheiro inglês, cuja mulher, que sofria de alienação mental, havia se suicidado. Dias depois da morte da esposa, este engenheiro envenenou suas filhas em tenra idade, suicidando-se com um tiro de pistola. Este e outros horrendos fatos fariam o presidente da província Francisco Xavier Paes Barreto afirmar que demandava das “pessôas proficcionaes um serio estudo” sobre o suicídio.<sup>69</sup> Verificamos que mesmo antes da convocação do presidente Francisco Xavier e de seu antecessor, o desembargador Manoel Messias de Leão, os médicos já vinham realizando estudos sobre o assunto, procurando saber as suas causas.

De forma geral, as matérias publicadas nos periódicos eram reproduções literais das partes policiais. Portanto, as diferentes formas de tratamento dadas ao fato – comoção, valorização da vítima, individualização – são fruto das penas dos relatórios. Isto não quer dizer que os jornais por vezes não valorizassem mais certos suicídios, dando maior atenção aos fatos tidos como excepcionais. A tentativa de suicídio por precipitação de Joaquim Ayres

---

<sup>65</sup> RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da morte*, p. 107.

<sup>66</sup> *Idem*; p. 111.

<sup>67</sup> Ver sobre isso, DURKHEIM, *O suicídio*, p. 356.

<sup>68</sup> ALVAREZ, *O deus selvagem*, p. 13.

<sup>69</sup> UC/PRB; *Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da provincia, o doutor Francisco Xavier Paes Barreto em 15 de março de 1859*. Bahia, Typ. de Antonio Olavo de França Guerra. 1859. p. 5.

de Almeida Freitas, deputado da Assembléia Provincial pela cidade de Santo Amaro, ocorrido em 23 de novembro de 1861, em Salvador, no largo do Teatro, é um exemplo. O ato foi proveniente de “um acesso de febre resultante de um ataque hemorroidal”, causando-lhe fratura na perna direita, deslocamento do braço direito, e ferimentos na face e na testa. Segundo o *Jornal da Bahia*, o deputado foi “cercado imediatamente por todos os seus parentes e amigos”, recebendo “os mais prompto socorros”, e tendo “obtido continuada melhora, que faz esperar que não tenhamos a lamentar a perda de *uma intelligencia tão superior e tão robusta, de um magistrado tão probo, de um deputado tão digno, de um amigo tão dedicado.*”<sup>70</sup>

Os jornais não se preocupavam apenas com os suicídios ocorridos na Bahia. Muitas vezes veiculavam casos ocorridos em outras províncias e mesmo em outros países, demonstrando interesse pelas peculiaridades dos casos. A menção a suicídios ocorridos em outros locais nos jornais baianos também nos possibilita compreender concepções a respeito do tema. Em 7 de abril de 1876, o *Diário da Bahia* reproduziu uma notícia do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro sobre o suicídio do dr. Antônio Ribeiro Rosada Júnior, ocorrido no mês anterior. O motivo que levara Rosada Júnior a se matar foi uma dívida que havia contraído junto a um agiota, no valor de 3:000\$000 réis com juros de 5% ao mês. O suicida deixou uma carta, cujo conteúdo reforça o que afirmamos com relação a casos ocorridos na Bahia:

Sou obrigado a matar-me. Estou desesperado da vida; tudo o que me diz respeito está perdido e não tenho animo de esperar o futuro. Peço perdão a meus pães, que tanto me amarão e tanto se sacrificarão por mim; a meus irmãos, a quem deixo desgraçados, á minha mulher, a quem infeliz; enfim, peço que todos me perdoem e rezem por minha alma, que muito precisa de orações<sup>71</sup>

Sobre o causador de tão horroroso mal o delegado informaria que devia “ser profundo o remorso de quem, cego pela cobiça, tanto contribuiu para arrastal-o até á loucura, pois só a loucura explica factos da ordem deste.”

Comparando os relatos aqui apresentados com as opiniões dos médicos e moralistas religiosos, verificamos que estes tinham bastante conhecimento das razões que levavam inúmeros indivíduos a pôr fim à própria existência. Mesmo disputando qual seria a causa fundamental de tão horroroso fato – se era a loucura ou a irreligiosidade –, ambos os grupos

<sup>70</sup> BPEB; *Jornal da Bahia*, 27 de novembro de 1861. *Grifos meus.*

<sup>71</sup> BPEB; *Diário da Bahia*, 7 de abril de 1876.

souberam identificar e concordavam quanto aos motivos mais imediatos – dívidas, amor não correspondido, rigores da escravidão, doenças, entre outros – e os sintomas mais comuns apresentados por aqueles que poderiam cometer suicídio. Seus conhecimentos sobre o assunto não se pautavam apenas em estudos bibliográficos. Em certa medida, os relatos veiculados na imprensa, os de *ouvir dizer*, e provavelmente por terem presenciado algumas situações, serviram para fortalecer as suas representações sobre o suicídio.

Em conjunto, percebemos também que, mesmo com informações fragmentadas, os suicidas conheciam e em certa medida compartilhavam as concepções dos médicos e dos pensadores moralistas sobre aquele ato. Talvez, conhecessem melhor as dos moralistas religiosos que as dos médicos. Muitos demonstraram plena consciência das sanções morais e religiosas. No entanto, outros tantos podem ter pensado como o pardo João, fazendo questão de expressar que pouco se importava com o que iria acontecer após a morte, e que Deus poderia colocar sua alma onde bem quisesse.

## Considerações finais

Os relatos sobre suicídio abordados nesta dissertação são em geral muito comoventes. Todavia, não podemos negar que também nos deixam satisfeito como historiador, por permitirem ensaiar uma compreensão de histórias de uma sociedade desigual, e de indivíduos que passaram por diversas formas de experiência.

Procuramos perceber mudanças nas atitudes diante do suicídio, no decorrer do meio século estudado. Mas esse intervalo de tempo não possibilita visualizá-las com muita nitidez. Isto não quer dizer que mudanças não ocorreram durante o século XIX. Foi aí que teve lugar o lento processo que resultou no silêncio e distância em relação à morte que presenciemos na nossa sociedade.

Outras conclusões emergem do trabalho. Primeiramente, percebemos que o suicídio estava associado a diferentes concepções de vida e de morte. Na Bahia, tais concepções eram provenientes não apenas da tradição judaico-cristã, mas também de culturas africanas. Em todas se estipulava sanções para os praticantes do ato. Entretanto, havia brechas. Isto fica evidenciado quando as próprias leis eclesiásticas, representadas no Arcebispado da Bahia pelas *Constituições Primeiras*,<sup>1</sup> previam a possibilidade do perdão aos suicidas, isentando da responsabilidade aqueles que estivessem loucos ou se arrependessem.

Em relação às concepções de matriz africana, a escravidão, ao impor a perda da liberdade a certos indivíduos, poderia justificar o ato junto à comunidade à qual o suicida pertencia. A esse respeito, é necessário realizar estudos mais aprofundados sobre os universos culturais africanos, para que possamos melhor compreender seus mecanismos. Acreditamos que uma investigação mais circunstanciada sobre o suicídio praticado pelos escravos também merece ser feita. Como pudemos verificar, para a Bahia no período estudado, estes representam a maioria dos suicidas. Por outro lado, levantamos a suspeita de que muitos casos foram ocultados, o que isto pode ter sido mais freqüente entre a

---

<sup>1</sup> VIDE. Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições primárias do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853. (Impressas em Lisboa no anno de 1719, e em Coimbra em 1720 com todas as Licenças necessárias. e foi reimpressa nesta Capital). p. 287-303 (Livro Quarto).

população livre, principalmente entre os membros das camadas mais privilegiadas da sociedade.

As visões médicas e moralistas religiosas atribuíam, como foi visto, a incidência de suicídios a diferentes causas e processos sociais gerais. Mas tinham em comum o reconhecimento da relevância de fatores mais imediatos, relativos à circunstância social dos indivíduos.

Procuramos explorar a compreensão dos próprios suicidas sobre o ato. Verificamos que diversas vezes eles tinham consciência de que o que viriam a cometer era condenado. Sabiam não apenas que suas almas estavam condenadas ao sofrimento eterno, mas também que poderiam ser taxados de loucos. A alienação mental aparece como uma estratégia bastante útil, não apenas para livrar esses pecadores das sanções religiosas, mas também para justificá-los perante a sociedade, eximindo-os da culpa.

Um aspecto que achamos importante é que muitos relatos revelam que as tentativas, ou a ameaça de suicídio, eram utilizadas por indivíduos como a última estratégia de negociação. E não apenas escravos como Luiz e Camila, referidos no segundo capítulo, a utilizaram, mas também indivíduos livres como João Martins Pereira dos Santos, que declarou que tentaria outra vez caso não alcançasse seu objetivo. No caso dos suicídios consumados, podemos considerá-los como uma ruptura nesse processo de negociação e conflito.

Os métodos utilizados pelos suicidas também fornecem informações sobre as intenções e o perfil dos praticantes. Para aqueles que pretendiam realmente pôr fim à vida, o enforcamento e a arma de fogo estavam entre os mais eficazes. Para o enforcamento, por exemplo, era necessário que o indivíduo se isolasse, o que aumentava as chances de sucesso do ato. Outros métodos indicam que o ato não foi premeditado, sendo realizado em um momento de desespero, proveniente de situações desagradáveis acontecidas às vezes instante antes.

Acreditamos que este estudo pode contribuir para uma melhor compreensão da sociedade baiana da segunda metade do século XIX. Entre estruturas e conjunturas, estavam os indivíduos, com seus valores acerca da vida e da morte. Valores em parte compartilhados pelos membros das diferentes camadas sociais, sexuais e culturais, mas também por eles apropriados de formas específicas, de acordo com suas circunstâncias particulares. Concepções criadas, assimiladas e reinterpretadas por pessoas que buscavam não somente a morte, mas também uma vida mais condizente com seus sonhos.

## **Fontes e Referências Bibliográficas**

### **Arquivos e siglas:**

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

CEDIC – Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia

MMB – Memorial de Medicina da Bahia

UC/PRB – Universidade de Chicago/Provincial Reports Bahia

### **Periódicos**

Jornal da Bahia: 1854-5, 1857, 1859-61, 1870, 1874, 1876-7.

Diário da Bahia: 1876, 1876, 1878-81, 1884-5, 1888, 1892-3, 1903-5.

Correio de Notícias: 1995-9;

Estado da Bahia: 1890-6

O Monitor: 1876

A Bahia: 1899

Jornal de Notícias: 1899

O Crepúsculo (microfilmado): 1845-6

O Musaico (microfilmado): 1846

O Noticiador Catholico (microfilmado): 1854

A Marmota Fluminense (microfilmado): 1854

Leituras Religiosas (microfilmado): 1898

O Prenúncio (microfilmado): 1870

Almanach do Diário de Notícias: 1894

### **Maços policiais**

Escravos (assunto): 2883-2901;

Chefes de Polícia: 2951-2988;

Delegados: 2990-3003;

Subdelegados: 3004-3077;

Polícia (assunto): 3115-3139;

Correspondências Recebidas da Secretaria de Polícia: 3139/11-3139/82;

Correspondências Recebidas de delegados: 6185-6228;

Correspondências Recebidas de subdelegados: 6230-6253.

### **Documentos judiciais: testamentos e inquéritos.**

06/182/22, 15/529/10, 27/951/9, 15/524/10, 19/661/4, 3/1005/1474/2, 7/3048/0/6, 3/1090/1559/8, 5/1575/2044/12, 18/621/04, 33/1177/14, 38/1360/16, 05/1906/2378/04, 03/390/1559/08, 04/1575/2044/12, 05/2072/2543/07, 04/1670/2140/03.

### **Teses médicas**

ALBUQUERQUE, Francisco Julio de Freitas e. *A monomania*. Tese Inaugural. Bahia: Typografia de Carlos Paggetti, 1858.

CARDOSO, Cid Emiliano de Olinda. *Influencia da civilização sobre o desenvolvimento das affecções nervosas*. Tese Inaugural. Bahia: Tipografia de Antonio Olavo da França Guerra, 1857.

CUNHA MELLO, Francisco Tavares. *Algumas considerações psicho-physiologicas a cerca do homem*. Tese Inaugural. Bahia: Typografia de Carlos Poggetti, 1881.

GALVÃO, Salvador Vaz. *Estudo medico-legal sobre o enforcamento*. Tese. Bahia: Officinas do “Diário da Bahia”, 1907.

PEREIRA, Jeronimo Sodré. *Qual a influênciã da civilização sobre o desenvolvimento das molestias nervosas?* Bahia: Typographia do Diário, 1861.

SARMENTO, Antonio de Paiva. *O suicidio na Bahia*. Tese. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1919.

VALLE, José Machado do. *Estudo medico-psycologico sobre o suicidio*. (Tese de concurso). Bahia: Litho-typografia de João Gonçalves Tourinho, 1884.

### **Documentos impressos**

CÓDIGO PHILIPPINO *ou Ordenações do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'el-rey d. Philippe I.* 14ª edição. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870.

COUTINHO, José Lino. *Cartas sobre a educação de Cora, seguidas de um catecismo mora, político, e religioso.* Publicado por João Gualberto de Passos. Bahia: Typographia de Carlos Poggette, 1849.

LUIZ, Francisco. *Código Criminal do Império do Brasil: theorica e praticamente annotada.* Maceió: Typographia de T. de Menezes, 1885.

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições primárias do Arcebispado da Bahia.* São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853. (Impressas em Lisboa no anno de 1719, e em Coimbra em 1720 com todas as Licenças necessárias, e foi reimpressa nesta Capital).

SIGAUD, J. F. X. *Du climat et des maladies du Brésil.* Paris, 1844.

### **Fontes digitalizadas:**

RELATÓRIOS dos Presidentes da Província da Bahia:  
<http://www.crl.edu/content/brazil/BAH.htm>. Universidade de Chicago.

### **Livros e artigos**

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "Vida privada e ordem privada no Império". In.: Luiz Felipe de Alencastro (Org.), *História da vida provada no Brasil: Império.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 12-93.

ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia.* Tradução Fábio M. Albert. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

ALVAREZ, A. *O deus selvagem: um estudo do suicídio.* Tradução Sonia Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. "Uma nação por fazer - escravos, mulheres e educação nos romances de Joaquim Manuel de Macedo", dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, 2001. p. 57-99.

ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão de obra escrava em Salvador: 1811-1860*. São Paulo: Corrupio, 1988.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1970?.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A Morte em Lisboa. Atitudes e Representações (1700-1830)*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.

\_\_\_\_\_. “Morte edificante e vida inquieta: a disciplina dos afectos nas *ars moriendi* e nos testamentos”. *Revista Missionária de Cultura e Actualidade*, Jan-Dez, 99-105, 1994.

\_\_\_\_\_. “A esfera pública da vida privada: a família nas artes de bem morrer”. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. XXXI vol. II 341-367, 1996.

\_\_\_\_\_. “Morte: memória e piedade barroca”. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, 11, 1989, p.129-173.

ARAÚJO, Anete Regis Castro de. *Espaço privado moderno e relações sociais de gênero em Salvador: 1930-1949*. Tese (Doutorado). Salvador: Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Arquitetura, 2003.

ARIÈS, Philippe. *Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média*. Tradução Pedro Jordão. Lisboa: Teorema, 1988.

\_\_\_\_\_. *O homem diante da morte*. Tradução Luzia Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. 2 vol.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe: 1859*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo; Ed. da USP, 1980.

AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da cidade do Salvador*. Bahia: Editora Itapoã, 1969

BAMUNOBA, Y. K e ADOUKONOU B. *la mort dans la vie africaine*. Paris: Présence Africaine/ Unesco, 1979.

BARICKMEN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luzia X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. “Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881). Bahia, *Afro-Ásia*, 21-22 (1998-1999), 177-238.

BASTIDE, Roger. *O candomblé da Bahia: rito nagô*. Tradução Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BELLINI, Lígia. “Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria” In: João José Reis (Org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 73-86.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 8ª ed. Campinas, S. Paulo: Editora da UNICAMP, 2002.

CALMON, Pedro. *A bala de ouro: história de um crime romântico*. 2 edição. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1998.

CÂNDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Vol. 2. São Paulo: Livraria Martins Editores, 1964?. p. 155.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teorias e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

CASSORLA, Roosevelt M. S. *O que é suicídio*. São Paulo: Brasiliense, 1984. Coleção Primeiro Passos, n. ° 127.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa-Rio de Janeiro: DIFEL-Ed. Bertrand, 1990. (Memória e Sociedade).

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma visão dos últimos anos da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. “Diálogos políticos em Machado de Assis”. In.: Sidney Chalhoub e Leonardo A . M. Pereira, *História contada. Capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 95-122.

\_\_\_\_\_. “Paternalismo e escravidão em Helena”. In.: *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 17-57.

CUNHA, Fausto. *O romantismo no Brasil: de Castro Alves a Sousândrade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

CZECHOWSKY, Nicole (Org.). *A honra: imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco*. Tradução de Cláudia Cavalcante. Porto Alegre: L&PM, 1992.

DARNTON, Robert. “Os leitores respondem a Rousseau: a fabricação da sensibilidade romântica”. In.: *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Tradução de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 277-328.

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA/Sarah Letras, 1996.

DIAS, Maria Luiza. “O suicida e suas mensagens de adeus”. In.: Roosevelt M. S. Cassorla (Coord.), *Do suicídio*. Campinas-SP: Papirus, 1991. p. 89-106.

DORIA, Franklin. *Obras postumas de L. J. Junqueira Freira*. 4 edição. Tomo II. Rio de Janeiro: H. Garnier/Liveiro-Editor, 1868?

DURKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo de sociologia*. Tradução Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Coleção Tópicos.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Vol. 1. Tradução Ruy Jungmann; apresentação Renato Janine Ribeiro. 2 edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

\_\_\_\_\_. *A solidão dos moribundos, seguindo de envelhecer e morrer*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu, que balance! mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940*. Salvador: CEB, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 25<sup>o</sup> Ed. Tradução de Raquel Ramalhte. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo/Salvador: HUCITEC/EDUFBA, 1996.

GOULART, José Olimpio. *Da fuga ao suicídio: aspecto de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, INL, 1972. (Temas Brasileiros).

GRAHAN, Richard. “Nos tumbeiros mais uma vez? o comércio interprovincial de escravos no Brasil”. Bahia; *Afro-Ásia*, 27 (2002), 121-160.

HAUSER, Arnold. *História social da literatura e da arte*. Tradução de Walter H. Geener. Tomo II. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 2<sup>a</sup> edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (O Homem e a História).

KALINA, Eduardo e KOVADLOFF, Santiago. *As cerimônias da destruição*. Tradução Sonia Alberti. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983. (Coleção Psicologia e Psicanálise).

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FREIRE, Junqueira. *Desespero na solidão: seleção poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar; Brasília: INL, 1976.

LARA, Silva Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores da Capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

*LE SUICIDE EN OCCIDENT*. L' Histoire, n. ° 189, juin 1995.

LOPES, Fábio Henrique. *O suicídio sem fronteiras: entre a razão e a desordem mental*. Dissertação (Mestrado). São Paulo/Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

\_\_\_\_\_. *A experiência do suicídio: discursos médicos no Brasil, 1830-1900*. Tese (Doutorado). São Paulo/Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003. p. 55.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *O alienista*. 3ª edição. São Paulo: FTD, 1999.

MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós et al. “Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1819-1888”. In.: João José Reis (Org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro n Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 60-72.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX; uma província no Império*. Tradução Yadda de Macedo Soares. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

\_\_\_\_\_. *Ser escravo no Brasil*. . 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. “A opulência na Província da Bahia”. In.: *História da vida privada: império*. Fernando A. Novais (Coord.) e Luiz Felipe de Alencastro (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 143-79. (Coleção História da Vida Privada, v. 2)

MINOIS, Georges. *História do suicídio: a sociedade ocidental perante a morte voluntária*. Tradução Serafim Ferreira. Lisboa: Teorema, 1998.

MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. Tradução Cleone Augusto Rodrigues. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997. (Série Diversos).

NASCIMENTO, Anna Amélia do. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: FCEBa/EGBa, 1986

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio: [Brasília, DF]: CNPq, 1988.

\_\_\_\_\_. “Viver e morrer no meio dos seus”. *Revista USP*, 28 (dez/jan/fev, 1995-96), 174-193.

OLIVEIRA, Eduardo de Sá. *Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia: concernente ao ano de 1842*, Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1992.

OLOMALA, Isola. *Suicide in Yoruba culture*. Revista de Estudos Africanos da USP, n° 10, 1997.

PERISTIANY, J. G. (Org.). *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Tradução e prefácio de José Cutileiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 19??.

PIERSEN, Willian D. "White Cannibals, Black Martyrs: fear, depression and religious faith as cause of suicide among new slaves". *Journal of Negro History*, 62 (1977), 147-59.

REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado/Universidade Federal da Bahia-Centro de Estudos Baianos, 2000.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vidas familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001. (n° 149).

REIS, João José e AGUIAR, Márcia Gabriela D. de. "Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia". São Paulo; *Revista de História*, 135 (1996), 133-60.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. "O cotidiano da morte no Brasil oitocentista". In.: *História da vida privada: império*, Fernando A. Novais (Coord.) e Luiz Felipe de Alencastro (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 95-141. (Coleção História da Vida Privada, v. 2).

\_\_\_\_\_. "De olho no canto: trabalho da rua na Bahia na véspera da abolição". Bahia, *Afro-Ásia*, 24 (2000), 199-242.

\_\_\_\_\_. "Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806.". In.: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (Org.), *Liberdade por um fio: história de quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 332-72.

RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da morte*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 7ª ed. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1988.

- SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.
- SALLES, David. *Primeiras manifestações da ficção na Bahia*. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, CECULT, IFCH, 2001
- SANTOS, Juana Elbein dos. *Os nagô e a morte: pode, asese e o culto egun na Bahia*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SILVA, Eduardo e REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SILVA, Roger Costa da. "Químicas ardilosas: os venefícios escravos". *Histórica*, 5 (2001), 255-66.
- SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. *Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade. Bahia, século XIX*. Dissertação (História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
- SILVEIRA, Renato da. "O selvagem e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental". *Bahia, Afro-Ásia*, 23 (1999), p. 89-145.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969.
- STENGEL, Erwin. *Suicídio e tentativa de suicídio*. Tradução Alvaro de Figueiredo. Lisboa: Dom Quixote, 1980. (Coleção Universidade Moderna).
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- TAQUECHEL, María Poumier. *El suicidio esclavo en Cuba em los años 1840*. Servilha: Anuário de estudios americanos (XLIII), 1986.
- VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VENÂNCIO, Renato Pinto. “A última fuga: suicídio de escravos no Rio de Janeiro (1870-1888). Ouro Preto, LPH/Revista de História, 1: 80-9, 1990.

VENÂNCIO, Renato Pinto e LANNA, Maria Célia da S. “Banzo: desnutrição e morte do escravo”. Revista Ciência Hoje, vol. 21, 126, (jan-fev., 1997), p. 45-7.

VENEU, Marcos Guedes. *Ou não ser: introdução à história do suicídio no ocidente*. Brasília: Ed. UnB, 1994. (*Série Tempos*).

VERGER, Pierre. *Notícias da Bahia: 1850*. Salvador: Corrupio/F. C. Bahia, 1981. (Coleção Baiana).